

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

PRISCILA DE SOUZA OLIVEIRA

**A INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
BRASIL: uma análise a partir da produção teórica com enfoque no trabalho
profissional**

FRANCA / SP

2010

PRISCILA DE SOUZA OLIVEIRA

**A INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
BRASIL: uma análise a partir da produção teórica com enfoque no trabalho
profissional**

**Dissertação apresentada à Faculdade de
História, Direito e Serviço Social, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como pré-requisito para obtenção do Título de
Mestre em Serviço Social. Área de
Concentração: Trabalho e Sociedade.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Santos Sant’Ana

FRANCA / SP

2010

PRISCILA DE SOUZA OLIVEIRA

**A INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
BRASIL: uma análise a partir da produção teórica com enfoque no trabalho
profissional**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para
obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e
Sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof^a. Dr^a. Raquel Santos Sant’Ana (UNESP)

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____, de _____, de 2010

***À vida e memória de
Maria das Dores e Onorival,
amados avós,
síntese do amor,
exemplos de resiliência e justiça.***

AGRADECIMENTOS

À orientadora e amiga, Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana, pela contribuição para o meu crescimento teórico, mas também profissional e humano. Por me acolher nas minhas complexidades e crises e por acreditar nas minhas potencialidades.

Aos meus pais – José Divino e Maria Célia - e aos meus irmãos – Paula e Pedro Vinícius – pelo amor, incentivo e presença constante, embora tantas tenham sido minhas ausências nestes anos de estudo! Vocês são o meu alicerce! Aos agregados Tales e Marli que neste momento também se fizeram presentes!

Aos meus demais familiares – em especial ao tio João e à tia Iracema -, pelo amor e convivência! Foram tantos os momentos difíceis que enfrentamos juntos nestes últimos anos! Fica a certeza do amor. Fica a certeza de que “o amor é mais forte que a morte”! A conquista que este trabalho sintetiza também pertence a vocês!

Ao Leandro, companheiro e amigo, pelo amor e dedicação, na plenitude de significados que os termos comportam! Obrigada também por vivenciar junto comigo o desafio da concretização deste trabalho. *Amo-te!*

À Família Carloni, pela acolhida e afabilidade.

A Carolina Correia, Clarissa Bratti, Carmen Ravagnani e Prof. Dr. José Fernando S. Silva, pelo carinho e a fundamental contribuição para o acesso ao material bibliográfico que compôs a pesquisa deste trabalho. A Raquel Bianor, pela pronta disposição em disponibilizar sua dissertação para consulta, embora apenas tardiamente tenha sido possível contatá-la.

A todos os amigos e amigas que direta ou indiretamente contribuíram – espiritual, material e teoricamente – para a concretização deste trabalho. Em especial, à Wiataiana Freitas, Priscila Almeida, Qelli Viviane Rocha e Helô Brandemarti, pelo carinho, interlocuções teórico-metodológicas e referentes aos desafios profissionais; à Gabi Masson e Anita Ferraz pelas contribuições e

companheirismo cotidianos; a Vinícius de Araújo pela “camaradagem”, pelos empréstimos bibliográficos e tradução do resumo deste trabalho; à Diana Souza pelo incentivo e apoio; a todos os amigos e amigas do GOU e do GPP pelas experiências, atenção e carinho compartilhados no decorrer deste processo.

Aos professores e funcionários da UNESP/ Franca que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho... Em especial à Profa. Dra. Cirlene Ap. H. S. Oliveira e Profa. Dra. Maria Ângela R. A. de Andrade (Lolô) pela participação em minha banca de qualificação e, ao Márcio pela atenciosidade e disposição com que conduziu o trabalho de adequação às normas da ABNT. Também aos professores visitantes Profa. Dra. Cleusa Santos (UFRJ) e Prof. Dr. Alcides Ribeiro Soares (PUC/SP), pelas importantes interlocuções teóricas que serviram de subsídio para a elaboração desta dissertação.

A Capes, pelo fomento a parte – embora pequena, porém significativa - deste estudo.

Aos usuários da Política de Assistência Social referenciados no CRAS SUL do município de Franca/SP: sujeitos das minhas angústias, aprendizado e alegrias profissionais cotidianas.

Aos trabalhadores da SEDAS (Secretaria de Ação Social) – em especial às colegas de trabalho do CRAS SUL -, por me acolherem, me incentivarem, acreditarem no meu trabalho profissional e muitas vezes, também, me desafiarem, através dos enfrentamentos profissionais e de visões de mundo, a crescer no aprendizado político, teórico-metodológico e técnico-operacional.

A todos os sujeitos profissionais - e de forma muito carinhosa aos autores das publicações analisadas neste trabalho – que persistentemente no cotidiano profissional lutam pelo enfrentamento à realidade posta, se angustiam, repensam seu fazer profissional, produzem conhecimento e o socializam na busca pela construção de uma nova realidade social... E àqueles que ainda não têm sistematizado e socializado conhecimentos sobre a atuação profissional, aproveito este momento para pedir que o façam, dentro de suas possibilidades objetivas! Essa

é também uma importante forma de contribuirmos para o avanço profissional no nosso tempo repleto de desafios...

A todos e todas que de alguma forma se fizeram presentes neste período de estudos e a quem, por ventura, eu possa ter esquecido de dizer, neste momento já de cansaço, que sou *muito* grata!...

A Deus, simplesmente por Sê-Lo. À esperança e fé, que ampliam os horizontes e me fazem caminhar.

*“Não estamos perdidos.
Pelo contrário,
venceremos se não tivermos
desaprendido a aprender.”
(Rosa Luxemburgo)*

OLIVEIRA, Priscila de Souza. **A interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil: uma análise a partir da produção teórica com enfoque no trabalho profissional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca, 2010.

RESUMO

A realidade contemporânea, repleta de desafios na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social que se pretende hegemônica na categoria profissional, tem colocado em pauta a necessidade da atuação profissional para além das demandas imediatas que se lhe apresentam. Assim sendo, a condução do trabalho profissional num sentido de fortalecimento dos sujeitos coletivos – dos quais os movimentos sociais são parte integrante –, é uma das questões que têm ocupado lugar relevante nas reflexões e bandeiras de luta da vanguarda profissional. Partindo-se desta realidade e considerando o refluxo dos movimentos sociais que se observa no cenário brasileiro sobretudo com o avanço do ideário e política neoliberais nos 1990, o presente trabalho buscou evidenciar a interlocução do Serviço Social com os referidos movimentos sob o enfoque do trabalho profissional. Para tanto, realizou-se o levantamento, sistematização e análise das teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social, bem como, dos artigos publicados na Revista *Serviço Social e Sociedade* e nos eventos nacionais da categoria profissional – o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. A pesquisa teve como recorte temporal o período de 1994 a 2008, considerando a influência do Código de Ética Profissional de 1993 que, juntamente com as diretrizes curriculares de 1996, estabelecem novos patamares para a condução do trabalho e formação profissional do Serviço Social. Para elucidar a realidade social na qual se desenvolvem tanto a atuação dos movimentos sociais quanto o trabalho profissional, realizou-se uma reflexão inicial sob a realidade contemporânea brasileira e o Serviço Social neste contexto. Posteriormente, apresentam-se o percurso metodológico, a descrição as fontes de pesquisa e a análise do material bibliográfico selecionado. Os resultados do levantamento e análise da pesquisa evidenciaram: o reduzido volume de publicações sobre a interlocução profissional com os movimentos sociais na perspectiva da atuação profissional, a multiplicidade de entendimentos acerca dos referidos movimentos e a fragilidade teórico-metodológica do trabalho profissional neste âmbito. Não obstante, elucidou também e fundamentalmente, o direcionamento ético-político que norteia o trabalho profissional com os movimentos sociais numa perspectiva de defesa dos referidos movimentos, entendidos em sua importância política no enfrentamento das desigualdades sociais e na construção de uma nova cultura política e sociabilidade. Nesta medida, reafirmam a importância da atuação profissional nesta perspectiva e a necessidade de aprofundamento das reflexões sobre as dimensões teórico-metodológica e técnico-interventiva do trabalho profissional em sua interlocução com os movimentos sociais.

Palavras-chave: serviço social. atuação profissional. produção teórica. movimentos sociais.

OLIVEIRA, Priscila de Souza. **The dialog between Social Work and the social movements: an analysis from the theoretical production on with emphasis on professional performance.** 2010. Dissertation (Master in Social Work) – Faculty of History, Law e Social Work, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”– UNESP, Franca, 2010.

ABSTRACT

The contemporary reality, full of challenges on the perspective of the Social Work's ethical-political project, which intend to be hegemoniacal among its professional class, has bring to the order of the day the matter of a professional performance that goes further on the immediate demands laid to it. Thus, the conduct of the professional work on a meaning of strengthening collective actors – composed of social movements as well – is a matter which has relevant position on reflection and goals of the professional vanguard's struggle. From this situation on, considering social movement's reflow observed on Brazilian scenario, chiefly before the attack of neoliberal's ideals and policies during the 90's, this dissertation intends to make evident the dialog between Social Work and referred social movements under professional work's approach. Therefore, we proceed to the survey, systematization and analysis of dissertations produced for Social Work's postgraduation programs, as well as compositions published into scientific magazines such as '*Serviço Social e Sociedade*' and for professional class' national conferences – like the '*Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*' and the '*Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*'. The research focused on the period from 1994 to 2008 to consider the influence of the Social Worker's Professional Ethical Code (promulgated in 1993) which, contiguously with the 1996's curricular directives, settle new parameters to professional performance's and qualification's conduct of the Social Work. To elucidate the social reality on which the action of social movements develops, as well as the Social Work's professional performance, we started a reflection about Brazilian's nowadays reality and the Social Work's position on this scenario. Afterward, we introduced our methodological route and described research's sources and the chosen bibliographical material. Survey's and analysis' result showed clearly the reduced volume of compositions published about the dialog between social movements and Social Work's professionals on the optics of the professional performance, also the existing multiple understandings about the referred movements, as well as the theoretical and methodological fragility of professional performance on this area. Nevertheless, the research essentially elucidated the professional performance's ethical-political directives about the social movements on a perspective of defence of this movements, recognized their political importance on the struggle of social inequality an on the construction of a new political culture and sociability. Thus, they reaffirm the importance of professional performance on this perspective of qualification, also the reflection on the theoretical, methodological and technical-interventive dimensions of the social worker's performance in their dialog with social movements.

Key-words: Social Work, Professional performance, theoretical production, social movements.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------------|---|----|
| Quadro 1 | Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve | 32 |
| Quadro 2 | Relação dos Programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social | 43 |
| Quadro 3 | Temáticas Recorrentes na Revista Serviço Social e Sociedade nas três décadas (1979-2009) | 45 |
| Quadro 4 | Relação dos artigos referentes à temática Movimentos Sociais publicados na Revista Serviço Social e Sociedade (1994-2008) | 47 |
| Quadro 5 | Teses e Dissertações Selecionadas | 52 |
| Quadro 6 | Quadro Sintético dos Congressos Brasileiros de Serviço Social (1994 a 2008) | 55 |
| Quadro 7 | Quadro Sintético dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (1994 a 2008) | 56 |
| Quadro 8 | Artigos Selecionados CBAS e ENPESS | 57 |
| Quadro 9 | Artigos selecionados CBAS e ENPESS distribuídos por eixos temáticos e formas de inserção profissional | 73 |
| Quadro 10 | Quadro sinóptico dos artigos selecionados CBAS e ENPESS | 83 |
| Quadro 11 | Papel da atuação profissional junto aos movimentos sociais | 91 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------------|---|----|
| Gráfico 1 | Brasil: evolução do índice de desemprego | 39 |
| Gráfico 2 | Distribuição das Teses e Dissertações por ano de publicação | 49 |
| Gráfico 3 | Distribuição das Teses e Dissertações por Instituições de Ensino Superior | 51 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABESS | Associação Nacional de Ensino de Serviço Social |
| ABEPSS | Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| ANAS | Associação Nacional de Assistentes Sociais |
| ASCAM | Associação Capixaba de Mutuários |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBAS | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais |
| CBIA | Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CEDEPSS | Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CFAS | Conselho Federal de Assistentes Sociais |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| ENPESS | Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social |
| INOCOOPE | Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| LBA | Legião Brasileira de Assistência |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| NATRA | Núcleo Agrário Terra e Raiz |
| ONGs | Organizações Não-Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| NUAMPO | Núcleo de Apoio |
| PUC/SP | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| PUC/RS | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul |
| SEBS | Secretaria de Estado do Bem Estar Social |
| SFH | Sistema Financeiro da Habitação |
| UCPEL | Universidade Católica de Pelotas |

| | |
|-------|--|
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| UFPA | Universidade Federal da Paraíba |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1 REALIDADE CONTEMPORÂNEA E SERVIÇO SOCIAL..... | 22 |
| 1.1 Os anos 1980..... | 22 |
| 1.2 A década de 1990..... | 29 |
| 1.3 Adentrando o século XXI..... | 35 |
| 2 PERCURSO METODOLOGICO E AS FONTES DE PESQUISA..... | 42 |
| 2.1 Percurso metodológico da pesquisa..... | 42 |
| 2.2 As fontes de pesquisa..... | 44 |
| 2.2.1 A Revista Serviço Social e Sociedade..... | 44 |
| 2.2.2 As Teses e Dissertações da Área de Serviço Social..... | 48 |
| 2.2.3 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social..... | 54 |
| 3 A INTERLOCUÇÃO PROFISSIONAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL..... | 59 |
| 3.1 As Teses e Dissertações da Área de Serviço Social..... | 59 |
| 3.1.1 A Interlocução com os Movimentos Sociais..... | 59 |
| 3.1.2 Atuação profissional: Inserção, referencial teórico-metodológico e direcionamento ético-político..... | 68 |
| 3.2 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social | 73 |
| 3.2.1 A Interlocução com os Movimentos Sociais..... | 74 |
| 3.2.2 Atuação profissional: Inserção, referencial teórico-metodológico e direcionamento ético-político..... | 83 |
| 3.3 Encontros e desencontros na produção do Serviço Social sobre os movimentos sociais em interface com as experiências de trabalho profissional..... | 93 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 101 |
| REFERÊNCIAS..... | 109 |
| ANEXO..... | 117 |

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o trabalho profissional na contemporaneidade coloca em pauta a necessidade da busca da compreensão do amplo movimento da realidade social configurada a partir da relação dialética que ocorre no âmbito da (re)produção social. É a partir dessa compreensão que se torna possível apreender os determinantes e as possibilidades postas para a atuação profissional, orientada pelos elementos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos que a compõem.

Ao contextualizar-se o cenário social e econômico mundial, observa-se que a realidade vivenciada no Brasil reflete – aliada a certas particularidades da gênese e desenvolvimento históricos do país - de forma profunda os inúmeros rebatimentos oriundos da atual forma de organização mundial do trabalho, da política econômica e social atreladas ao ideário neoliberal e aos organismos multilaterais¹, reguladores deste ideário sob a hegemonia do grande capital.

Enquanto, por um lado, a submissão ao Fundo Monetário Internacional e às condições de inserção do país na organização produtiva e de comércio mundial aprofunda a concentração de renda, as desigualdades e a situação de vulnerabilidade social, por outro, os financiamentos às políticas sociais por parte do Banco Mundial se fazem mediante diversas diretrizes e condicionalidades² que, sob

¹ Criadas na conjuntura pós Segunda Guerra Mundial, os referidos organismos multilaterais – dentre os quais o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) constituem organizações principais - foram se redimensionado (âmbito de atuação, composição, objetivos, etc.) (SIQUEIRA, 2004) – ainda que não declaradamente - de acordo com as novas questões, interesses, correlações de força e necessidades econômicas (entenda-se: de manutenção do poder econômico e reprodução do grande capital, sob o resguardo dos países centrais) postas no cenário mundial. A atuação destas organizações situa-se no âmbito do apoio técnico, do financiamento (empréstimos, controle/cobrança dos pagamentos, etc.) e da regulação (funções como o estabelecimento de diretrizes, normas e acordos, intervenção, entre outras). “Enquanto o Banco Mundial oferece apoio aos países em desenvolvimento, o FMI tem como objetivo estabilizar o sistema monetário internacional e monitorar as moedas do mundo.” (BANCO MUNDIAL, on line, 2007). A OMC, por sua vez, se define como uma Organização que “[...] se ocupa de las normas que rigen el comercio entre los países, a nivel mundial o casi mundial. [...] Es una Organización para liberalizar el comercio.” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, on line, 2007).

² Segundo definição do Banco Mundial, “Os programas [...] em cada um de seus países-membros são regidos pelas Estratégias de Assistência ao País - EAP (Country Assistance Strategies - CAS). Cada EAP é o veículo central para o exame por parte do Grupo do Banco Mundial da estratégia de assistência aos tomadores de empréstimos da IDA e do BIRD. O documento da EAP descreve a estratégia de assistência do Grupo do Banco com base numa avaliação das prioridades no país e indica o nível e a composição da assistência a ser proporcionada com base na carteira do país e no desempenho econômico. Conseqüentemente, a EAP é um documento estratégico, que impele o plano geral de atividades e as operações de empréstimo do Grupo do Banco Mundial nos seus países-membros.” (BANCO MUNDIAL, on line, 2007)

o discurso de incentivo ao desenvolvimento e de redução da pobreza, atrelam o social ao desempenho e funcionalidades econômicos - segundo a cartilha neoliberal em voga e o papel atribuído ao Brasil na divisão econômica internacional - servindo, portanto, para a legitimação política do *status quo* e a manutenção das necessidades do capital.

Diversos estudos constituintes da literatura profissional têm abordado as conseqüências sociais, econômicas, políticas e culturais desse direcionamento neoliberal, tanto no que se refere à realidade social configurada no país, quanto a seus rebatimentos no âmbito do Serviço Social, seja na esfera da formação ou do trabalho profissional (entre estes estudos, cf. NETTO, 1996b; IAMAMOTO, 2000a; BEHRING, 2003; MOTA, 2006).

O desafio posto tem sido como enfrentar esta realidade de forma coerente com o projeto ético-político profissional, assegurando, inclusive, a hegemonia deste projeto alicerçado na teoria marxiana que, portanto, possui uma perspectiva contra-hegemônica ao ideário vigente.

Diante desse desafio, muito tem se discutido na categoria profissional acerca da necessidade da criação de estratégias profissionais que, comprometidas com a população usuária dos serviços sociais, com a busca pela garantia dos direitos historicamente construídos e seu alargamento e, o empenho no enfrentamento das injustiças sociais como mediação na luta pela emancipação humana, possam se traduzir em efetivos projetos e frentes de trabalho – ações profissionais que, para além da administração da escassez de recursos e da execução de programas, projetos e ações sociais pré-definidos e atrelados à lógica econômica vigente, se desenvolvam em atendimento às amplas demandas postas à profissão.

Localizado neste contexto social mais abrangente de enfrentamento à realidade contemporânea, esse debate pressupõe um movimento que, longe do messianismo profissional, leve em consideração os atores sociais de forma geral, a correlação de forças presente, os projetos societários em voga.

Nesse sentido, a práxis política³ e o sujeito coletivo – do qual os movimentos sociais são parte integrante - destacam-se em reflexões críticas da categoria

³ “A atividade política supõe a projeção ideal do que se pretende transformar, em qual direção, com quais estratégias, por isso, implica projetos vinculados a idéias e valores de uma classe, de um estrato social ou de um grupo, donde sua vinculação com a ideologia como instrumento de luta política. Na sociedade de classes, a práxis política diz respeito ao enfrentamento teórico-prático das contradições, da luta de classes, se objetivando em face de relações de poder e de confronto coletivo.” (BARROCO, 2003, p.49-50)

profissional tendo em vista o importante e histórico papel que possui a organização da classe trabalhadora no contexto dos enfrentamentos sociais nas sociedades capitalistas.

Partindo destas reflexões e de inquietações anteriores oriundas de nossa inserção no real e percurso intelectual - a partir da experiência do trabalho de extensão universitária e estágio curricular junto a movimentos sociais de luta pela terra realizado no Núcleo Agrário “Terra e Raiz” (NATRA) da Unesp/Franca durante a graduação e, de pesquisas acadêmicas relacionadas às temáticas agrária e dos movimentos sociais desenvolvidas como bolsista PIBIC/CNPq e para a elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – é que elaborou-se a proposição central que orientou este estudo.

Parte-se da leitura acerca da realidade brasileira contemporânea e das demandas, espaços e desafios colocados ao trabalho profissional dos assistentes sociais na atualidade, bem como, dos diversos espaços de interlocução profissional com a coletividade existentes ou possíveis através das políticas sociais⁴ e de ações relacionadas à função social da Universidade - das quais a extensão universitária é expressão significativa. Neste contexto, compreende-se situar dentre as estratégias de enfrentamento à realidade social contemporânea, ações profissionais na perspectiva da apropriação dos espaços de interlocução com a coletividade como forma de fortalecimento dos sujeitos coletivos a partir da politização e coletivização de demandas, do desvendamento da realidade social posta, do incentivo ao exercício da práxis política, contribuindo para o aprofundamento da democracia e a construção de uma nova hegemonia⁵ social.

⁴ Historicamente, as políticas sociais constituem o lócus fundamental de atuação dos assistentes sociais como forma de atendimento às múltiplas expressões da “questão social”. As políticas sociais aqui entendidas a partir de NETTO (1996) como estratégias - governamentais ou não – para conter, “sanar” diversas manifestações da questão social acirradas pelo embate entre capital e trabalho nos marcos do capitalismo monopolista, mas sobretudo como fruto de lutas e conquistas da classe trabalhadora em prol da manutenção de suas necessidades sociais, construindo em maior ou menor grau no decorrer deste processo histórico uma consciência de classe. Neste sentido, as políticas sociais na contemporaneidade se constituem em um dos espaços sócio-ocupacionais de maior inserção dos assistentes sociais. No entanto, em geral, por sua própria origem e finalidade, estas políticas se voltam aos indivíduos em sua singularidade, ao atendimento de suas necessidades específicas sem levar em consideração o indivíduo como um sujeito histórico inserido em uma totalidade histórica – complexa -; não se dirigem ao atendimento das necessidades sociais como necessidades coletivas e marcadas pela divisão de classes sociais inerentes ao modo capitalista de produção.

⁵ Hegemonia compreendida, na perspectiva gramsciana, como “direção moral e intelectual exercida por uma classe no contexto de uma sociedade historicamente situada” (MICHELOTO, 1991, P.96 apud ABREU, 1996, p.62).

Não se trata aqui da busca de reafirmação de um discurso ideo-político, nem como afirma Yamamoto (2001, p.23) da tentativa de uma “inócua ressurreição de um passado perdido” na trajetória histórica do trabalho profissional no sentido da educação, mobilização e organização popular, mas sim da necessidade de uma “*releitura crítica* da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando as conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente” (grifos da autora). Trata-se da busca de estratégias profissionais concretas para o enfrentamento da “questão social” – cujas expressões constituem matéria da intervenção profissional - que cada vez mais se complexifica, contribuindo também para a mistificação da realidade social.

Sem essa busca de enfrentamento concreto a intervenção profissional está fadada aos limites postos por esta realidade social; a conjuntura atual tem dado exemplos disso: a situação de desmonte do mundo do trabalho verificada por meio dos níveis de desemprego, subemprego e precarização nas relações de trabalho; os níveis de pobreza e miséria; a assistencialização dos direitos sociais; o aumento da violência e criminalidade; os impactos das relações de (re)produção social na saúde física e psíquica da população⁶, apenas para citar alguns. Em contrapartida, verifica-se o enxugamento dos gastos públicos com as políticas sociais e, portanto, sua insuficiência no atendimento às demandas sociais, tratadas de forma focalizada e restritiva - ou nos termos de Behring e Boschetti (2008), a vigência do trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais brasileiras: “*privatização, focalização/seletividade e descentralização*”.

Mediante as reflexões e inquietações pontuadas, este trabalho se propôs a empreender um esforço no sentido de sistematizar a produção de conhecimento em Serviço Social que tem como enfoque o trabalho profissional junto aos movimentos sociais. Com isto, busca-se evidenciar a interlocução da profissão com os referidos movimentos, sua importância frente à atual conjuntura repleta de desafios e trazer elementos que contribuam para a reflexão sobre a temática.

Visando abarcar uma diversidade de fontes relevantes na produção de conhecimento do Serviço Social, foram consultados e analisados neste trabalho as teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação da Área de

⁶ Um interessante estudo sobre o tema da produção social das doenças, com enfoque à saúde mental encontra-se em Souza (2005).

Serviço Social, bem como, os artigos publicados na Revista *Serviço Social e Sociedade* e nas edições dos eventos nacionais Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Os demais critérios para a pesquisa foram: o enfoque dos trabalhos (consistir na interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais sob a perspectiva da atuação profissional) e o recorte temporal (trabalhos defendidos – no caso das teses e dissertações – ou publicados após o marco do Código de Ética Profissional de 1993, ou seja, entre os anos de 1994 a 2008).

Este trabalho consistiu num esforço desafiador, considerando-se as várias questões que se verifica em torno da temática: a “escassez” de material bibliográfico específico sobre o tema na atualidade - em geral, este é abordado na categoria profissional de forma tangencial em publicações com enfoques diversos -, assim como, uma multiplicidade de compreensões sobre os movimentos sociais, o que dificulta o levantamento e sistematização das publicações sobre a temática.

Orientado pela perspectiva marxiana, este estudo não teve a preocupação de partir de um conceito definido de movimentos sociais, e sim, partindo do real – dos elementos trazidos pelas publicações e do contexto social contemporâneo -, compreender como a categoria profissional tem entendido e estabelecido interlocução com os referidos movimentos.

Dessa forma, este trabalho foi organizado em três Capítulos.

O primeiro trata da realidade contemporânea e do Serviço Social a partir dos anos 1980. Neste, são evidenciados os nexos existentes entre a realidade brasileira e o cenário político-econômico mundial, o processo de redemocratização brasileira - marco fundamental para a interlocução da profissão com os movimentos sociais e para o seu processo de construção de um novo direcionamento ético-político -, os rumos do país marcados pelo ideário e política neoliberais e o movimento da categoria profissional no decorrer deste período.

O segundo capítulo apresenta o percurso metodológico e a descrição das fontes da pesquisa, buscando contextualizar o universo bibliográfico que a compôs.

A análise do material bibliográfico selecionado dentre deste universo descrito constitui o terceiro capítulo no qual os elementos trazidos pelas teses/dissertações e os artigos são elucidados a partir de dois eixos centrais: a *interlocução com os movimentos sociais* e a *atuação profissional* (inserção, referencial teórico-metodológico e direcionamento ético-político). No item 3.3 deste capítulo, intitulado

Encontros e desencontros na produção do Serviço Social sobre os movimentos sociais em interface com as experiências de trabalho profissional, se realiza uma reflexão sobre os principais elementos evidenciados no conjunto dos materiais bibliográficos oriundos das diversas fontes de pesquisa.

As considerações finais, longe de almejem dar conta do tema como um todo, traçam algumas reflexões sobre a sua importância na atual conjuntura partindo das questões que permearam o presente estudo.

A título de socialização da sistematização dos dados referentes ao levantamento das teses e dissertações sobre o tema *movimentos sociais* realizado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, incluem-se como anexo os referidos dados.

1 REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SERVIÇO SOCIAL

A realidade brasileira contemporânea, para ser compreendida numa perspectiva de totalidade, pressupõe ser situada na história do desenvolvimento do país, bem como, levar-se em consideração o contexto mundial no qual se insere. Neste movimento evidenciam-se os nexos que se estabelecem entre o contexto mais amplo e a realidade singular.

Da mesma forma, a compreensão da configuração do universo profissional do Serviço Social perpassa estes elementos, na medida em que é constituída tanto pelo movimento interno da profissão quanto pelos elementos e contextos postos pela realidade social¹.

1.1 Os anos 1980

Os anos 1980 no Brasil – e os que a ele se seguem – são marcados pela inserção em um contexto de crise econômica mundial, em que se verifica o esgotamento de um padrão de desenvolvimento assentado em “ondas longas” de crescimento² observadas desde o pós Segunda Guerra Mundial.

Segundo a análise de Mandel (apud Mota, 1995 e Netto, 2005b), os indícios do início do esgotamento deste padrão já se fazem se ressoar no final dos anos 60 quando há um declínio nas taxas de crescimento econômico. Além da queda nas taxas de lucro, são indícios deste processo as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego.

A partir de então, há o início de uma “onda longa recessiva”, em que são verificados ciclos contendo particularidades, embora em sua totalidade correspondam à lógica própria do sistema capitalista.

¹ Toda profissão surge a partir de necessidades sócio-históricas. O Serviço Social, dessa forma, é compreendido como uma profissão inserida na divisão socio-técnica do trabalho, cujo locus fundamental de atuação constitui-se pelas políticas sociais como forma de atendimento às múltiplas expressões da “questão social”. De acordo com Netto (1996a), é no seio do capitalismo monopolista que se “cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”, e no âmbito da execução das políticas sociais, como forma de atendimento às múltiplas expressões da “questão social”, se estabelece o campo de trabalho para os assistentes sociais. No decorrer do desenvolvimento da profissão no Brasil, as políticas sociais permanecem como locus fundamental de atuação profissional, embora se computem avanços em relação a este aspecto e a inserção dos assistentes sociais hoje neste campo de trabalho se caracterize não mais apenas pela função de executor, mas também pela formulação/proposição e avaliação de tais políticas.

² Termo utilizado por Mandel em “A crise do Capital” ao qual recorrem os autores Mota (1995) e Netto (2005b).

No início dos anos 1980 a economia enfrenta um destes ciclos recessivos, sendo compreendido por Mota (1995) como consequência da reprodução da situação vivenciada na década anterior:

De fato, é a reprodução da situação vivida nos inícios dos anos 70 que leva a economia a enfrentar um novo ciclo recessivo no início dos anos 80. Isto é: inflação, expansão do mercado financeiro em detrimento do setor produtivo, que apresenta baixa evolução da utilização da capacidade instalada das empresas. Nesse sentido, os anos 80, a despeito da existência de períodos de recessão e recuperação, podem ser pensados no leito do desenvolvimento progressivo da crise, iniciada nos anos 70 e que se prolonga até a presente década (MOTA, 1995, p.54)

A esse movimento da realidade econômica, segue uma reestruturação da ordem do capital, na busca por empreender mecanismos que permitam sua recomposição – isto é, sua reprodução ampliada - que, segundo a análise já realizada em 1867 por Marx sobre a *lei geral da acumulação capitalista*³ e retomada por autores marxianos em estudos sobre a realidade contemporânea⁴, realiza-se no âmbito da produção mediante o incremento de sua parte constante (meios de produção - matéria-prima, maquinários e técnicas) e a desvalorização de sua parte variável constituída pela força de trabalho.

Mota (1995) aponta três pontos essenciais por meio dos quais se conduz este processo de reestruturação como estratégias superadoras da crise e se articulam a realidade global e nacional a partir dos anos 1970: a reestruturação produtiva em escala mundial, os mecanismos de ajustes macroeconômicos e a rearticulação da hegemonia burguesa sob a influência do neoliberalismo⁵.

Esse contexto de profundo reordenamento econômico terá um amplo

³ Capítulo XXIII de “O capital: crítica da economia política”.

⁴ Entre estes, Netto (1996b) e Mota (2006).

⁵ O receituário para este reordenamento derivado do ideário neoliberal e que rompe com o direcionamento político dos anos anteriores ancorado no Welfare State, são elencadas por Sader e Gentili (1995, p.11), consistindo em: “[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas”. Desta forma, Behring (1999, p.28) ressalta como inerente a este receituário “o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior”. Em linhas gerais, denomina-se de Welfare State a forma de constituição estatal em que se verifica um alargamento das medidas de proteção social e cujas características podem ser observadas em alguns países, sobretudo da Europa Central, no período posterior à Segunda Guerra Mundial (BEHRING, 1999).

rebatimento na realidade nacional.

No cenário brasileiro, a década de 1980 é iniciada num contexto de permanência do regime político ditatorial instaurado com o golpe de 1964 e que se finda, segundo o entendimento de diversos autores, como Silva (1995)⁶, em 1985 com a instalação da Nova República.

Esse entendimento quanto ao período de encerramento do que Netto (2005a) denominou de “ciclo autocrático burguês”, no entanto, não é consensual. Para este autor, o fim deste ciclo não corresponde à emergência do regime político democrático instaurado. Netto parte da compreensão de que:

O que o governo Figueiredo [1979-1985] demarcou, claramente – e de modo inédito, no bojo dos instantes finais do ciclo autocrático – foi a incapacidade de a ditadura *reproduzir-se como tal*: em face do acúmulo de forças da resistência democrática e da ampla vitalização do movimento popular (devida, decisivamente, ao reingresso aberto da classe operária urbana na cena política), a já estreita base de sustentação da ditadura experimentou um rápido processo de erosão que a impeliu a empreender negociações a partir de uma posição política defensiva. (NETTO, 2005, p.35 – grifos do autor)

Para além das diferenças nas análises acerca do período de esgotamento do regime ditatorial, o que fica evidente em ambas as compreensões sobre este processo é o avanço da organização da classe trabalhadora e o fortalecimento do movimento de resistência democrática.

Ademais aos determinantes internos referentes à condução política do regime ditatorial⁷ - que, neste período, segue sob vigência do governo Figueiredo,

⁶ Nesta obra a autora faz um relevante estudo do contexto brasileiro a partir da ditadura militar de 1964 e da configuração do projeto profissional de ruptura vinculada a essa realidade nacional. Considerando sua contribuição à reflexão sobre a profissão neste contexto, suas análises permearam a elaboração deste capítulo.

⁷ Segundo Netto (2005a, p.43), os componentes fundamentais que percorrem o processo global da ditadura conferindo-lhe unidade, apesar das características próprias de cada um dos períodos que a compõem, são: 1) a Doutrina de Segurança Nacional (referencial político-ideológico recorrente e “vetor que coesiona a tutela militar na conformação do Estado ditatorial” e, 2) “[...] ao longo de todo o ciclo autocrático burguês, no campo da oposição democrática a hegemonia nunca escapou das mãos de correntes burguesas”. Na compreensão do autor são 03 os distintos momentos que compõem o “ciclo autocrático burguês” no Brasil: 1) De abril de 1964 a dezembro de 1968 – se estendendo do governo Castelo Branco a parte do governo Costa e Silva, em que a ditadura assume o Estado e luta por sua legitimação; 2) de dezembro de 1968 a 1974 – abrange parte do governo Costa e Silva, Junta Militar e Governo Médici, sendo que neste período a ditadura cria as suas estruturas estatais visando à garantia da concentração e centralização do capital, buscando garantir sua legitimidade de um lado pela força e, por outro, pelo consenso fundado na eficácia do regime e na promoção do desenvolvimento econômico o, chamado “milagre econômico” e, 3) período do governo Geisel – de 1974 a 1979 caracterizado pelo apronfundamento da crise do “milagre” e pela estratégia de sobrevivência do regime autodenominada de “processo de distensão”. Silva (1995), também compreende estes três momentos constitutivos do regime ditatorial. O que se difere em sua análise é que o terceiro momento se estende até os anos 1985, englobando também o Governo Figueiredo.

marcado pela continuidade do *projeto de auto-reforma* do regime iniciado no governo Geisel, a partir de uma “liberalização controlada e limitada” visando a criação da “superestrutura política” adequada ao regime (NETTO, 2005a) -, o contexto de aprofundamento da crise econômica mundial e seus rebatimentos na realidade brasileira (elevação dos índices inflacionários, crescimento da dívida externa e o agravamento das condições de vida da população) concorrem para uma crescente insatisfação com o regime militar, para a acentuação dos realinhamentos políticos e o avanço da rearticulação da sociedade civil.

De acordo com Silva (1995), são expressões do amplo movimento popular que se configura: a aliança entre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical que emerge; o Movimento Contra a Carestia; as greves operárias de 1978, 1979, 1980 e 1982, “[...] culminando com a grande movimentação pelas diretas Já, permitindo unificar os diferentes movimentos sociais populares, as entidades democráticas e os partidos políticos de oposição contra o inimigo comum, representado pela ditadura militar” (SILVA, 1995, p.38)⁸.

Calcado neste movimento da sociedade, a categoria profissional dos assistentes sociais também apresenta, neste período, uma visível tentativa de avanço em sua organização política.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido no ano de 1979 – III CBAS - se torna um marco na profissão, ficando conhecido como *Congresso da Virada* em referência ao posicionamento ético-político que se constitui marco decisivo “[...] no compromisso político e coletivo da categoria com os setores populares”. (ABRAMIDES, 1989 apud BARROCO, 2003, p.167).

Em meados da década de 1980, o quadro organizativo da profissão é composto pela Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS (criada em 1983), pelos sindicatos estaduais, o então Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS e a Associação Nacional de Ensino de Serviço Social – ABESS⁹. Através dessa organização a categoria profissional pressiona e encaminha mudanças no quadro da formação profissional e na prática do exercício profissional, assim como,

⁸ Cabe-nos destacar ainda neste período, a relevância do *novo sindicalismo* que se configura, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Há também a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que, nos anos 1990, se torna o movimento social de maior expressividade nacional.

⁹ Abramides e Cabral (1995) apresentam um estudo sobre o novo sindicalismo (1978-1988) e elaboram um resgate histórico da organização sindical dos assistentes sociais no referido período.

“[...] se articula com as lutas políticas mais amplas dos trabalhadores e dos movimentos sociais populares”. (Silva, 1995, p.41)

Essa aproximação do Serviço Social com a luta mais ampla dos trabalhadores e os direcionamentos políticos que parte da categoria tensiona buscando que se tornem hegemônicos na profissão, estão imbricados, além das demandas postas à profissão pelo próprio cenário brasileiro, a um processo anterior que vinha se esboçando no Serviço Social brasileiro – vinculado a um movimento latino-americano -, conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Esse movimento – heterogêneo e contraditório (NETTO, 2005b) – se inicia no decurso dos anos 1960, inscrito no contexto de caráter mundial em que, a partir das condições concretas postas pela crise de fundo da ordem capitalista que discutimos anteriormente, se verifica uma erosão nas bases do “Serviço Social tradicional”, de suas práticas e discursos teóricos legitimadores¹⁰.

Na América Latina, esse processo vincula-se à realidade marcada pelo imperialismo, pela luta pela libertação nacional e pelas transformações capitalistas excludentes, concentradoras e exploradoras (FALEIROS, 1987 apud NETTO, 2005b), em que os assistentes sociais se vêem frente a demandas – tanto oriundas da configuração do capitalismo nestes países quanto dos novos atores que emergem na cena-política – que impõem a questão central de qual seria o papel, a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento. (NETTO, 2005b).

No Brasil, Netto (2005a) distingue três direções principais constitutivas deste processo de renovação, sendo a perspectiva denominada pelo autor como *intenção de ruptura* a que vai se espraiando e se fortalecendo no interior da categoria profissional nos anos 1980, adentrando e orientando os debates profissionais e as

¹⁰ Nos limites deste trabalho, a Reconceituação do Serviço Social não será abordada de forma mais profunda em suas múltiplas determinações e em seu complexo desenvolvimento na realidade brasileira e latino-americana. Uma densa análise do tema – embora a compreensão acerca do Movimento de Reconceituação não seja consensual na categoria - é encontrada em Netto (2005a), em que autor localiza-a como processo que se desenvolve no período de (1965-1975), mas cujos rebatimentos na configuração da profissão ultrapassam os limites de seu período de duração. Na análise deste autor, o “Serviço Social tradicional” é entendido como “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005b, p.06).

organizações representativas dos assistentes sociais, “*dando o tom*” da sua produção intelectual, apresentando rebatimentos na formação acadêmica.

O núcleo central dessa vertente é uma crítica contundente ao desempenho “tradicional” do Serviço Social - com a recorrência à tradição marxista -, compreendendo as suas bases teóricas, metodológicas e ideológicas que, como ressalta este mesmo autor, é retomada nos anos 1980 de maneira que:

Não se tratou de uma simples continuidade das idéias da Reconceituação, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas da do período anterior [quando se desenvolve o movimento de Reconceituação]; antes, o que se operou foi uma retomada crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação, - por isto é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como *herdeiro* do espírito da Reconceituação; comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa. (NETTO, 2005b, p.17-18)

No decorrer desta década, diversos elementos se constituem a partir desse direcionamento¹¹, ao mesmo tempo em que, aliados aos fatores endógenos à profissão, permitem um avanço em seu entendimento e proposições, contribuindo para a maturidade teórico-política da *intenção de ruptura*. (BARROCO, 2003)

Além do avanço na organização política da categoria e de seu redirecionamento político, há o fortalecimento do Serviço Social no circuito da pós-graduação *stricto sensu* - com a criação em 1981 pela PUC/SP da primeira turma do único curso de doutorado em Serviço Social na América Latina e com o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo CNPq no ano de 1982 —, a revisão curricular dos cursos de graduação na área concretizada em 1982 e, posteriormente, já no contexto da Nova República, a promulgação de um novo

¹¹ Um dos elementos que configuram esse processo de renovação do Serviço Social em seus anos iniciais e que merece destaque é o desvelamento do caráter político da prática profissional que, embora tenha sido de extrema importância à categoria dos assistentes sociais, inicialmente é perpassado por alguns equívocos, revistos alguns anos depois, no desenvolver das reflexões profissionais. De acordo com Silva (1995, p.39-40), “Se, num primeiro momento, esse esforço [o de colocar-se a serviço da clientela do Serviço Social] confunde a ação profissional com uma ação político-partidária, levantando, inclusive, a necessidade de abandonar os espaços institucionais, a partir de 1978, por influência de Gramsci, cuja obra começa a ser divulgada no Brasil, o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. A partir daí, começa a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a se configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional. (SILVA, 2005, p.39-40)

Código de Ética profissional em 1986 com significativas mudanças¹² e a criação do CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social) em 1987.

O advento da Nova República, em meados da década de 1980, se dá mediante uma *transição negociada* do regime militar para um *governo civil de caráter liberal* e com um saldo de profunda crise nos diversos aspectos da realidade nacional: contexto de crise econômica, de agravamento das condições de vida da classe trabalhadora e generalização da miséria, empobrecimento da classe média e prenúncio da “[...] *falência do padrão do Estado intervencionista com o lançamento das bases de minimização do Estado*”. (SILVA, 1995, p.44)

Trata-se de uma complexa conjuntura na qual se instaura o processo constituinte em 1986 culminando com promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo marcado pela luta política entre as classes sociais e pelo clima político favorável ao debate democrático.

Nesta conjuntura, a estratégia do Estado visando o seu enfretamento é, nas palavras de SILVA (1995):

[...] garantir a transição política sem radicalização”. Em consonância com Iamamoto (1987), a autora aponta a forma pela qual o Estado busca viabilizar tal transição: “*Para isso, procura atrair para o campo legal e institucional as lutas e reivindicações dos trabalhadores, tentando despojá-las de seu conteúdo de classe, buscando institucionalizar o conflito social.* (IAMAMOTO, 1987 apud SILVA, 1995, p.46-47)

Como resultado desse processo têm-se importantes conquistas asseguradas

¹² Barroco (2003) discute que “o Código de Ética de 1986 constituiu-se de grande importância na medida em que, - juntamente com o novo Currículo de Serviço Social de 1982 – consistiu na ‘expressão formal da ruptura ética com o tradicionalismo do Serviço Social’ que já vinha se desenvolvendo no âmbito teórico-prático, referendando um projeto profissional que ‘pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional’ (BARROCO, 2003, p.170). Entretanto, segundo essa mesma autora, o referido código, mesmo possuindo um cunho marxista, não consegue superar a visão do marxismo tradicional que subsume a ética aos interesses de classe. Este documento, portanto, apesar da sua importância, não é capaz de traduzir os avanços profissionais conquistados na década de 1980. O movimento social brasileiro na referida década, não obstante, coloca novas bases para o exercício profissional e, nesse contexto, inicia-se um processo de debates pela categoria em torno da questão ética, o qual culmina na revisão do Código de 1986 e promulgação do novo Código profissional em 1993. A respeito dessa nova legislação profissional, pode-se constatar a superação dos equívocos que permearam a formulação do Código anterior.” (Barroco, 2003 apud Oliveira, 2006, p. 23-24). O recurso à ontologia social permite “decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade”. (Barroco, 2003, p.200).

na Carta Constitucional de 1988 no campo da Proteção Social Brasileira; entretanto, como retomaremos mais adiante, a dependência de legislação complementar para a sua efetivação e o contexto de profunda crise econômica para o qual o neoliberalismo é a saída adotada pelo país – direcionamento político-econômico que se insere no movimento do capitalismo em âmbito mundial -, não permitem que as referidas conquistas sejam, de fato, efetivadas em seu conjunto.

Um balanço dessa década no que se refere à atuação profissional é apresentado por Silva (1995) nos seguintes termos:

[...] a partir de 1979, quando a categoria dos assistentes sociais passa a ampliar uma vinculação orgânica com os trabalhadores e os marginalizados da sociedade, via grupos organizados, sindicatos e movimentos sociais, no contexto de rearticulação da sociedade civil brasileira, esses setores passam a demandar para o Serviço Social apoio às suas reivindicações para ampliação das políticas sociais na perspectiva de um direito social de classe, no contexto das grandes lutas que marcam a década de 80, em prol da ampliação da cidadania. Ao mesmo tempo, passam também a demandar para o Serviço Social apoio e assessoramento ao esforço de organização popular, por vezes até contratando diretamente os serviços de assistentes sociais. (SILVA, 1995, p.66)

Com esse saldo dos anos 1980, adentra-se a década de 1990 na qual novas e diversas mudanças se operam, novamente redimensionando a luta dos trabalhadores e o campo de trabalho profissional.

1.2 A década de 1990

Os anos 1990 no Brasil compreendem o Governo Collor (1990-1992), o Governo Itamar Franco (1992-1994) e o primeiro e parte do segundo mandato do Governo FHC (1995-2002).

No âmbito econômico, é uma década na qual a adoção do neoliberalismo como alternativa de desenvolvimento, com a inserção do país no contexto internacional de globalização e as conseqüentes políticas de ajuste estrutural a ela necessárias, vão determinar não só a economia nacional, mas também os rumos políticos e sociais do país.

A política econômica nacional passa pelo projeto de “modernização” de Collor que, pretendendo o crescimento do país, na verdade provoca grandes estragos; pelos anos do governo Itamar, marcados pela ambigüidade de discursos e práticas em que, por um lado, enfatiza-se o discurso do social e, por outro, se

efetivam políticas de continuidade ao projeto Collor, notadamente de submissão aos interesses do grande capital; chega à era FHC, que ascende ao governo com uma roupagem social-democrata, mas dá continuidade ao projeto neoliberal de forma mais competente e racionalizada que o Fernando anterior. (Antunes, 2004).

Não obstante às características próprias e às especificidades de cada um dos governos, o resultado deste cenário é “[...] *a hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo; reforma do estado e elevação do desemprego estrutural*” (Silva, 2009, p.604).

Na esfera das políticas sociais, com a submissão dos interesses sociais aos econômicos, esta é relegada a segundo plano; no contexto de um Estado mínimo, o que se verifica, na realidade, é sua minimização nas políticas sociais públicas. A Constituição de 1988 é, nesta perspectiva neoliberal, considerada como um entrave à governabilidade.

Dessa forma, o quadro de agravada questão social é, em geral, tratado através de políticas pontuais e emergenciais¹³. Registram-se neste período a atuação e extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) – grandes agências públicas de assistência social -, o Plano de Combate à Fome e à Miséria - instituído em 1993 e tendo uma perspectiva de parceria entre suas vertentes governamental e não-governamental - e o Programa Comunidade Solidária, que se institui numa continuidade em relação ao apelo à solidariedade e parceria da sociedade civil e do Estado, sendo reconhecido pelo próprio governo como uma ação emergencial no combate à miséria no país. Em termos de avanço na área da assistência social, destacam-se apenas alguns como a Lei Orgânica da Assistência Social que, porém, tem suas proposições operacionalizadas muito lentamente; dentre estas, situa-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC) instituído em 1996 (SILVA, 1995; 1999).

No plano político, ao esforço de despolitização da sociedade civil

¹³ Em análise elaborada por Silva (1995), verifica-se o quadro social do Brasil no início da década assim configurado: “[...] em termos da dimensão do fenômeno da pobreza, verifica-se que o Brasil adentra a década de 90 com um total de 14,4 milhões de famílias em condições de pobreza, ou seja, com 64,5 milhões de pessoas com rendimento *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, portanto, insuficientes para atender às suas necessidades mais básicas. Desse contingente, 6,9 milhões de pessoas encontram-se em situação de indigência, com um rendimento *per capita* igual ou inferior a um quarto de salário mínimo, incapaz de atender sequer a suas necessidades alimentares. Isto significa que, de cada dez brasileiros, 4,4 são pobres e, destes, 2,3 são indigentes (IPEA, 1992)”. (SILVA, 1995, p.57). Embora ocorra no decorrer deste período políticas como a do Plano Real, de estabilização da economia, essas não são suficientes para reverter o quadro da questão social, postas as conseqüências das políticas neoliberais que avançam no país.

organizada empreendido pelo governo que inicia a década – pautado em uma postura autoritária que secundariza o povo e as organizações populares -, soma-se a já mencionada estratégia de parceria com a sociedade civil – que, na prática, se traduz em transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade, mascarando os conflitos de classe existentes e retirando o foco dos direitos sociais – e a dura investida contra as organizações dos trabalhadores por meio da repressão e “satanização” dos movimentos sociais¹⁴ postas em ação no governo FHC.

Nesse contexto econômico, político e social verifica-se um refluxo das organizações da classe trabalhadora.

O avanço da política neoliberal e da reestruturação produtiva – como já mencionado anteriormente – possui rebatimentos no mundo do trabalho provocando neste profundas *metamorfoses*, levando à diversificação e complexificação da classe trabalhadora ou, nos termos de Antunes, da *classe-que-vive-do-trabalho*¹⁵ e reordenando a organização sindical e a luta dos trabalhadores que passam a se ver recuadas diante da redução dos postos de trabalho, das demissões massivas, etc., situando-se numa perspectiva defensiva¹⁶. De acordo com Silva (1995):

Do lado do trabalho, o que se verifica é um esforço de readaptação das forças sociais ao novo contexto de profunda mutação no mundo do trabalho. O movimento sindical, mesmo o mais combativo, tem circunscrito, cada vez mais, sua atuação no campo econômico-corporativo, tentando deter os índices elevados de desemprego e arrocho salarial, sem maior participação na redefinição do Estado. O que se verifica são fortes marcas do corporativismo e da inclinação à ideologia do consenso por parte de centrais sindicais e de grandes sindicatos. O movimento popular, passada a efervescência do final dos anos 70 e anos 80, busca novas formas de luta, valorizando, sobretudo, a esfera do cotidiano, com efetivas dificuldades de articulação com as lutas políticas mais amplas (CARVALHO, 1993 apud SILVA, 1995, p.59)

¹⁴ Sant’Ana (2009) aborda a campanha de satanização dos movimentos sociais empreendida pelo governo indicando, dentre outros estudos sobre o tema, o de ROMÃO, L. M. S. **O discurso materializado no MST: a ferida aberta na nação**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia). USP, Ribeirão Preto, 2002.

¹⁵ Optamos aqui pela utilização do termo de Antunes por entender que, embora não se trate de uma classe homogênea, o referido termo expressa o que de fato a identifica: a não propriedade dos meios de produção, o que implica na necessidade da venda de sua força de trabalho.

¹⁶ Há que se levar em consideração também a *crise do socialismo real* como um fator que influi no ideário sobre as lutas sociais nesta década. Por outro lado, a partir do avanço das políticas sob o ideário neoliberal no Brasil nestes três governos que vigem na década de 1990 – e posteriormente também no governo Lula, segundo análise de alguns autores como Netto (2004) e Braz (2007), conforme pontuaremos mais adiante -, se configuram políticas que, de acordo com Braz (2007, p.54), “[...] buscaram num só tempo o combate às forças organizativas no trabalho como forma de destruir ou reduzir os impactos dos gastos sociais nas taxas de lucros capitalistas – daí o aprofundamento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a construção de novos padrões de atendimento à “questão social” – e de transferir riquezas para segmentos do capital financeiro – substancialmente no Brasil os bancos e setores rentistas do grande capital”.

A institucionalização de demandas populares que ocorre com a Constituição Federal de 1988 e a ênfase que passam a ter os espaços de participação da sociedade civil na proposição e controle social das políticas públicas, embora signifiquem uma conquista democrática, passam a deslocar o foco dos movimentos sociais para os conselhos de direito, também confluindo para esse redimensionamento dos movimentos sociais (GOHN, 1991). Abreu (2002) analisa, ainda, esse perfil mais propositivo no sentido da execução de programas sociais, a partir do qual os movimentos sociais cedem, muitas vezes, lugares às ONGs.

Constante na publicação de Antunes (2006), o quadro abaixo permite visualizar o movimento da organização dos trabalhadores no âmbito das lutas sociais circunscritas à esfera do trabalho.

**Quadro 1. Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve
1990-1999**

| Anos | Greves | Grevistas | Média de grevistas por greve |
|------|--------|-----------|------------------------------|
| 1990 | 1956 | 9.084.672 | 4644 |
| 1991 | 1128 | 7.527.732 | 6674 |
| 1992 | 624 | 2.819.412 | 4518 |
| 1993 | 732 | 5.194.020 | 7096 |
| 1994 | 1128 | 3.266.076 | 2896 |
| 1995 | 1128 | 2.654.628 | 2353 |
| 1996 | 1332 | 2.694.180 | 2023 |
| 1997 | 684 | 896.172 | 1310 |
| 1998 | 600 | 1.714.692 | 2858 |
| 1999 | 552 | 1.378.668 | 2496 |

Dados: Dieese, 2002. In: Antunes (2006, p.466-467)

A partir deste dado, pode-se verificar tanto a oscilação do número de greves no decorrer da década de 1990 – sendo que os anos 1999 registram a menor incidência de greves do período - quanto a considerável queda da média de grevistas por greve a partir de meados da referida década.

Mota (1995) analisa a reconfiguração da organização política da classe trabalhadora nos anos 1990 em relação com o que a autora denomina de “*cultura da crise*”. Situada a partir do contexto da crise econômica dos anos 1980 e da organização dos trabalhadores neste período,

[...] o traço predominante dessa cultura é a idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a “saída” da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise. (MOTA, 1995, p.101)

Na compreensão da autora, esse trato *indiferenciado* da crise e de seus impactos nas distintas classes sociais visa a “*diluição de projetos de classe*” na medida em que se propaga o consenso entre as mesmas para o enfretamento da crise vivenciada, consistindo numa ofensiva burguesa que tenta *funcionalizar* a luta dos trabalhadores tornando-a objeto de adesão e consentimento.

Dessa forma, Mota (1995, p.102) discute esse encaminhamento em sua provável inflexão para a configuração dos movimentos sociais surgidos no país nos anos 1990¹⁷ como movimentos de *natureza poli ou transclassistas* e, portanto, destituídos do caráter de movimento das classes trabalhadoras “[...] *porque construídos sob a batuta de um suposto interesse geral da sociedade em denunciar a barbárie social brasileira*”; neste sentido, se diferenciam “*radicalmente das experiências organizativas dos trabalhadores, construídas ao longo da década de 80*”.

Estas questões postas na realidade nacional inegavelmente possuem repercussão no dinamismo da profissão. O cenário configurado em relação ao mundo do trabalho, à “questão social”, à organização das classes sociais e às políticas sociais influi diretamente no campo de trabalho profissional, seja pelas alterações que, ao se processarem no mundo do trabalho e na superestrutura da sociedade de uma forma geral, atingem a profissão enquanto tal, seja pelo aumento e diversificação das demandas que se lhe apresentam.

Mediante essa realidade, de acordo com estudos de Silva (1999), novas temáticas passam a ocupar lugar nas reflexões teóricas da categoria, tais como: trabalho/transformações no mundo do trabalho, temas identificados com as transformações do final do século (revolução informacional, nova ordem mundial, reestruturação produtiva, transformações societárias, globalização, modernidade, pós-modernidade, sociedade pós-industrial, neoliberalismo e crise do socialismo

¹⁷ A autora menciona como exemplos desses movimentos campanhas como “*em favor da cidadania contra a fome*” e “*pela ética na política*”.

real), direito/cidadania, ética/ética profissional, renda mínima/mínimos sociais, descentralização, terceiro Setor/ONGs e conselhos populares de gestão.

No decorrer dos anos 1990 têm-se importantes marcos na profissão: a reformulação do Código de Ética Profissional, com a definição de um novo Código em 1993, a criação da Lei de Regulamentação da Profissão - LEI N° 8.662 datada do mesmo ano e a revisão curricular culminando nas diretrizes curriculares para a formação profissional aprovadas em 1996.

Embora se insiram num contexto de acirramento do ideário neoliberal e de refluxo da organização da *classe-que-vive-do-trabalho* e seu enfraquecimento na luta de classes na sociedade brasileira – cenário, portanto, bastante diferenciado em relação à realidade vivenciada nos anos 1980 -, as legislações e diretrizes profissionais que se definem nesta década no Serviço Social se constituem num processo de amadurecimento teórico e ético-político do redirecionamento profissional que ocorre nos anos anteriores a 1990.

Nesse sentido, o Código de Ética Profissional de 1993 assenta-se em princípios que revelam e direcionam para um projeto ético-político profissional contra-hegemônico ao projeto societário vigente, fundamentando-se na ontologia social marxiana e postulando o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade (BARROCO, 2003)¹⁸.

As diretrizes curriculares de 1996, por sua vez, surgem como necessidade de readequação da formação profissional perante o amadurecimento teórico e das fundamentações ético-políticas profissionais que vimos discutindo e às novas

¹⁸ Constituem princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 são: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

questões postas pela realidade contemporânea ao trabalho do assistente social, tendo em vista uma capacitação que abrangesse as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa constituintes do trabalho profissional. Faleiros (2000) discute as mudanças nos projetos de formação profissional dos anos 1982 e a que ocorre na década de 1990¹⁹ nos seguintes termos:

A visão de que o serviço social deveria se integrar com os movimentos sociais se tornou um eixo central, tendo em vista a própria mobilização das organizações estaduais e nacional dos assistentes sociais para se reestruturar. A criação dos mestrados em SP e RJ, no início dos anos 70, favoreceu a pesquisa e a consideração da área no âmbito científico. Nesse contexto é que se definiu uma reforma curricular de 1979 que veio desbancar a divisão de serviço social de casos, de grupo e de comunidade, e colocar o projeto de teoria, metodologia e história do serviço social, com ênfase nos movimentos sociais, e na luta de classes. Na sua implementação, a proposta se viu confusa, teoricista, estruturalista, sem abertura para repensar a multiplicidade da prática. A reforma dos anos 1998/2000, promovida pela ABESS/CEDEPSS teve como base “os esforços de superação de traços teoricistas, que não raras vezes impregnaram o debate profissional nos anos 80, (e) apontaram caminhos para ultrapassar o distanciamento entre o labor teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano”(CARDOSO et al, 1997 apud FALEIROS, 2000, p.164).

Esses marcos profissionais, embora ocorridos nos 1990, não se limitam a essa década, norteados o trabalho e a formação profissional também nos anos 2000.

1.3 Adentrando o século XXI

A conjuntura nacional que preside a entrada dos anos 2000 é de continuidade ao movimento que vem se configurando no país na década anterior. Tem-se o prosseguimento do segundo mandato do governo FHC, que permanece na presidência do país até o ano de 2002 e cujo saldo é assim analisado por Netto (2004):

O balanço global da era FHC, sob tal comando [do grande capital], não poderia ser outro senão o que os setores da esquerda chamaram de *herança maldita*, facilmente visualizável: a dilapidação do patrimônio público

¹⁹ Nota-se que no texto do autor este se refere à reforma dos anos 1998/2000. Essa diferenciação na definição temporal se dá devido ao processo de reformulação do projeto de formação profissional nos anos 1990, que se inicia com os debates da categoria em torno da nova proposta de formação para os cursos de Serviço Social em 1994, sendo aprovadas as diretrizes curriculares pela categoria profissional em 1996, encaminhadas ao Conselho Nacional de Educação e submetida aos demais procedimentos necessários até a sua implementação de fato nos cursos de Serviço Social.

ela via da privatização, o brutal aumento da dívida líquida do setor público, o agravamento da vulnerabilidade do país em face dos condicionantes externos (de que a crise dos inícios de 1999 foi apenas um índice), taxas de crescimento residuais e o acréscimo em flecha do desemprego e da “informalidade”. Dois indicadores são eloqüentes do legado da era FHC: em 2001, o percentual de brasileiros situados abaixo a linha de pobreza era de 33,6%, aí incluídos os 14,6% situados abaixo da linha da indigência (c.f. Ipeadata, 2003); quanto ao coeficiente Gini, que mensura a distribuição da renda, ele estava, em 2000, em 0.609, superior ao registrado em 1981 (0.587), revelando, pois, que os mais ricos prosseguiram açambarcando mais da riqueza social, num histórico e ininterrompido, antes acentuado, processo de concentração que levou o professor Hobsbawm a caracterizar o nosso país como “monumento da injustiça social”. (NETTO, 2004, p.7)

A vitória presidencial de Luís Inácio Lula da Silva que tem seu mandato iniciado no ano de 2003, se por um lado trouxe suas especificidades e alguns aspectos positivos em relação aos seus predecessores, por outro, seus anos de governo, ainda em andamento – dada a sua vitoriosa reeleição no ano de 2006 -, evidenciaram a manutenção da política neoliberal que marcaram os governos anteriores²⁰.

As políticas econômica e social permanecem vinculadas numa relação de submissão e funcionalidade da segunda ante a primeira.

Em linhas gerais, no âmbito econômico a política vigente se caracteriza por um conjunto de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas por reformas estruturais liberalizantes (BRAZ, 2007). Este ajuste estrutural, ainda segundo o autor, se resume a:

- diminuição do *déficit* fiscal reduzindo o gasto público;
- aplicação de uma política monetária restritiva para combater a inflação;
- prevalência de uma taxa de juros elevada adequada a uma política de cambio variável;

²⁰ A vitória de Lula – ex-operário e sindicalista a frente de um partido de esquerda (o Partido dos Trabalhadores – PT) que se constitui em meio ao processo de lutas sociais no contexto da redemocratização brasileira – com 52,79 milhões de votos é um fato histórico e que merece destaque. Se as alianças e coligações políticas realizadas pelo PT e os caminhos da campanha presidencial de Lula causavam certo receio a alguns analistas e militantes, sobrepõe-se, no entanto, a crença do eleitorado na possibilidade concreta de mudança que o PT simbolizava frente à realidade posta pela orientação macroeconômica e social sobretudo da era FHC. Dentre as dimensões positivas do desempenho do governo Lula em seus anos iniciais, Netto (2004) menciona uma condução mais ativa e criativa da política externa e um cuidado mais efetivo com a questão dos direitos humanos, como o combate ao trabalho escravo, por ex., aos quais se acrescentam também análises como a de alguns movimentos sociais acerca da abertura maior ao diálogo e trato diferenciado a estes movimentos em relação aos governos anteriores, além de entenderem o governo do PT como um governo em disputa, na qual as forças sociais de esquerda, dependendo de sua capacidade de organização, teriam a possibilidade de inflexão no seu direcionamento. Ressalta-se, no entanto, que tratam-se de análises referentes aos anos iniciais do mandato de Lula, as quais não necessariamente permanecem no decorrer de seus já quase findos dois mandatos. Algumas das análises sobre o Governo Lula encontram-se em Netto (2004) e Braz (2007).

- transformação das exportações como motor do crescimento, enfraquecendo com isso o mercado externo;
- liberalização do comércio exterior;
- atenuação das regulações estatais, maximizando o uso do mercado e concentrando o investimento no setor privado. (BRAZ, 2007, p.54-55 – grifos do autor)

Trata-se de uma política econômica que se atrela ao receituário do Fundo Monetário Internacional- FMI e do Banco Mundial, como organismos reguladores do interesse do grande capital em âmbito internacional²¹.

No entanto, se essa política econômica é necessária para, juntamente com outras estratégias operadas no setor produtivo, garantir a reprodução do capitalismo, igualmente necessária é a sua legitimação ideológica e a administração de sua consequência imediata: a crescente desigualdade social.

Nessa perspectiva é que se insere a política social, que a partir dos anos 1990 - ressoando no Brasil com maior impulso nos anos 2000 - passa a compor o discurso e preocupações dos organismos multilaterais – sobretudo o Banco Mundial, o BID e a ONU - no sentido de garantir a “administração da pobreza” e a “boa governança” dos “mercados emergentes”. Dessa forma, *“A política de ação do Banco Mundial para os países periféricos tem condicionado os acordos da dívida externa com a implementação daquilo que eles chamam de ‘programas de combate à pobreza’.”* (MOTA, 2006, p.40).

É atrelado a esse direcionamento que os programas sociais de Renda Mínima passam a assumir centralidade na condução da política social brasileira a partir do governo FHC e com maior vitalidade no governo Lula, assentado numa orientação política de combate à pobreza com características compensatórias ou redistributivas e não via “inclusão” através do trabalho.

De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa Bolsa Família – criado em outubro de 2003 – atendeu no ano de 2009 12,4 milhões de famílias, totalizando um investimento de R\$ 12,4 bilhões entre janeiro e dezembro de 2009²².

²¹ Conforme pontuado na Introdução deste trabalho, estes organismos multilaterais se constituem na conjuntura pós Segunda Guerra Mundial e se redimensionam no decorrer deste período situando-se no âmbito do apoio técnico, do financiamento (empréstimos, controle/cobrança dos pagamentos, etc.) e da regulação (funções como o estabelecimento de diretrizes, normas e acordos, intervenção, entre outras) no âmbito das relações internacionais.

²² Informações disponíveis em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/noticias/populacao-atendida-pelo-bolsa-familia-recebeu-r-12-4-bilhoes-em-2009>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

Embora os números pareçam bastante expressivos, Braz (2007) ao analisar os dados referentes ao Programa no ano de 2006 alerta que os valores compreendidos pelo Bolsa Família oscilam em torno de 0,3% do PIB, “[...] *menos do que se gasta com a compra de dólares pelo Banco Central (para segurar a queda da moeda americana frente ao real), que em 2006 chegou a quase 0,5% do PIB*”. (BRAZ, 2007, p.56). O autor ressalta ainda, que o orçamento brasileiro para o ano de 2007 previa que 59,7% da receita seriam destinados a “honrar” os serviços da dívida, referentes a refinanciamento, amortização ou pagamento de juros.

Não obstante a essa realidade, o Programa cumpre a funcionalidade de legitimação da política econômica do governo na medida em que, como analisa Mota (2006, p.42)²³:

Como os índices do IBGE relativos à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos são medidos através da renda, e é considerado pobre aquele que ganha abaixo de 120 reais, mesmo um pequeno acréscimo de 100 ou 200 reais garantido pelo programa para uma família que tinha uma renda de até 50 reais por mês já possibilita demonstrar, nas estatísticas oficiais, que essa família deixou de ser pobre, deixou de ser “excluída” e ascendeu socialmente; este usuário do programa passou a ser um “incluído”. Mesmo que este usuário more em condições sub-humanas, numa localidade sem saneamento, sem água encanada, sem posto de saúde e com escolas públicas depredadas, o que irá aparecer nas estatísticas oficiais é sua “inclusão social”, através do aumento da renda. Essa manipulação de dados permitiu ao atual governo federal demonstrar, através dos números oficiais, que tirou mais de 7 milhões de famílias da condição de pobre e, assim, justificar a sua política econômica e as reformas políticas neoliberais de que necessita.

Enquanto se propala o enfrentamento à pobreza e indigência, as contra-reformas seguem em curso, colocando em prática a política de mercantilização de serviços públicos essenciais como a previdência, a saúde e a educação (MOTA, 2006), operando-a também no âmbito trabalhista e sindical (BRAZ, 2007).

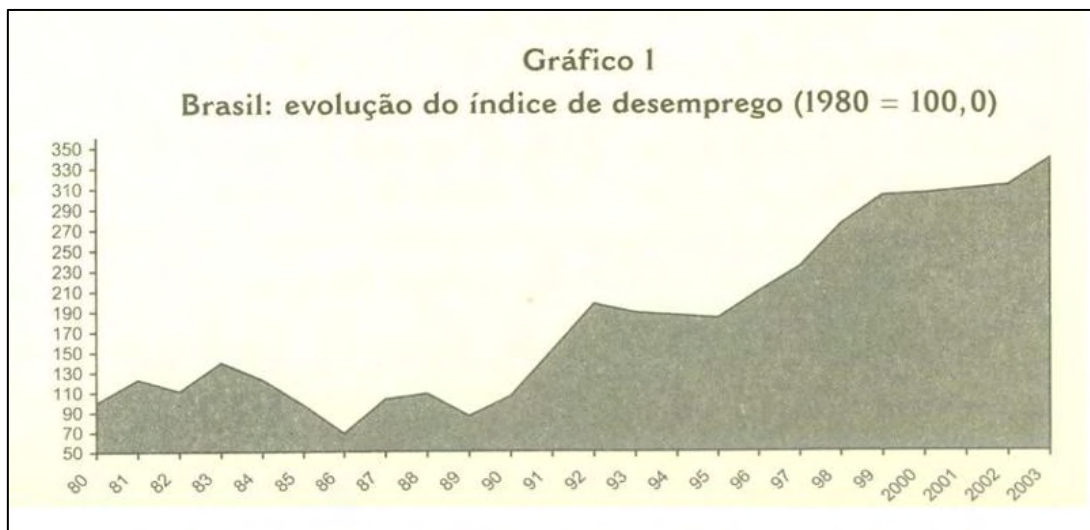
No âmbito do trabalho, o desemprego, somado ao emprego informal ou subcontratado, permanece sendo uma realidade distante de ser atendida pelas políticas governamentais; antes, é agravado pelas políticas e acordos econômicos estabelecidos com os detentores do grande capital – seja ele nacional ou

²³ A análise apresentada por Mota (2006) é bastante expressiva. Nela o direcionamento da política social de “combate à pobreza” é discutida em seus nexos mais profundos com a política econômica e com a “exclusão social” inerente ao modo de produção capitalista. No que se refere aos impactos do Programa Bolsa Família, analisa-se também o efeito imediato no consumo das famílias beneficiárias, possibilitando-as acesso a bens de primeira necessidade, melhorando as condições dessas famílias – embora não assegure condições suficientes para retirá-las da situação de pobreza - e incrementando financeiramente algumas economias locais.

internacional -, como é o caso, por exemplo, da política dos agrocombustíveis lançadas no governo Lula que, dentre outras conseqüências políticas, econômicas e sociais, tem levado um grande contingente de trabalhadores rurais a condições degradantes de trabalho e vida.

No que tange ao desemprego, no início da década, em 2002, de acordo com Antunes (2006, p.60), “[...] o país registrou a quarta posição no ranking mundial do desemprego. No total de desempregados, perdeu apenas para a Índia, Indonésia e Rússia”. O gráfico abaixo apresenta a evolução do índice de desemprego entre os anos 1980 e 2003, em que se pode observar seu crescimento vertiginoso a partir dos anos 1990.

Gráfico 1 – Brasil: evolução do índice de desemprego (1980 = 100,0)



Fonte: IBGE (PNAD; ajustadas) – Elaboração Própria In: Antunes (2006, p.60)

Mota (2006) recorrendo a dados do IPEA (2005) afirma que mais da metade da força de trabalho no Brasil era, à época da coleta de dados, empregada no “setor informal”. Ainda segundo a autora, com referência em dados do IBGE também datados do ano de 2005, entre 1992 e 2004 houve um crescimento de 38,3% para 51,2% no percentual de trabalhadores subcontratados e informais.

Diante desse complexo quadro social, se, por um lado, a resistência organizada da *classe-que-vive-do-trabalho* nos sindicatos, partidos e movimentos sociais encontra-se enfraquecida – e isso não quer dizer, em absoluto, que ela não exista, haja visto o exemplo do MST na atualidade - outras formas de conflito têm se colocado e permanecem, apesar das investidas neoliberais ideológicas para a sua contenção e obtenção de consenso em torno de seus projetos de reprodução do capital.

A criação contínua de uma superpopulação de trabalhadores excedentes tem gerado sérias e explosivas contradições que podem pôr em xeque o ambiente politicamente estável que as economias capitalistas precisam para continuar a reproduzir seu modelo de acumulação. Esses conflitos podem se apresentar na forma organizada de luta social histórica dos trabalhadores, em torno de reivindicações legítimas, como por exemplo, o Movimento dos Sem-Trabalho, na Argentina, ou mesmo o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST no Brasil. Contudo, outros tipos de conflitos na forma de convulsões sociais espontâneas são proporcionados pelo aumento da massa de trabalhadores desempregados, como por exemplo, as batalhas campais travadas entre camelôs e policiais no Rio de Janeiro. Sem falar no aumento das diversas formas *ilegais* (sic) de acumulação de capital, cujo exemplo principal é o mercado clandestino de tráfico de drogas que tem recrutado um exército de jovens nas favelas brasileiras, seguido, por sua vez, do aumento da repressão policial e das formas bárbaras de violência. (MOTA, 2006, p.38)

Esse rápido panorama da realidade brasileira no adentrar do século XXI não tem por pretensão esgotar nem “dar conta” da totalidade das questões e mediações que a conformam. Busca-se apenas trazer elementos que auxiliem a evidenciar a realidade na qual a profissão se insere e as demandas que se lhe impõem.

No âmbito do Serviço Social, permanecem e aprofundam-se os desafios postos no decorrer da década anterior referentes ao mundo do trabalho, à questão social, à organização da *classe-que-vive-do-trabalho* e à configuração das políticas sociais.

Se algumas das reformas desencadeadas ou em vigor na presente década possuem rebatimentos na profissão a partir da realidade configurada e das demandas que são postas ao trabalho profissional, outras porém a afetam diretamente, como é o caso da reforma do ensino superior e suas amplas repercussões na formação profissional²⁴, que põem em pauta o desafio de assegurar a sua qualidade, ao encontro às demandas presentes na realidade social e orientada pelo atual projeto ético-político profissional.

As reflexões hegemônicas no interior da categoria profissional continuam buscando reafirmar o referido projeto ético-político direcionado pelo Código de Ética Profissional de 1993, entendendo que cada vez mais a realidade social configurada

²⁴ No bojo da reforma do ensino superior colocam-se questões como: o aceleração do processo de aprovação e abertura de novos cursos superiores, a ampliação dos tipos de instituições do ensino superior, a diversificação das modalidades de cursos – como os seqüenciais -, a adoção de mecanismos mais flexíveis para ingresso na universidade, o reconhecimento legal dos cursos à distância na graduação – o que facilita a abertura de novos cursos, uma vez que reduz-se consideravelmente os seus custos -, entre outras. Esta e outras discussões a respeito da reforma do ensino superior encontram-se em FERREIRA (2000).

sinaliza que é somente numa outra perspectiva social que as contradições inerentes ao sistema societário vigente podem resolver-se. Esta direção deve materializar-se no cotidiano profissional por meio do trabalho e formação profissionais.

As atuais entidades representativas da categoria, Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO têm ocupado um importante papel nesse processo.

Vê-se que são muitos os desafios postos à profissão neste início de século. O Serviço Social adentra os anos 2000, por um lado, diante de diversos desafios estruturais e conjunturais – a configuração do mundo do trabalho, o aumento das desigualdades sociais e complexificação da “questão social”, o direcionamento das políticas sociais, o recuo das organizações da *classe-que-vive-do-trabalho*; por outro, com um importante protagonismo – ou sua possibilidade, a partir das diretrizes profissionais hegemônicas - teórico e ético-político no âmbito da análise e intervenção na realidade social.

2 PERCURSO METODOLÓGICO E AS FONTES DE PESQUISA

2.1 Percurso Metodológico da Pesquisa

Para a análise da interlocução do Serviço Social com os Movimentos Sociais sob o enfoque da atuação profissional, procedeu-se à pesquisa bibliográfica extraídas das seguintes fontes:

1. Artigos publicados na “*Revista Serviço Social e Sociedade*”;
2. Teses e dissertações vinculadas a Programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social reconhecidos e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
3. Artigos publicados nos ANAIS do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS.

Os artigos publicados na “*Revista Serviço Social e Sociedade*” e nos ANAIS do CBAS e do ENPESS, bem como, as teses e dissertações referentes à temática dos *movimentos sociais* permitiram uma recuperação de experiências e reflexões acerca do trabalho profissional junto aos referidos movimentos. Este material contendo debates e experiências de trabalho foi analisado de acordo com categorias definidas *a posteriori*, orientando-se, no entanto, por questões como: vínculo de trabalho, forma de inserção profissional, área de política pública, perspectiva teórica e diretrizes ético-políticas evidenciadas nas publicações estudadas.

No que tange aos artigos selecionados para compor o material bibliográfico do presente trabalho, sua relevância se dá na medida em que a “*Revista Serviço Social e Sociedade*” possui circulação em âmbito profissional nacional, sendo uma das revistas de maior expressividade dentre a categoria dos assistentes sociais. Quanto ao CBAS e ao ENPESS, ambos também possuem essa dimensão nacional, consistindo em fóruns privilegiados de reflexões sobre a pesquisa e o trabalho profissional do Serviço Social no Brasil.

No que se refere às teses e dissertações analisadas, inicialmente a proposta era realizar levantamento das obras produzidas em 05 Instituições de Ensino Superior selecionadas: UNB, UFPE, UFRJ, PUC/RS e PUC/SP; o critério de seleção das Universidades foi possuírem Programas de Pós-Graduação reconhecidos e recomendados pela CAPES em nível de mestrado e doutorado.

De acordo com levantamento realizado junto ao site da referida Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em janeiro de 2007 e atualizado no mês de fevereiro de 2009, o universo de Universidades que atendem a este critério é composto por um total de 10 Instituições, caracterizadas conforme pode ser observado no quadro a seguir.

| Quadro 2 - GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS | | | | | |
|--|-----------|----|----------|---|---|
| ÁREA: SERVIÇO SOCIAL | | | | | |
| PROGRAMA | IES | UF | CONCEITO | | |
| | | | M | D | F |
| <u>ECONOMIA DOMÉSTICA</u> | UFV | MG | 4 | - | - |
| <u>POLÍTICA SOCIAL</u> | UNB | DF | 5 | 5 | - |
| <u>POLÍTICA SOCIAL</u> | UFES | ES | 3 | - | - |
| <u>POLÍTICA SOCIAL</u> | UFMT | MT | 3 | - | - |
| <u>POLÍTICA SOCIAL</u> | UFF | RJ | 4 | 4 | - |
| <u>POLÍTICA SOCIAL</u> | UCPEL | RS | 3 | - | - |
| <u>POLÍTICAS PÚBLICAS</u> | UFMA | MA | 5 | 5 | - |
| <u>POLÍTICAS PÚBLICAS</u> | FUFPI | PI | 4 | - | - |
| <u>POLÍTICAS SOCIAIS</u> | UNICSUL | SP | 3 | - | - |
| <u>POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA</u> | UCSAL | BA | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFAL | AL | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFAM | AM | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UCGO | GO | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFJF | MG | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFPA | PA | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFPB/J.P. | PB | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFPE | PE | 5 | 5 | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFRJ | RJ | 5 | 5 | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UERJ | RJ | 4 | 4 | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | PUC-RIO | RJ | 4 | 4 | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFRN | RN | 3 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | PUC/RS | RS | 5 | 5 | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UFSC | SC | 4 | - | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | UNESP/FR | SP | 4 | 4 | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL</u> | PUC/SP | SP | 6 | 6 | - |
| <u>SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL</u> | UEL | PR | 4 | - | - |

Cursos: M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional

Fonte: CAPES, Fevereiro 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>.

Dessa forma, selecionaram-se as que, dentre estas, apresentaram no pré-levantamento realizado junto ao Banco de Teses¹ disponível no site da CAPES um maior número de trabalhos referentes ao tema *movimentos sociais*.

No entanto, em momento posterior, com a conclusão do levantamento junto

¹ O referido Banco de Teses faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC e disponibiliza ferramenta de busca e consulta aos dados relativos a teses e dissertações defendidas a partir de 1987. De acordo com informações constantes no site da CAPES, os dados sobre as teses e dissertações lhe são fornecidos diretamente pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados. Informações disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em 20 jan. 2007.

ao site da CAPES e a análise das informações obtidas, localizaram-se apenas 04 obras que atendiam aos critérios de pesquisa: teses e dissertações acerca do tema *movimentos sociais* que apresentam interlocução com a atuação profissional do Serviço Social a partir de experiências de trabalho junto aos referidos movimentos publicadas no período compreendido entre os anos de 1994 e 2008. Assim sendo, procedeu-se à seleção por obras - consideradas individualmente -, reformulando a proposta inicial de seleção por Programas de Pós-Graduação.

Para a definição da referência temporal para a seleção do material bibliográfico para análise utilizou-se o marco da instituição do atual Código de Ética Profissional do Serviço Social, considerando a nova direção para o trabalho e a formação profissional no Brasil que este Código (publicado em 1993) imprimiu juntamente com as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social aprovadas no ano de 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Nesse sentido, selecionaram-se as publicações realizadas a partir do ano de 1994 devido ao entendimento de que nestas já se fizeram presentes as influências da compreensão ética postulada no referido Código de Ética.

2.2 As Fontes de Pesquisa

2.2.1 A Revista Serviço Social e Sociedade

Criada em 1979, a Revista *Serviço Social e Sociedade* constitui um importante espaço de reflexão e debates acerca da realidade contemporânea e da profissão no Brasil.

Nesse sentido, e considerando sua relevante veiculação no interior da categoria profissional, é que se selecionou essa fonte bibliográfica para a composição do material bibliográfico de análise nesta pesquisa.

Desde sua criação até o final do ano de 2008, a Revista teve 96 números publicados, chegando à publicação de número 100 em dezembro de 2009 e totalizando 952 publicações – incluindo as diversas seções que compuseram a Revista em sua trajetória (artigos, resenhas, entrevistas e depoimentos, etc.) – assim distribuídas: 257 entre os anos de 1979 e 1989, 258 nos anos 1990 a 1999 e 410 na

década 2000-2009².

Estudos realizados por Silva (1999; 2009) evidenciam a configuração das temáticas recorrentes nas publicações no decorrer deste período, conforme pode ser observado no quadro abaixo elaborado pela autora.

Quadro 3- Temáticas Recorrentes na Revista Serviço Social e Sociedade nas três décadas (1979-2009)

| Temáticas recorrentes | F 1979-89 | F 1990-99 | F 2000-2009 |
|---|-----------|-----------|-------------|
| Prática Profissional | 30 | 15 | 7 |
| Saúde | 20 | 9 | 21 |
| Movimentos Sociais/Movimentos Populares | 17 | 14 | 7 |
| Política Social | 16 | 19 | 16 |
| Formação Profissional | 15 | 12 | 3 |
| Pesquisa/produção do Conhecimento | 11 | 11 | 5 |
| Trabalho Comunitário | 12 | 6 | 2 |
| Família | 9 | 10 | 18 |
| Criança/Adolescente | 8 | 5 | 28 |
| Organização Profissional | 7 | 3 | 5 |
| Política de Assistência Social | 6 | 19 | 40 |
| Democracia | 4 | 10 | 0 |
| Pobreza/Miséria/Exclusão Social | 4 | 12 | 21 |
| Mulher/Feminismo | 3 | 7 | 7 |
| Trabalho | 3 | 26 | 33 |
| Estado | 3 | 3 | 13 |

Fonte: Revista Serviço Social e Sociedade. In: Silva (2009, p.615)

A sistematização das publicações realizadas por Silva (2009) permite verificar certa constância entre as publicações referentes ao tema *Movimentos Sociais/Movimentos Populares* entre os anos de 1979 e 1999 e, o significativo decréscimo da produção sobre o tema nos anos 2000.

De acordo com os dados constantes nos estudos da autora, é possível constatar que a produção sobre a temática foi equivalente a 6,6% do total da produção nos anos 1979/1989, 5,4% nos anos 1989/1999 e apenas 1,7% nos anos 2000/2009.

Há que se considerar, ainda com base no trabalho de Silva (2009), que nesta última década houve um avanço significativo no montante de publicações em relação às décadas anteriores, sendo registrado também o espaço que novas

² Dados extraídos da publicação de Silva (2009).

temáticas emergentes nos anos 1990 e 2000 passam a ocupar no debate profissional. Dentre estas, a autora elenca: trabalho/transformações no mundo do trabalho, temas identificados com as transformações do final do século, direito/cidadania, ética/ética profissional, renda mínima/mínimos sociais, Descentralização, Terceiro Setor/ONGs e Conselhos Populares de Gestão – temáticas emergentes nos anos 1990; Questões Afetas ao Poder Judiciário, Cidade/Questão Urbana, Violência, Público/Privado, Questão Social e Previdência Social – temas que emergem na primeira década do século XXI.

Em levantamento que realizamos nas publicações da Revista entre os anos 1979 e 2008³ em relação ao enfoque dos artigos sobre *Movimentos Sociais*, constatamos que apenas aproximadamente 17% evidenciaram o enfoque do trabalho profissional a partir de relatos de experiências de atuação junto a movimentos sociais; todos estes publicados na primeira metade da década de 1980, ou seja, no contexto do processo de redemocratização da sociedade brasileira, sendo este um período em que - conforme pontuamos no Capítulo 1 deste trabalho - dadas a realidade e condições históricas, assim como, o movimento interno ocorrido na categoria profissional, os assistentes sociais atuaram de forma bastante intensa junto aos referidos movimentos.

Dessa forma, apesar de termos selecionado a *Revista Serviço Social e Sociedade* como fonte de pesquisa bibliográfica, não foi localizada nenhuma publicação que atendesse aos critérios estabelecidos para esta pesquisa, isto é, artigos sobre o tema *movimentos sociais* com enfoque na atuação profissional publicados entre os anos de 1994 e 2008.

As publicações localizadas neste último período caracterizam-se da seguinte forma⁴:

³ Dado obtido através de levantamento por consulta realizado na quase que totalidade dos números da Revista Serviço Social e Sociedade. Daí, o caráter aproximado deste dado. Do total dos 96 números, apenas 02 – as publicações de número 45 e 96 - não foram consultados devido a dificuldades de acesso aos mesmos. Neste levantamento, consideraram-se os artigos que apresentaram referências aos movimentos sociais (expressão exata ou composta por termos referentes a movimentos sociais específicos, por exemplo, Movimento de Saúde) indicadas no título, resumo ou palavras-chave dos artigos. Nota-se assim, que as diferenças numéricas entre o levantamento por nós realizado e o referente aos estudos de Silva (2009) consiste nos critérios de demarcação do tema *movimentos sociais*.

⁴ Destaca-se que os 02 números da Revista não consultados foram publicados neste período.

Quadro 4 – Relação dos artigos referentes à temática Movimentos Sociais publicados na Revista Serviço Social e Sociedade (1994-2008)

| Publicação/ Ano | Título do Artigo | Autor(es) | Área/Gradação do(s) Autor(es) | Enfoque do Artigo |
|-----------------------------|--|--|---|--|
| Revista n° 44 Abril/1994 | Para a crítica do paradigma dos movimentos sociais urbanos | Maria Helena Rauta Ramos | Doutoranda em Serviço Social e Profa. da Escola de Serviço Social da UFRJ | Problematização acerca da Teoria dos Movimentos Sociais Urbanos e sua incorporação no Brasil. |
| Revista n° 58 Nov/1998 | O caráter pedagógico dos movimentos sociais | Marlene Ribeiro | Doutora em Educação e Profa. da UCPEL/RS | Reflexões sobre algumas das perspectivas trazidas nos estudos sobre os movimentos sociais. |
| Revista n° 64 Nov/2000 | Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX | Masilene Rocha Viana | Doutoranda em Ciências Sociais e mestre em Serviço Social | Considerações sobre as lutas sociais no final do século XX. |
| Revista n° 65 Mar/2001 | Movimentos sociais, classe e comunidade: reflexões sobre a sociedade portuguesa | Elísio Estanque | * | Reflexão sobre a constituição e configuração dos referidos elementos na sociedade portuguesa. |
| Revista n° 66 Jul/2001 | Fórum Social Mundial: "movimento de movimentos" contra a barbárie neoliberal | Beatriz A. de Paiva; Berenice Rojas Couto; Luziele M. S. Tapajós | Serviço Social | Relato de experiência de participação no I FSM e reflexões sobre o significado do Fórum. |
| Revista n° 84 Nov/2005 | Geração, democracia e globalização: facetas dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo | Lígia H. H. Lüchmann; Janice T. P. de Sousa | Profas. Dras. vinculadas ao Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da UFSC | Análise das novas configurações dos movimentos sociais na realidade brasileira. |
| Revista n° 94 Jun/2008 | Movimientos sociales para el reconocimiento de los movimientos indígenas e la ecología política indígena | José G. Vargas-Hernández | Prof. Dr. em Economia e Administração Pública | Discussão sobre o impacto dos movimentos sociais para o reconhecimento dos movimentos indígenas, com enfoque à ecologia política indígena. Reflexão a partir da realidade do México. |

* Não consta a informação.

Por meio desta caracterização, apreende-se que do total das 06 publicações, apenas 50% elucidaram vínculo em termos de graduação ou docência na área de Serviço Social.

Quanto ao enfoque dos artigos, predominam as reflexões teóricas acerca da temática. Embora 01 dos artigos apresente o relato de participação das profissionais de Serviço Social no I Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre/RS no ano de 2000 e elabore uma discussão acerca de seu significado político, seu enfoque não consiste na atuação profissional propriamente dita.

Dessa forma, as publicações localizadas foram utilizadas apenas como referência bibliográfica para a compreensão do debate acerca do tema na atualidade, não compondo nosso material bibliográfico de análise.

2.2.2 As Teses e Dissertações da Área de Serviço Social

O levantamento das Teses e Dissertações junto Banco de Teses disponibilizado no site da CAPES foi realizado a partir do termo de busca “movimentos sociais” (expressão exata). Através desse levantamento, é possível obter informações como: título, autor, data de publicação, orientador, instituição de ensino, nível de graduação, palavras-chave, linha de pesquisa e resumo das teses/dissertações.

A pesquisa realizada em março de 2009 a partir do termo de busca “movimentos sociais” apresentou um total de 1642 resultados, contendo dados de teses e dissertações das diversas áreas do conhecimento vinculadas ao referido tema⁵. Tais resultados foram consultados individualmente visando à seleção das obras que vinculam-se aos Programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social. Após esta seleção, procedeu-se à análise dos títulos, palavras-chave e resumos, elencando-se assim as que têm por objeto de estudo o tema *movimentos sociais* em sua interlocução com o trabalho profissional.

Embora a seleção das obras para análise nesta pesquisa tenha se realizado de forma individual através do levantamento junto ao Banco de Teses da CAPES, o conjunto das informações obtidas por meio do referido levantamento permite realizar uma sistematização básica da produção do conhecimento no âmbito da pós-graduação *strictu sensu* na área de Serviço Social acerca do tema *movimentos sociais*.

Os dados obtidos a partir dessa sistematização são apresentados a seguir⁶.

As teses e dissertações localizadas que foram defendidas entre os anos de 1994 e 2008 somaram um total de 52 obras.

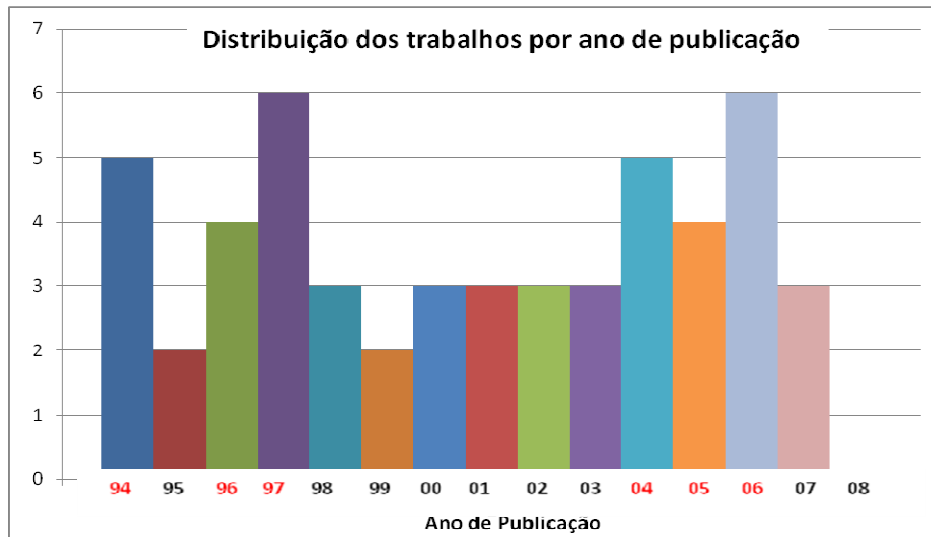
A distribuição dos trabalhos por ano de publicação pode ser observada no

⁵ Essa vinculação corresponde à incidência do termo *movimentos sociais* nos títulos, palavras-chave, linhas de pesquisa ou resumos das teses/dissertações, o que significa que nem todos os trabalhos de fato têm os *movimentos sociais* por objeto de estudo, havendo, por exemplo, trabalhos em que o termo consta apenas no resumo como contextualização de uma dada realidade estudada ou, ainda, que se vinculam a uma linha de pesquisa que, dentre outros temas, contempla também os movimentos sociais.

⁶ Localizaram-se a partir deste levantamento um total de 62 obras entre teses e dissertações defendidas entre os anos de 1987 a 2008. No entanto, para a apresentação da caracterização dos referidos trabalhos, optamos por evidenciar as informações acerca daqueles compreendidos dentre o período abrangido por esta pesquisa. No período de 1987 a 1993, que antecede o período selecionado para esta pesquisa, foram localizadas 10 obras assim distribuídas: 01 defendida no ano de 1987, 01 em 1988, 02 em 1989, 02 em 1990, 03 em 1992 e 01 em 1993.

gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Distribuição das Teses e Dissertações por ano de publicação



Como se observa, há uma oscilação na distribuição dos trabalhos entre os anos de 1994 e 1997, assim como, nos anos 2004 a 2008, apresentando certa estabilidade no volume de trabalhos defendidos nos anos compreendidos entre estes dois períodos (1998 a 2003). Considerando-se o período total analisado (anos 1994 a 2008), a média de trabalhos por ano equivale a 3,5.

Um fator importante de ser levado em consideração nesta análise é o ano de ingresso dos autores nos Programas de Pós-Graduação, momento em que, em geral, se definem ou ratificam as temáticas de estudo propostas nos projetos de tese ou dissertação. Atualmente, o tempo de titulação fixado pela CAPES é de 24 meses para o mestrado e de 48 meses para o doutorado, embora estudos realizados por Carvalho e Silva (2005) constatem que entre os anos de 2001 e 2003, o tempo médio de titulação em ambos os níveis de graduação na maioria dos Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social tenha sido superior ao estipulado pela CAPES. Consideramos a importância de se levar em consideração a questão levantada, por entender que, assim como afirma Minayo (2004, p.90) ao discorrer sobre a dialética marxista:

[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeira instância, um problema da vida prática. Isto quer dizer que a escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.

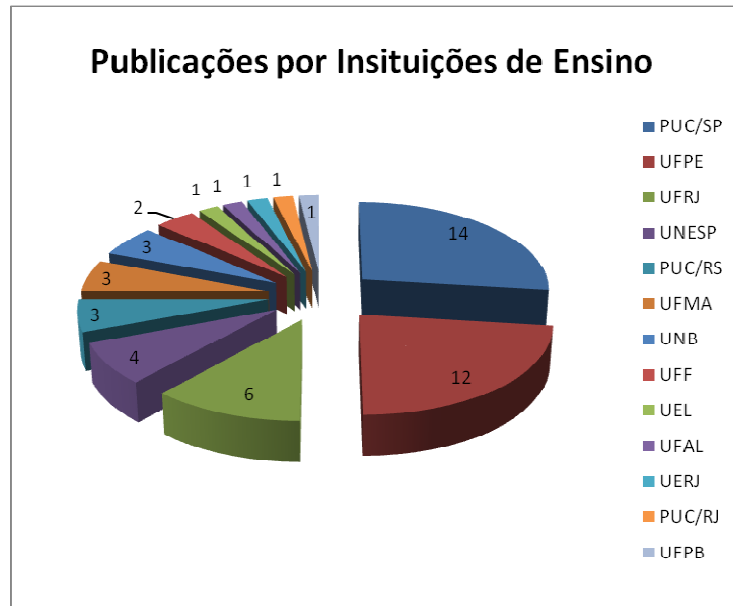
Nesse sentido, a própria escolha do tema revela aspectos objetivos que a orientam.

No caso da temática aqui abordada, numa análise mais aprofundada diversos fatores podem ecoar: a conjuntura dos movimentos sociais no período, a predominância dos espaços sociocupacionais dos assistentes sociais e o direcionamento das inquietações profissionais contemporâneas, entre outros. Exemplo disso é a análise que Abreu (2002), entre outros autores, realiza no âmbito da discussão profissional a partir da promulgação da Constituição de 1988. A autora traz a reflexão de que a democratização da gestão pública prescrita na Constituição, seguida do refluxo dos movimentos sociais nos anos 1990, contribui para que a discussão profissional desloque-se, em grande parte, dos movimentos sociais para os conselhos de direito. Outros estudos, como o de Carvalho e Silva (2005), também contribuem para essa análise.

No que tange aos níveis de graduação das obras produzidas no período pesquisado, há uma predominância significativa do nível mestrado, sendo que as dissertações apresentam uma incidência de 67% dentre o total da produção. Um dos elementos que podem contribuir para a configuração deste dado é a proporção entre os cursos de mestrado e doutorado oferecidos pelas Instituições. Em levantamento realizado em março de 2009 junto ao site da CAPES, dos 26 Programas de Pós-Graduação reconhecidos e recomendados pela referida Coordenação, apenas 10 ofereciam o curso de Doutorado.

Outro dado analisado é a incidência de publicações por Instituições de Ensino Superior-IES. Constatou-se que a Instituição com maior número de publicações sobre a temática estudada é Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) que apresenta 22% das obras produzidas, totalizando 14 publicações. A esta IES seguem: a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 23% do total de publicação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 11% e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) com 7% das teses e dissertações. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL (PUC/RS) aparece em 5º lugar, apresentando o mesmo número de publicações que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade de Brasília (UNB): 03 publicações, o equivalente a 6% das obras. A incidência nas demais Instituições de Ensino pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Distribuição das Teses e Dissertações por Instituições de Ensino Superior



Quanto à abordagem ou enfoque das teses e dissertações produzidas, foi realizada uma pré-análise a partir dos resumos elaborados pelos autores e disponibilizados no site da CAPES. As obras apresentam, majoritariamente, a abordagem de experiências de movimentos sociais ou de interlocuções com os mesmos, enfatizando fatores diversos como: a relação entre movimentos sociais e políticas públicas, a dimensão pedagógica ou proposta educacional dos movimentos, o elemento político neles presente, entre outros. São analisadas experiências tanto de movimentos brasileiros quanto de outros países da América Latina e Europa. A atuação profissional junto aos movimentos sociais, bem como, análises bibliográficas sobre movimentos determinados ou sobre a incorporação da temática no Serviço Social aparecem em 2º lugar, equivalendo-se entre si em termos de incidência de publicações. Outros enfoques encontrados foram: 1) a análise de experiências de militantes de movimentos sociais e suas percepções; 2) a relação entre ONGs e movimentos e 3) conquistas oriundas na relação Estado-Sociedade Civil a partir da atuação de movimentos sociais.

A partir desse levantamento inicial, foram identificadas e selecionadas as teses e dissertações que, através dos dados disponibilizados pela CAPES, indicaram ter por objeto de estudo o tema “movimentos sociais” sob a perspectiva do trabalho profissional, constituindo um total de 04 obras distribuídas da seguinte forma:

Quadro 5 – Teses e Dissertações Seleccionadas

| Teses e Dissertações Seleccionadas | | | |
|------------------------------------|---|--------------------|-------------|
| Ano de Publicação | Título | Nível de Graduação | Instituição |
| 1994 | Serviço Social, Movimentos Comunitários e Cidadania – em busca de uma metodologia | Mestrado | PUC/RS |
| 1994 | O (re)encontro com grupos sociais na prática com os movimentos populares | Doutorado | PUC/SP |
| 1996 | Fundo Nacional de Moradia Popular: Marco Histórico da Participação da União os Movimentos de Moradia de São Paulo | Mestrado | PUC/SP |
| 1998 | Construindo a participação e a solidariedade no Movimento Cooperativista Habitacional | Mestrado | PUC/RS |

A tese e dissertações seleccionadas foram obtidas na íntegra para análise⁷.

A dissertação defendida no ano de 1996, no entanto, não pôde ser utilizada como fonte bibliográfica de análise neste trabalho, pois não possui de fato o enfoque da atuação profissional junto a movimentos sociais, embora essa interlocução tenha sido apresentada no resumo referente à obra disponibilizado pelo Banco de Teses da CAPES.

A tese intitulada “*O (re)encontro com os grupos sociais na prática com os movimentos populares*”, de autoria de Silva (1994a), apresenta como objeto de estudo a prática profissional junto a movimentos sociais urbanos - ou, nas palavras da autora “[...] a atuação dos assistentes sociais junto a indivíduos que se agrupam e se tornam representantes de uma população específica no confronto com o poder dominante em um processo de negociação”(SILVA, 1994, p.107) -, partindo de uma experiência no município de Serra/ES. Para tanto, é realizado um estudo das políticas habitacionais brasileiras e do perfil dos atores envolvidos no processo de negociação da experiência analisada na área habitacional.

⁷ Dada a experiência vivenciada no processo de acesso às referidas teses/dissertações, pontuamos aqui o nosso entendimento de que tarefa fundamental se constitui o aprimoramento de formas e meios de socialização do conhecimento produzido. A disponibilização digital em meios eletrônicos de teses/dissertações que atualmente vem se ampliando cumpre um importante papel neste processo.

Através dos dados empíricos obtidos por meio de pesquisa qualitativa abrangendo os diferentes atores do processo de negociação – representantes da população organizada, assistentes sociais vinculadas à Secretaria de Estado de Bem Estar Social e diretoria do Agente Financeiro envolvido (totalizando 20 entrevistas) -, a análise enfoca o entendimento dos assistentes sociais acerca dos movimentos sociais urbanos e suas formas de atuação junto aos mesmos, donde a autora destaca a categoria *grupos sociais*, evidenciando os grupos formados no decorrer do desenvolvimento da experiência em questão.

Publicada no mesmo ano da obra anterior, a tese de Silva (1994b) "*Serviço Social, Movimentos Comunitários e Cidadania – em busca de uma metodologia*" apresenta uma análise da prática do Serviço Social junto a movimentos comunitários, com enfoque, como sugere o título, para a metodologia de trabalho profissional. Dessa forma, investiga a atuação profissional e suas representações a partir da experiência de profissionais que atuam em 03 Vilas do município de Pelotas/RS (Vilas Pestano, Virgílio Costa e Real).

A coleta dos dados referentes à pesquisa de campo qualitativa desenvolveu-se por meio de aplicação de questionários a 06 assistentes sociais (sendo que destes, apenas 05 foram respondidos), de entrevista semi-estruturada realizada junto a 30 moradores (sendo 10 moradores de cada Vila) e de grupo focal que contou com a participação de parte significativa dos moradores entrevistados e de outros que manifestaram o interesse em compor as reflexões do grupo focal embora não tenham participado da etapa anterior referente às entrevistas.

Os dados coletados foram organizados em 03 categorias ou eixos de análise, sendo eles: 1) Concepções teórico-práticas do Serviço Social; 2) Concepções e expectativas da população sobre o Serviço Social e, 3) Movimentos Comunitários e participação política.

A partir dos elementos evidenciados neste estudo, a autora apresenta algumas reflexões conclusivas e esboça uma proposta metodológica para a atuação do Serviço Social junto aos Movimentos Comunitários.

Partindo também da análise de uma experiência desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul, Tilton (1998) em sua dissertação "*Construindo a participação e a solidariedade no Movimento Cooperativista Habitacional*" realiza uma análise do processo cooperativista habitacional no município de Bento Gonçalves – com enfoque às cooperativas Serrana e União da Serra -, objetivando a compreensão de

como a participação familiar tem se dado e qual o lugar que tem ocupado na prática cotidiana dos movimentos sociais cooperativistas. São abordados neste estudo os movimentos sociais – em especial os “movimentos sociais do tipo cooperativas” -, o trabalho em forma de cooperação, a intervenção profissional do Serviço Social junto aos movimentos sociais, a categoria *participação* e, como define a autora, “a família como entidade essencialmente educativa”.

A pesquisa de campo qualitativa desenvolvida pela autora realizou-se através da técnica da pesquisa-ação, sendo desenvolvidos: seminários, entrevistas, aplicação questionários, observação e diálogo junto aos cooperativados, além da revisão documental.

A aplicação de questionários foi realizada junto às 59 famílias que compõem as cooperativas estudadas, sendo que a análise dos resultados da pesquisa objetivou-se a partir das categorias: 1) Percepção da cooperativa pelas famílias; 2) Avaliação dos aspectos positivos da cooperativa; 3) Constatação das dificuldades no desenvolvimento do processo cooperativista; 4) Enunciados dos familiares referentes à sua visão de mundo, homem e sociedade e, 5) Participação das famílias na cooperativa.

2.2.3 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

O levantamento e seleção dos artigos para análise, assim como nos materiais bibliográficos anteriores, foi realizado a partir do termo de busca “movimentos sociais”.

Nos anais impressos, esse levantamento foi realizado a partir de consulta aos títulos e introdução dos trabalhos. Já nos anais digitais (CD Rom), a consulta se deu a partir dos resultados para o termo de busca já mencionado provenientes da utilização da ferramenta de pesquisa constante nos próprios anais. A partir desse resultado, as publicações foram consultadas individualmente, selecionando-se as que atendiam aos critérios de pesquisa definidos.

No período definido para este estudo (anos de 1994 a 2008), foram realizadas 05 edições do CBAS e 08 do ENPESS, sendo que, com exceção de 03 encontros do ENPESS – anos 1994, 1996 e 1998 -, foram consultados os anais de todos os referidos eventos para fins de levantamento e seleção do material

bibliográfico que compõe este estudo⁸.

Os quadros a seguir apresentam alguns dados principais sobre o universo dos referidos eventos.

Quadro 6 - Quadro Sintético dos Congressos Brasileiros de Serviço Social (1994 a 2008)

| Quadro Sintético dos Congressos Brasileiros de Serviço Social (1994 a 2008) | | | | |
|--|---|-----------------------------------|--------------------------------------|--|
| Ano / Local de Realização | Tema | Nº de Trabalhos publicados | Quantidade de Eixos Temáticos | Eixo temático - movimentos sociais |
| 1995 Salvador/BA | VIII CBAS: "O Serviço Social frente ao projeto neoliberal: em defesa das políticas públicas e da democracia" | 205 | 10 | 01 eixo, intitulado "Movimentos sociais urbanos e rurais na atualidade". (18 artigos) |
| 1998 Goiânia/GO | IX CBAS: "Trabalho e Projeto ético político profissional" | 133 | 06 | Nenhum eixo específico |
| 2001 Rio de Janeiro/RJ | X CBAS: "Trabalho, direitos e democracia" | 784 | 15 | 02 eixos, intitulados 1) Questão urbana, movimentos sociais e meio ambiente (45 artigos); 2) Questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente (24 artigos). |
| 2004 Fortaleza/CE | XI CBAS: "O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos" | 1071 | 17 | 01 eixo, intitulado: "Sociedade civil e a construção da esfera pública: movimentos sociais, redes, ONGs e terceiro setor (63 artigos) |
| 2007 Foz do Iguaçu/PR | XII CBAS: "Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social" | 874 | 15 | 01 eixo, intitulado: "Movimentos Sociais e Organização Política dos Trabalhadores" (15 artigos). |

Fonte: Anais CBAS

⁸ Os anais dos ENPESS de 1994 a 1998, bem como, o volume IV do Encontro ocorrido no ano de 2000 não foram consultados devido à impossibilidade de acesso aos mesmos, embora tenha ocorrido a tentativa de localizá-los em diversas fontes: meio eletrônico, bibliotecas de várias Instituições de Ensino Superior que possuem o Curso de Serviço Social e arquivos pessoais de docentes da FHDSS – Unesp/Franca.

Quadro 7 - Quadro Sintético dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (1994 a 2008)

| Quadro Sintético dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (1994 a 2008) | | | | |
|--|--|----------------------------|--|--|
| Ano / Local de Realização | Tema | Nº de Trabalhos publicados | Quantidade de Eixos Temáticos | Eixo Temático - movimentos sociais |
| 1994 * | * | * | * | * |
| 1996 Rio de Janeiro/RJ | * | * | * | * |
| 1998 Brasília/DF | * | * | * | * |
| 2000 Brasília/DF | VII ENPESS: "O Serviço Social e a Questão Social: Direitos e Cidadania" | 230 | 09 | Nenhum Eixo específico |
| 2002 Juiz de Fora/MG | VIII ENPESS: ** | 427 | 09 | 01 Eixo intitulado: "Urbano e rural: movimentos sociais e intervenções" (17 artigos) |
| 2004 Porto Alegre/RS | IX ENPESS: "Os desafios da produção do conhecimento em Serviço Social" | 535 | 25 | 01 Eixo intitulado: "Movimentos sociais, organizações da sociedade civil e cidadania" (40 artigos) |
| 2006 Recife/PE | X ENPESS: "Crise Contemporânea, emancipação política e emancipação humana" | 745 | 04 eixos temáticos, subdivididos em 13 sub-eixos, mais 01 eixo para Grupos e Redes de Pesquisa | Nenhum eixo específico |
| 2008 São Luís/MA | XI ENPESS: "Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios" | 852 | 04 eixos temáticos, subdivididos em 30 sub-eixos mais 01 eixo para Trabalho técnicos*** | Nenhum eixo específico |

* Informações não localizadas.

** Informação prejudicada.

*** Grupos de Pesquisa e Oficinas de Teses, dissertações e iniciação científica.

Fonte: Anais ENPESS.

As informações constantes nos quadros permitem visualizar parcialmente como têm se configurado os CBAS e ENPESS no que tange às reflexões centrais dos eventos (temáticas centrais norteadoras) ao volume de publicações e eixos temáticos em torno dos quais são inscritas, organizadas e apresentadas (comunicação oral ou pôster) as publicações.

As temáticas centrais dos eventos refletem o direcionamento ético-político profissional hegemônico e vinculam-se à realidade contemporânea.

Nota-se que no decorrer dos anos 1995 a 2008 há um aumento progressivo e considerável em termos de publicações nos eventos, sendo que este aumento é

verificado também em relação aos eixos temáticos que se diversificam para contemplar o leque das reflexões desenvolvidas pela categoria.

Quanto ao enfoque dos eixos temáticos, os movimentos sociais são contemplados em 06 dos 10 eventos analisados no período, sendo que, nos restantes, diluem-se nas demais temáticas – sobretudo nas referentes à questão agrária e questão urbana ou ainda em eixos temáticos mais amplos como “Práticas sociais, instituições sociais, lutas sociais e organizações” e “Lutas sociais e organizações da sociedade”, constantes, respectivamente, nos 02 últimos ENPESS.

Nesse universo de eventos, foram localizados 09 artigos que atenderam aos critérios desta pesquisa - apresentando a interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais a partir de experiências de trabalho profissional junto aos referidos movimentos -, distribuindo-se da seguinte forma: 06 artigos publicados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e 03 artigos no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Quadro 8 - Artigos Selecionados CBAS e ENPESS

| Evento/Ano | Título do Artigo | Autor(es) |
|-------------------|---|-------------------------------|
| CBAS/1995 | Plano Municipal de Saúde do Município de Duque de Caxias: uma proposta do movimento popular | BRAVO, M. I. et al |
| CBAS/1998 | Gestão democrática da esfera pública na saúde: a contribuição dos assistentes sociais. | BRAVO, M. I. et al |
| CBAS/1998 | A contribuição dos assistentes sociais para a construção da cidadania nos movimentos sociais urbanos. | HERKENHOF, M. B. et al |
| CBAS/1998 | NUAMPO: A pedagogia da educação popular | SANTOS, W. C. et al |
| CBAS/2001 | Cidadania e Globalização: Desafios para a prática do Serviço Social junto aos movimentos sociais em favelas | GOMES, M. F; FERNANDES, L. L. |
| ENPESS/2002 | Os movimentos sociais rurais do município de Bacarena: desafios para um projeto de assessoria. | RODRIGUES, O. |
| CBAS/2007 | Serviço Social e Movimento de Trabalhadores Sem Terra: uma experiência de estágio | ACOSTA, L. E; DAL MORO, M. |
| ENPESS/2008 | Serviço Social e movimento social no Brasil: um estudo sobre o movimento dos catadores de materiais recicláveis em Jardim Gramacho – Duque de Caxias/RJ | SILVA, R. R. et al |
| ENPESS/2008 | Serviço Social e movimentos sociais agrários: uma prática inovadora. | SOARES, M. G. et al |

A localização predominante de artigos publicados no CBAS pode evidenciar a diferenciação do enfoque dos eventos; enquanto o CBAS é constituído como um espaço para o debate do trabalho profissional, o ENPESS historicamente se organiza voltado à pesquisa.

Esta inferência ganha maior expressividade quando analisados os conteúdos dos artigos selecionados para análise nesta pesquisa: os artigos publicados no ENPESS privilegiam a discussão do referencial teórico ou apresentam resultado de pesquisa, abordando apenas pontualmente sua relação com a experiência de trabalho profissional.

Ainda em relação ao conteúdo dos artigos, as publicações distribuem-se da seguinte forma: 04 artigos apenas pontuam sobre a atuação do Serviço Social, centrando-se na reflexão ou descrição de experiências, processos organizativos e/ou realidade vivenciada pelos movimentos sociais – sendo que em um destes, o enfoque é o da educação popular -, enquanto nos demais trabalhos (05 artigos) predominam o relato da atuação profissional ou a sistematização de reflexões a partir de determinada experiência de trabalho profissional junto aos referidos movimentos.

No Capítulo a seguir, apresenta-se a análise do material bibliográfico selecionado aqui caracterizado.

3 A INTERLOCUÇÃO PROFISSIONAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

3.1 As Teses e Dissertações da Área de Serviço Social¹

3.1.1 Interlocução com os movimentos sociais

Acompanhando a realidade observada nas Ciências Sociais e no âmbito do Serviço Social acerca da produção teórica sobre os movimentos sociais, as teses e dissertações que compõem nosso material bibliográfico de análise apresentam uma diversidade de compreensões sobre os referidos movimentos, embora possuam um denominador comum: todos os estudos se referem a experiências de organização coletiva que se desenvolvem no âmbito urbano e se fundam ou perpassam a questão do local de moradia.

Silva (1994a) enfoca a experiência de organização dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Serra Dourada II e III localizados no município da Serra/ES. Trata-se de um processo de organização que se desenvolve a partir de meados dos anos 1980 situado no contexto de luta pelo direito à moradia.

Diante do agravamento das condições de vida da população brasileira nos anos 1980, conforme pontuamos na parte I deste trabalho, os moradores mutuários de um Programa Habitacional vinculado ao Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo – INOCOOPE-ES vêem-se frente à dificuldade de manutenção do pagamento das prestações dos imóveis adquiridos no início da década por meio de financiamento através do Sistema Financeiro da Habitação-SFH².

Devido à inadimplência, tornaram-se suscetíveis ao processo de execução judicial para desocupação dos imóveis e reintegração de posse interposto pelo Agente Financeiro vinculado ao SFH.

¹ Levando-se em consideração nosso objeto de pesquisa, a construção dos eixos de análise orientou-se pelos elementos evidenciados nas publicações, bem como, por aqueles requeridos pelas indagações do próprio objeto de estudo. A fim de melhor elucidar a interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais sob o enfoque do trabalho profissional, mantiveram-se os mesmos eixos de análise tanto para as teses e dissertações quanto para os artigos que constituíram o material bibliográfico de estudo.

² Em sua tese, a autora discute sobre a Política Habitacional no Brasil, abordando a forma como tal política vem sendo conduzida no país no período que engloba pré-1964 até os anos de 1980. O Sistema Financeiro da Habitação insere-se nesse contexto.

A tentativa de despejo dos moradores dos referidos conjuntos habitacionais é o fato que desencadeia sua organização em torno do processo de luta: constituiu-se, mediante assembléia, o Movimento de Defesa da Moradia de Serra Dourada I e II que inicia uma série de manifestações e ações reivindicativas³, envolve em sua luta a Associação Capixaba de Mutuários – ASCAM e impõe demandas ao poder público solicitando o envolvimento da Secretaria de Estado do Bem Estar Social – SEBS no processo de negociação junto ao Agente Financeiro⁴.

Dessa organização resultou a formação de uma Comissão de Negociação composta pela Comissão de Moradia (apoiada pela Associação Capixaba de mutuários), o Agente Financeiro e a Secretaria de Estado e Bem Estar Social.

O processo de negociação teve a duração de aproximadamente cinco anos, sendo esse o período abrangido pelo estudo de Silva (1994a), ou seja, de 1985 - quando se constitui o movimento - a 1990⁵ - quando há a conclusão de parte significativa do processo de negociação⁶.

Em sua formulação acerca dos movimentos sociais, a autora recorre aos termos *movimentos populares* ou *Movimentos Sociais Urbanos*, entendendo que estes surgem a partir dos problemas enfrentados por uma população, cujas soluções

³ Outra alternativa apontada pela autora para a negociação dos débitos existentes foi através de ações judiciais interpostas por alguns mutuários.

⁴ A autora destaca que: “A presença do poder público, representado pela SEBS, foi reivindicada pelos moradores na busca de apoio aos Governantes, pois estes eram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que assumiu a postura de oposição, no período de eleições e de posse, através de uma proposta de redemocratização do Estado via participação popular e o compromisso com os interesses populares.” (SILVA, 1994a, p.45).

⁵ O estudo de Silva (1994a), assim como o de Silva (1994b), refere-se a experiência de trabalho profissional realizada entre a década de 1980 e início dos anos 1990. Mesmo assim, a tese e a dissertação foram utilizadas neste estudo considerando que o critério definido para a pesquisa foi a data da defesa das teses/dissertações e publicações de artigos e não o período em que se desenvolveram as experiências de trabalho. O mesmo ocorre com os artigos que mais a frente serão analisados. Essa definição se deu de acordo com o entendimento de que embora o trabalho profissional tenha se realizado dentro de outro cenário histórico, as reflexões e análises dos autores já se fazem dentro do contexto profissional abrangido pelo período definido para esta pesquisa - anos 1994 a 2008. Dessa forma, as referidas experiências de trabalho constituem o ponto de partida para a reflexão sobre o trabalho profissional junto aos movimentos sociais.

⁶ De acordo com a autora, em 1990, “85% dos moradores estavam com sua situação frente ao Agente Financeiro resolvida” (SILVA, 1994a, p.66). Dentre os momentos do processo de organização e comportamento coletivo vivenciado pelos moradores e identificados por Silva, este é considerado como o último momento, denominado pela autora “de volta às origens”, considerando a desorganização do movimento coletivo. Segundo ela “A questão básica da organização era a negociação da dívida. A partir do momento em que a meta principal do grupo foi alcançada pela maioria das pessoas envolvidas elas se afastaram do grupo.” (SILVA, 1994a, p.103). Embora também seja mencionado pela autora o estabelecimento de uma bandeira de luta mais ampla pelos moradores - “uma revisão do BNH de linhas de financiamento para a população de baixa renda, no nível nacional” -, conforme se pode inferir, a articulação em torno desta luta não ocorre de forma a garantir sua continuidade por parte dos moradores dos conjuntos habitacionais de Serra Dourada.

se buscam junto ao poder local, necessitando de uma intermediação que pode ser de uma associação ou comissão.

Tratam-se de Grupos Sociais “[...] *com interesses e objetivos determinados a partir do confronto com o poder dominante, que surgem de forma espontânea ou induzida.*” (SILVA, 1994a, p.81)

Partindo deste entendimento de *Grupos Sociais*, Silva (1994a) menciona a insuficiência de uma leitura apenas sociológica dos Movimentos Sociais Urbanos⁷, recorrendo a categorias teóricas da Psicologia Social para a análise do *processo grupal* ou *comportamento coletivo* integrante dos referidos movimentos, à luz da experiência de Serra/ES.

Nesta experiência, a autora identifica a existência de três grupos envolvidos no processo de negociação: 1) a Comissão de Negociação – composta, como descrito anteriormente, pela Comissão de Moradia (apoiada pela Associação Capixaba de mutuários), o Agente Financeiro e a Secretaria de Estado e Bem Estar Social -, 2) a Comissão de Moradia e 3) o Conjunto dos Moradores.

Em conformidade com a compreensão de TAJFEL (1981), a autora demarca o seu referencial analítico:

[...] A mudança social, que segundo TOCH, os movimentos sociais têm por objetivo estimular ou impedir, será entendida aqui, como uma mudança na natureza das relações entre grupos sociais em larga escala, tais como categorias sócio-econômicas, nacionais, religiosas, raciais; e, portanto, os movimentos sociais serão entendidos a nível psicológico social como esforços dum grande número de pessoas, que se definem como um grupo; para resolver colectivamente um problema sentido como comum e percebido como tendo origem nas suas relações com outros grupos[...]. (TAJFEL, 1981, p.278 apud SILVA, 1994a, p.81)

Esse entendimento é complementado pelas formulações de GAHAGAN (1980) acerca da caracterização de um grupo e a respeito do “comportamento coletivo”. Para o autor, o que caracteriza a constituição de um grupo, diferenciando-o de uma simples reunião de pessoas, é a existência de atividades sistemáticas,

⁷ Silva (1994a, p.69) elenca como autores de influência no Serviço Social brasileiro acerca das teorias dos Movimentos Sociais Urbanos: J. A. MOISES, F. H. CARDOSO, M. G. GOHN e P. JACOBI (Brasileiros); M. CASTELLS, J. LOJKINE, J. BORJA e A. TOURAINÉ (estrangeiros). A autora evidencia, ainda, as dificuldades que visualiza acerca das teorias sobre Movimento Social Urbano – MSU: “[...] a questão das teorias sobre o MSU é permeada de nuances situadas em realidades sociais, políticas e econômicas diferentes do Brasil, confusas em seu entendimento até para os cientistas sociais brasileiros que se debruçam sobre a temática, através das teorias produzidas por CASTELLS e LOJKINE, que demarcam, em seus originais, posições diferenciadas de leitura da questão urbana e dos movimentos populacionais.” (SILVA, 1994a, p.70)

relacionadas entre si e com determinada finalidade. O “comportamento coletivo” é considerado em sua possibilidade de inflexão nas questões políticas e econômicas, considerando terem os “movimentos”, em geral, sua origem nas mudanças econômicas, de distribuição de poder e riqueza. (GAHAGAN apud SILVA, 1994a)

Assim, a autora explicita sua compreensão sobre o processo grupal, entendido na perspectiva das relações que se estabelecem no grupo entre seus membros e sua liderança.

Neste processo, são analisados elementos como: a disputa pelo poder, a questão da liderança, as relações entre os membros dos grupos, bem como, o comportamento coletivo dos moradores do bairro.

A questão do local de moradia – incluindo aqui as condições de infraestrutura e o acesso a serviços públicos - também é o tema em torno do qual se organizam as comunidades enfocadas por Silva (1994b). Tratam-se de três vilas localizadas na periferia do município de Pelotas/RS – sendo elas: Pestano, Virgílio Costa e Real -, com condições de infra-estrutura e de sobrevivência precárias aos moradores que nelas residem – em geral, oriundos da zona rural, com baixa qualificação profissional para o mercado urbano e em situação de pauperização.

O período estudado pela autora compreende os anos de 1982 a 1992, sendo identificadas neste período, tanto pelos profissionais que atuam na comunidade – como discutiremos a seguir, no próximo eixo temático – quanto por seus moradores, mobilizações coletivas que vão desde as “*espontâneas e passageiras*” tais como as *lutas por água, esgoto, luz, transporte coletivo, posto de saúde, escola, coleta de lixo, etc.* até as de “*caráter mais permanente*” como *associação de moradores, CEBs, Grupo Comunitário Habitação e União*⁸, entre outros. (SILVA, 1994b, p.67)

O local de moradia ou “*espaço sócio-geográfico da comunidade*” é compreendido neste trabalho como elemento identificador de necessidades e mobilizador de ações conjuntas; daí a sua aceção como *Movimentos Comunitários*.

Para elucidar seu entendimento acerca dos movimentos estudados, a autora contextualiza a sociedade brasileira nos anos 1980 e início da década de 1990, enfocando os Movimentos Sociais Populares Urbanos neste período.

A realidade de acirramento da crise socioeconômica, política e cultural apreendida neste contexto é enfatizada como decorrente do processo de

⁸ Organização de economia comunitária alternativa vinculada ao PAC – Projeto Alternativo Comunitário financiado pela Cáritas (organização da Igreja Católica). (SILVA, 1994b, p.68).

desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir dos anos 1930 em que se verifica o aprofundamento da divisão social do trabalho, criando novas necessidades para a reprodução da força de trabalho, gerando o fenômeno da urbanização e as conseqüências que dele decorrem. Neste processo, o Estado se coloca como mediador nas relações de classe mediante os conflitos oriundos da relação entre capital e trabalho, elaborando legislações trabalhistas e formulando políticas sociais com vistas à gerência e controle dos conflitos que decorrem indiretamente da exploração capitalista. (SILVA, 1994b, p.6)

É neste campo de luta estabelecido no processo de avanço do capitalismo no país que autora compreende emergirem os movimentos sociais.

O processo histórico dos movimentos sociais populares urbanos em sua relação com o Estado a partir dos anos 1970 é caracterizado, em linhas gerais, da seguinte forma: *resistência* nesta primeira década (1970), *negociação* nos anos 1980 e, *parceria* configurada no início dos anos 1990⁹.

O *pluralismo* de características do paradigma construído pelos cientistas sociais sobre os movimentos sociais e a existência de diferentes correntes teóricas na compreensão acerca do tema também são evidenciados pela autora.

Pontuando alguns elementos discutidos nas elaborações teóricas de Manuel Castells, Pedro Jacobi, Eder Sader, Jordi Borja e Maria da Glória Gohn sobre os Movimentos Sociais Urbanos¹⁰, e considerando a complexidade temática existente, Silva (1994b, p.20) toma por referencial as reflexões desta última autora por entender que esta “[...] garante a perspectiva da compreensão dialética e abarca o pluralismo inerente ao próprio caráter do movimento”. Neste sentido, centra-se na abordagem dos Movimentos Sociais Populares Urbanos compreendidos como:

⁹ Neste último período pontuado pela autora, a mesma ressalta a proeminência de alguns sinais de crise nos Movimentos Sociais Populares Urbanos, afirmando que: “Alguns destes movimentos estão mais fragilizados devido ao acirramento da crise econômica, que condiciona a uma dedicação quase que exclusiva para garantir a simples sobrevivência, principalmente por parte das classes populares mais pauperizadas, que são as mais atingidas com o arrocho salarial e o crescente desemprego. O desmoronamento das ilusões de que a democracia formal fosse sinônimo de liberdade e condições dignas de vida para todos, somado à perplexidade diante da queda do socialismo real, colocando em crise um dos grandes paradigmas sociais, produz um sentimento de que não adianta lutar. Isto é reforçado ao se constatar que a institucionalização de muitas reivindicações populares na Constituição não alterou, na prática, as relações de exploração e dominação.” (SILVA, 1994b, p.26)

¹⁰ A autora aponta ainda que no Brasil o tema é focado principalmente a partir da questão do papel do Estado frente às contradições urbanas, destacando-se as reflexões dos autores: José Alvaro Moisés, Machado da Silva e Ribeiro, Pedro Jacobi e Lucio Kowarick. (SILVA, 1994b, p.17)

[...] manifestações coletivas emanadas das camadas sociais, que se encontram numa situação de exploração e expropriação no plano da estrutura econômica, de subordinação no plano da política e, conseqüentemente, de espoliação no plano da vivência cotidiana em seus locais de moradia. (GOHN, 1985, p.54 apud SILVA, 1994b, p.20)

A partir desse entendimento, a autora elabora sua compreensão acerca dos movimentos estudados em seu trabalho, que, denominados de Movimentos Comunitários, são definidos como:

[...] um tipo de movimento popular que tem como elemento de unidade a região geográfica e como finalidade geral a obtenção de melhorias de infraestrutura. Engloba, portanto, desde as lutas pela simples sobrevivência (construção de casas em mutirão, hortas comunitárias...), até lutas em defesa dos direitos básicos de cidadania (posse da terra, posto de saúde, luz, escola, recolhimento de lixo, transporte) [...]. (SILVA, 1994b, p.3)

Inserido nesta perspectiva teórica, o papel dos Movimentos Sociais Populares é evidenciado pela autora a partir da hipótese de que, diante da conjuntura brasileira no período em que elabora sua dissertação – início dos anos 1990 -, este seria o de interlocução da sociedade civil com o Estado, assentada em um “[...] projeto popular que ultrapasse os limites partidários e que seja a expressão da classe popular” (SILVA, 1994b, p.27) – projeto ao qual se vincula a formação de uma nova cultura política -, como pressuposto para o próprio processo de democratização substantiva da sociedade.

No trabalho de Tilton (1998), as relações sociais estrutural e historicamente excludentes aliadas às necessidades impostas pelo mundo moderno - que requer avanços de crescimento e do mercado, ao mesmo tempo em que priva um grande contingente populacional do acesso aos direitos já garantidos – são entendidas como fatores que motivam a formação de movimentos sociais, associações ou cooperativas para “[...] a busca coletiva e concreta da satisfação de suas necessidades, em diversas áreas, como: saúde, assistência social e habitação”. (TITTON, 1998, p.16)

No cenário contemporâneo, a autora discute o agravamento destes elementos, diante do contexto da reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo. Verifica-se um aumento da demanda pelas políticas sociais – diante da precarização no mundo do trabalho e do agravamento das condições de vida da população – enquanto se minimiza a intervenção do Estado, de forma que essas políticas assumem um caráter compensatório e redistributivo. Mediante esse

cenário, Tilton (1998) versa sobre o surgimento dos *novos movimentos sociais*, referenciando-se na compreensão de Senna Filho (1994) e entendendo que:

Os novos movimentos sociais desafiam tradicionais e antigos valores políticos, propondo democracia de base e mais participativa, livre organização, autogestão, autodeterminação de baixo para cima, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional, noção de liberdade individual associada à liberdade coletiva. (SENNA FILHO, 1994, p.49 apud TITTON, 1998, p.22)

A esta compreensão, a autora acrescenta a de Ammann (1991) para evidenciar o seu referencial acerca dos movimentos sociais. Para essa autora, *“Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida”*. (AMMANN, 1991, p.22 apud TITTON, 1998, p.25)

Assim sendo, o Movimento Cooperativista Habitacional, que constitui o foco dos estudos de Tilton (1998), é compreendido como “[...] um movimento social que constitui-se, na sua maioria, de entidades não governamentais e auto-gestionáveis em que representam uma ação coletiva de caráter contestador, na busca da concretização da casa própria”. (TITTON, 1998, p.25)

No bojo dessa compreensão se insere também a representação das cooperativas constituídas pela classe trabalhadora como uma “[...] *alternativa possível na luta contra a nova forma de alienação do trabalho e no estabelecimento de novas relações baseadas nos princípios de cooperação, pluralidade e da não exclusão*”. (TITTON, 1998, p.25)

Através da retomada do significado da cooperação, dos elementos históricos do surgimento do cooperativismo moderno e dos princípios cooperativistas, a autora estabelece os nexos pelos quais configura a sua compreensão da cooperativa em sua potencialidade na criação de sujeitos coletivos.

Somado aos objetivos e princípios cooperativistas, os elementos considerados como tripé do Cooperativismo - a conscientização, a participação e a organização – conferem-lhe, na compreensão de Tilton (1998), o estatuto de uma entidade educativa.

Ainda segundo a autora, a cooperativa habitacional não tem um fim em si mesma, ao contrário, constitui-se em:

[...] um vigoroso fator de elevação social das comunidades, fazendo com que produzam seus próprios mecanismos de sobrevivência e auto-gestão, reivindicando e conquistando da iniciativa privada e do Estado os serviços fundamentais à melhoria da sua qualidade de vida. (TITTON, 1998, p.62)

Inseridas no contexto da cooperativa habitacional, as famílias que a integram constituem também objeto de estudo da autora, sendo entendidas, assim como, a cooperativa, como uma entidade educativa.

As Cooperativas Habitacionais “União da Serra” – com 22 associados - e “Serrana” - com 37 associados – localizadas no município de Bento Gonçalves/RS configuram o movimento no qual se desenvolve a experiência de trabalho profissional que, juntos, constituem os sujeitos do estudo de Titton (1998), sendo analisados no período de 1994 a 1997.

As Cooperativas Habitacionais em questão originam-se num movimento que se inicia no ano de 1994 a partir da divulgação e mobilização em torno do cooperativismo realizada por um sacerdote do município de Bento Gonçalves. Com o avanço dos grupos e atividades que foram se formando e desenvolvendo a partir de então, o trabalho é inserido numa perspectiva técnica com a contratação de assessores técnicos.

Embora se trate de uma experiência ainda em andamento no momento em que a autora elabora sua dissertação sobre o tema, algumas conquistas são evidenciadas no processo de organização e luta dos cooperativados das duas Cooperativas, tais como: 1) a legalização da cooperativa (Estatuto e Regulamento interno); 2) a aquisição da área de terra por uma das cooperativas, sendo que a outra se aproxima da compra do terreno e, 3) a conquista de um cargo eletivo na câmara de vereadores de Bento Gonçalves por um representante do movimento cooperativista habitacional do município. Segundo a autora, esta última conquista se expressa na medida em que “[...] *as cooperativas conquistaram um espaço para reivindicar e concretizar suas propostas a nível municipal*” (Sic) (TITTON, 1998, p.77), considerando as dificuldades que o movimento anteriormente enfrentava junto à câmara de vereadores no que tange ao acesso as suas decisões e propostas.

A partir da exposição realizada acerca de alguns elementos principais evidenciados na tese e dissertações, pode-se apreender a multiplicidade de compreensões e a imprecisão nas definições que compõem esse universo de estudo que, embora seja analisado aqui a partir da interlocução estabelecida pelo Serviço

Social, permeia também outras áreas do saber; dentre elas, as Ciências Sociais, que referenciam parte significativa dos estudos na área.

As dificuldades analíticas que se estabelecem em meio às teorias sobre os movimentos sociais e sua apropriação são pontuadas por Silva (1994a) e Silva (1994b).

A origem dos movimentos sociais nas situações de exclusão ou subordinação no âmbito político, econômico e/ou social parece ser um dos elementos que perpassam a compreensão de todas as autoras. A contextualização destes movimentos e suas lutas dentro da realidade social contemporânea de crise econômica, neoliberalismo, reestruturação produtiva, agravamento das condições de vida da população, precariedade das políticas sociais públicas, entre outros, sinalizam esse entendimento e a tentativa de apreensão do objeto de estudo em uma perspectiva de totalidade, embora essa discussão se faça de forma mais profunda em alguns trabalhos e de forma mais superficial em outros, evidenciando em maior ou menor grau as mediações que conformam essa realidade e que se estabelecem entre esta e a organização e lutas dos movimentos sociais.

Assim, os referidos movimentos são, em geral, entendidos em seu potencial de inflexão na realidade econômica, social e política. Silva (1994b) e Tilton (1998) discorrem também sobre sua potencialidade na formação de uma nova cultura política e da consciência de classe.

Pontuam-se ou evidenciam-se, por outro lado, as suas dificuldades ou fragilidades nos contextos estudados. Uma das dificuldades que é mencionada por todas as autoras é a de se estabelecer lutas mais amplas e articuladas com outros movimentos. As contradições dentro da classe dos subalternos é outro entrave pontuado por Silva (1994b) como dificultador da ampliação da participação e que também concorre para a dificuldade apontada em relação à articulação das lutas.

Assim como para esta autora, nos demais trabalhos os movimentos sociais não são entendidos como homogêneos; ao contrário, as contradições que os perpassam ou conformam são abordadas de maneira geral.

3.1.2 Atuação profissional: Inserção, referencial teórico-metodológico direcionamento ético-político e a dimensão técnico-operativa

A reflexão sobre o trabalho profissional junto aos movimentos sociais é realizada em níveis diferenciados de profundidade na tese/dissertações. Silva (1994b) o faz de forma mais densa, conferindo maior enfoque ao trabalho profissional, enquanto as demais autoras, centrando-se na análise do processo que envolve o movimento social com o qual se desenvolve a atuação profissional (SILVA, 1994a; TITTON, 1998) e na representação, avaliação e perspectivas dos sujeitos que o compõem (TITTON, 1998), discutem o trabalho profissional de forma tangencial.

As formas de inserção profissional nas experiências de trabalho junto aos movimentos sociais evidenciadas na tese e dissertações diferenciam-se entre si, embora todas perpassem a dimensão da assessoria profissional.

Na atuação profissional analisada por Silva (1994a), esta inserção se dá mediante o trabalho técnico em uma experiência de mediação no processo de negociação entre os interesses de um movimento constituído por moradores mutuários de um Programa Habitacional e o Agente Financeiro vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação no município de Serra/ES. Esse trabalho de mediação se efetivou a partir da reivindicação dos moradores à Secretaria de Estado do Bem Estar Social – que buscavam apoio dos governantes neste processo de negociação – e à qual os profissionais eram vinculados, assumindo assim este trabalho.

Silva (1994b) trata da atuação junto a comunidades por meio de um projeto de estágio iniciado em 1970 e vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Alguns assistentes sociais que vivenciaram esta experiência e participaram da pesquisa realizada pela autora se inseriram nestas comunidades “[...] por opção profissional pelo trabalho com comunidades pobres” (SILVA, 1994b, p.33) através da supervisão de estágio e atuação em campo, enquanto outra parte dos profissionais desenvolveu este trabalho porque foram destinados para estes locais como supervisores de estágio ou como técnicos vinculados à assessoria de extensão da UCPEL.

O trabalho de Titton (1998) relata a prestação de serviços por meio de assessoria técnica a Cooperativas Habitacionais autogestionáveis, sendo autora e sujeito de sua pesquisa, uma vez que analisa o movimento cooperativista a partir

das cooperativas nas quais possui atuação profissional e utiliza a metodologia da pesquisa-ação para o desenvolvimento de seus estudos.

Em relação ao mapeamento geográfico das atuações profissionais em análise, como já evidenciado anteriormente no eixo *Interlocução com os Movimentos Sociais*, têm-se: 02 experiências no Estado do Rio Grande do Sul e 01 no Espírito Santo.

Quanto ao período de desenvolvimento, a primeira ocorre entre os anos de 1985 a 1990 (SILVA, 1994a); a segunda, de 1982 a 1992 (SILVA, 1994b) e, a terceira, nos anos 1994 a 1997 (TITTON, 1998).

Faz-se necessário considerar que no decorrer deste período que abrange as referidas experiências de trabalho, diversas mudanças ocorrem na realidade brasileira, no interior da profissão e em sua relação com os movimentos sociais, conforme abordado na parte primeira deste trabalho.

Dentre as referidas mudanças ocorridas, quatro delas materializadas no processo de amadurecimento dos referenciais teóricos e das reflexões no interior da categoria adquirem uma fundamental importância para a (auto)representação profissional, seu direcionamento ético-político e teórico-metodológico, quais sejam: a reformulação do projeto de formação profissional de 1982, os códigos de ética profissional de 1986 e 1993 e, as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social de 1996¹¹.

Assim sendo, as experiências de trabalho analisadas por Silva (1994a) e Silva (1994b) se desenvolvem sob a influência do projeto de formação profissional de 1982 e do código de ética de 1986, enquanto a referência profissional na atuação abordada por Titton (1998) já se estabelece no contexto do atual código de ética profissional.

¹¹ Uma importante análise da concepção e sistematização do trabalho profissional neste processo de desenvolvimento da profissão sob o enfoque dos fundamentos éticos encontra-se em Barroco (2003). A respeito deste assunto no período aqui evidenciado, pontuamos já no Capítulo 1 deste trabalho. O Código de Ética de 1986 constituiu-se de grande importância na medida em que, - juntamente com o novo Currículo de Serviço Social de 1982 - consistiu na "expressão formal da ruptura ética com o tradicionalismo do Serviço Social", referendando um projeto profissional que "pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional" (BARROCO, 2003, p.170). Entretanto, segundo essa mesma autora, o referido código, mesmo possuindo um cunho marxista, não consegue superar a visão do marxismo tradicional que subsume a ética aos interesses de classe¹¹. Este documento, portanto, apesar da sua importância, não é capaz de traduzir os avanços profissionais conquistados na década de 1980. Estes vão se materializar na legislação profissional apenas nos anos de 1990, com a reformulação do Código de Ética promulgado em 1993 e das diretrizes curriculares aprovadas em 1996. Sobre as principais mudanças no projeto de formação profissional entre os anos de 1982 e 1996, cf. Faleiros (2000).

Tanto na produção de Silva (1994a) quanto de Silva (1994b), as autoras elucidam a influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e do Método BH¹² na compreensão do trabalho profissional e no desenvolvimento das experiências analisadas. No bojo do Movimento de Reconceituação, a incorporação inicial do marxismo e o desvendamento do caráter político inerente à prática profissional, direciona a atuação dos assistentes sociais para o compromisso político com a classe trabalhadora (Silva, 1994a), visando a contribuição com a libertação social dos dominados (Silva, 1995b). O Método BH, por sua vez, passa a ser uma referência para a intervenção profissional.

Nessa perspectiva, as autoras discutem a aproximação profissional ao trabalho com os movimentos sociais nas realidades que constituem o campo específico de estudo de cada uma das obras, realizando uma análise crítica das referidas experiências.

Por análises e referenciais teóricos diferentes, ambas entendem a importância do trabalho profissional junto aos movimentos sociais, constata os limites existentes nas atuações estudadas e buscam esboçar possíveis caminhos para a superação dos limites averiguados.

Na análise das autoras, a fragilidade teórica e metodológica na atuação junto aos movimentos sociais constitui um dos principais elementos limitadores do trabalho profissional evidenciados.

Mediante essa constatação e a leitura dos movimentos sociais de Silva (1994a, p.81) – movimentos sociais enquanto grupos sociais “[...] *com interesses e objetivos determinados a partir do confronto com o poder dominante, que surgem de forma espontânea ou induzida*” -, a autora entende o resgate da prática com grupos sociais como uma das formas de enfrentamento às dificuldades teórico-metodológicas postas. Para tanto, recorre a categorias da Psicologia Social para compreensão do processo grupal. Como a análise da autora centra-se então neste processo a partir dos grupos sociais identificados na experiência em análise, a compreensão mais profunda do significado e diretrizes do trabalho profissional na atuação proposta não é evidenciada.

Silva (1994b), a partir de sua pesquisa, constata que o Serviço Social na

¹² O “Método Belo Horizonte”, conhecido como Método BH é resultado de experiências e sistematização desenvolvidas nos anos 1972 a 1975 por um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais consistindo num esforço de aproximação do trabalho profissional com a teoria marxista.

experiência de trabalho analisada - dado a fragilidade teórico-metodológica da atuação profissional, dentre outros fatores - identificava-se como uma ação educativa de caráter sócio-político. Partindo dessa reflexão, a autora afirma a sua compreensão de que as dimensões sócio-política (que compreende toda ação educativa realizada a nível simbólico) e econômica (promoção de iniciativas ou prestação de serviços visando melhores condições para a reprodução material dos homens) devem ser entendidas no trabalho profissional como dimensões inter-relacionadas. Trata-se de um trabalho que deve ser assentado na compreensão de classe social, estabelecendo seu compromisso com a defesa dos interesses dos dominados, como fundamento “[...] para a construção de uma sociedade economicamente justa, politicamente democrática, socialmente igualitária, culturalmente plural e internacionalmente soberana”. (SILVA, 1994b, p.92)

Assentada nesse entendimento aponta que ao Serviço Social cabe propiciar condições subjetivas e objetivas que facilitem esse processo de libertação.

Esta opção política é entendida como um compromisso moral e político, que se traduz profissionalmente através de uma metodologia que articule coerentemente: finalidade, objeto, objetivos, métodos, procedimentos (estratégia, táticas, técnicas) e recursos (humanos, materiais, financeiros e institucionais). (SILVA, 1994b, p.94)

Assim, Silva (1994b) aponta as categorias que, construídas a partir de sua pesquisa, considera importantes para a compreensão e análise dos Movimentos Comunitários, sendo estas: sujeito coletivo, dominação, novo projeto histórico e cidadania – aqui entendida numa perspectiva crítica. Além dessas categorias de entendimento dos Movimentos Comunitários, propõe algumas mediações operacionais para o trabalho com os referidos movimentos: integração na comunidade, mobilização e organização, conscientização, promoção de iniciativas comunitárias para melhoria das condições de vida, assessoria a entidades comunitárias, abertura de canais de comunicação entre a população e as instituições públicas.

A partir destes elementos, revela a sua compreensão profissional, considerando que:

[...] o(a) assistente social, frente à atual conjuntura brasileira, a partir de uma clara opção política, embasado(a) no paradigma marxista de tipo aberto a contribuições de teorias complementares, redescobrimos os

Movimentos Comunitários e reatualizando o Serviço Social em direção à conquista plena da cidadania como um direito de todos os homens, pode contribuir para a transformação da sociedade brasileira, exercendo seu compromisso profissional de modo crítico e competente, através de uma metodologia que, de forma orgânica e dialética, articule teoria e realidade, dominação e transformação social. (SILVA,1994b, p.109-110)

Alguns dos elementos pontuados pela autora em sua compreensão profissional, assim como, as categorias e mediações operacionais propostas para análise e desenvolvimento de ações profissionais junto aos Movimentos Comunitários, permite apreender sua perspectiva teórico-metodológica e ético-política situada na transição entre a concepção que se configura na profissão nos anos 1980 e o amadurecimento das reflexões no interior da categoria profissional cujo marco fundamental é o Código de Ética de 1993.

No estudo de Tilton (1998, p.65), a autora toma como ponto de partida o pressuposto/entendimento de que “[...] o Serviço Social trabalha essencialmente com as ‘relações sociais’ imersas em determinado contexto histórico-social”.

Em sua análise, a dimensão político-educativa possui lugar privilegiado na atuação profissional junto aos movimentos sociais, considerada na relação teórico/prática “[...] *através da construção e fortalecimento de projetos coletivos, da participação, da ascensão da consciência*”. (TITTON, 1998, p.116)

A intervenção profissional é, assim, compreendida como “[...] *uma mediação imprescindível para concretizarmos contribuições na perspectiva da edificação da hegemonia do social.*” (TITTON, 1998, p.24)

Neste processo, a atuação profissional se materializa direcionada por referências valorativas, alicerçada numa dada leitura da realidade e dos sujeitos nela envolvidos.

Na perspectiva defendida pela autora, enfatiza-se que:

[...] as respostas gestadas pelo Serviço Social, assessores de movimentos sociais, deva contribuir na elaboração de projetos que incidam no modo e condições de vida dos sujeitos envolvidos, com enfoque na participação e instrumentalização dos sujeitos, exercitando a responsabilidade e a socialização de saberes. [...] À medida que novos valores são constituídos nos grupos, contribui-se para o resgate da qualidade de vida dos sujeitos. (TITTON, 1998, p.24)

A noção de participação vincula-se à de cidadania, sendo esta entendida como construção cotidiana e como mediação “*capaz de reformular a ordem estrutural diante dos interesses da sociedade civil, dos desiguais, dos excluídos*”.

Na experiência de trabalho e pesquisa-ação desenvolvida pela autora junto ao movimento cooperativista, a construção de um processo de avaliação e planejamento participativo – englobando a realização de pesquisas, desenvolvimento de seminários e trabalho de capacitação – é evidenciada como meio para provocar a participação via levantamento de necessidades e respostas conjuntas, a fim de, subsidiar o planejamento das ações de forma coletiva e permitindo que os sujeitos se apropriem dos processos.

3.2 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

O quadro sinóptico dos artigos selecionados em ambos os eventos nacionais apresentado no Capítulo 2 é aqui retomado e acrescido de informações visando facilitar a compreensão e análise das publicações:

Quadro 9 – Artigos selecionados CBAS e ENPESS distribuídos por eixos temáticos e formas de inserção profissional

| Evento/ Ano | Título do Artigo | Autor(es) | Eixo Temático ¹³ | Forma de Inserção Profissional |
|----------------|---|------------------------|-----------------------------|--|
| CBAS/ 1995 | Plano Municipal de Saúde do Município de Duque de Caxias: uma proposta do movimento popular | BRAVO, M. I. et al | Saúde | Assessoria (Convênio Entre a UFRJ e os Movimentos Sociais da Baixada Fluminense através de um Programa) |
| CBAS/ 1998 | Gestão democrática da esfera pública na saúde: a contribuição dos assistentes sociais. | BRAVO, M. I. et al | Saúde | Assessoria (Projeto vinculado a Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq – Parcerias UFRJ, UERJ, ONGs, Entidades Populares e Sindicatos) |
| CBAS/ 1998 | A contribuição dos assistentes sociais para a construção da cidadania nos movimentos sociais urbanos. | HERKENHOF, M. B. et al | Questão Urbana | 02 experiências de assessoria: 01 voluntária e 01 vinculada a Projeto da UFES |
| CBAS/ 1998 | NUAMPO: A pedagogia da educação popular | SANTOS, W. C. et al | Educação Popular | Assessoria Interdisciplinar (Serviço Social e Ciências) e campo de estágio Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP |

¹³ Os eixos temáticos aqui apresentados referem-se a uma organização realizada a partir do enfoque identificado em cada trabalho a fim de facilitar a sistematização e análise do material bibliográfico, não desconsiderando, no entanto, a vinculação existente entre as temáticas.

| | | | | |
|-----------------|---|----------------------------------|-----------------|---|
| CBAS/ 2001 | Cidadania e Globalização: Desafios para a prática do Serviço Social junto aos movimentos sociais em favelas | GOMES, M. F; FERNANDES, L. L. | Questão Urbana | Assessoria vinculada a Projeto de Pesquisa e Extensão da UFRJ |
| ENPESS/ 2002 | Os movimentos sociais rurais do município de Bacarena: desafios para um projeto de assessoria. | RODRIGUES, O. | Questão Agrária | Assessoria vinculada a Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA |
| CBAS/ 2007 | Serviço Social e Movimento de Trabalhadores Sem Terra: uma experiência de estágio | ACOSTA, L. E; DAL MORO, M. | Questão Agrária | Projeto de estágio e extensão – Parceria entre a UFRJ e o MST |
| ENPESS/ 2008 | Serviço Social e movimento social no Brasil: um estudo sobre o movimento dos catadores de materiais recicláveis em Jardim Gramacho – Duque de Caxias/RJ | SILVA, R. R. et al | Trabalho | Vínculo empregatício junto à ONG Instituto Central de Cidadania - ICEC |
| ENPESS/ 2008 | Serviço Social e movimentos sociais agrários: uma prática inovadora. | SOARES, M. G. et al | Questão Agrária | Experiência de estágio e extensão vinculada a Projeto em parceria entre a Escola de Serviço Social da UFRJ e ao MST |

Quadro 4 – Quadro sinóptico dos trabalhos publicados no CBAS e ENPESS contendo informações referentes às temáticas centrais e à forma de inserção profissional evidenciadas nas publicações.

3.2.1 Interlocução com os movimentos sociais

Como podemos observar a partir do Quadro Sinóptico dos artigos selecionados para análise, a temática agrária é a de maior incidência nos trabalhos, totalizando 03 artigos. Destes, dois artigos – o de Acosta e Dal Moro (2007) e o de Soares et al (2008) se referem a uma mesma experiência junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST¹⁴ iniciada no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2006, porém apresentam enfoques diferenciados sendo publicados em eventos e datas também diferentes.

O artigo restante sobre questão agrária trata dos movimentos sociais rurais em atuação no município de Barcarena/PA, cujo quadro de organizações associativas no período em que se realiza a análise (ano 2000) é apresentado por Rodrigues (2002) contendo a seguinte composição: Sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena – STRB, Associação de Mulheres do Campo e Cidade de

¹⁴ Estas publicações apresentam, inclusive, um dos autores em comum em ambos os artigos: DAL MORO, M.

Barcarena, Associação dos Produtores Rurais de Barcarena, Associação dos Barraqueiros da Praia do Caripi, Associação dos Mini – Trabalhadores Rurais do Arapajó, Associação de Trabalhadores Rurais de Vila Santa Cruz – Igarapé Cabresto e Associação dos Trabalhadores Rurais do Baixo Guajará da Serraria¹⁵.

Para elucidar o contexto no qual os referidos movimentos se inserem, Rodrigues (2002) pontua os momentos de efervescência e refluxo dos movimentos sociais rurais no país, voltando-se à sua conjuntura no Estado do Pará e, mais especificamente, do município de Barcarena, a partir dos anos 1990. A implantação dos “*grandes projetos*”, com a instalação do Complexo Albrás/Alunorte no município no final da década anterior, interfere de forma contundente na região, se traduzindo em “expropriação do trabalhador rural, redução dos recursos, a fragilidade das políticas agrícolas e os conflitos pela posse e titulação da terra”. Não obstante, há uma ampliação do número e diversidade de associações e organizações da população expropriada neste processo, bem como, uma de redefinição do direcionamento das lutas dos movimentos sociais no município, que buscam se aglutinar em torno deste processo de expropriação e englobam outros elementos como a questão sócio-ambiental, a necessidade de políticas e serviços públicos para atendimento ao contingente populacional que sofre significativo aumento. Dessa forma, a autora sinaliza um imbricamento entre as demandas rurais e urbanas na realidade estudada, evidenciando que o fator principal que permite essa convergência e reordenamento das lutas é fruto do entrecruzamento dos cenários nacional e local em que “[...] *a passagem do município de um estágio agrário-extrativista para o industrial trouxe alterações significativas, tanto para os cofres municipais, quanto para a economia regional*” (RODRIGUES, 2002, p.7).

O processo de espoliação também é recorrente na publicação de Soares et al (2008), entendido como constituinte da questão agrária que, localizada na trajetória histórica do país, é marcada pelas grandes concentrações de terra e os contingentes populacionais espoliados da riqueza produzida. A industrialização do Brasil nos anos 1930 e a modernização da agricultura implementada pelo regime militar na década de 1960 são destacados como momentos que acirram este processo, sendo a necessidade da reforma agrária colocada em evidência pela organização e luta dos trabalhadores do campo. No entanto, a aliança com o grande

¹⁵ Entidades/Associações fundadas, respectivamente, nos anos de: 1970/3, 1987, 1989, 1992, 1996, 1996 e 1999.

capital estrangeiro é o caminho pelo qual se envereda a questão rural no país. No bojo do revigoramento da luta pela terra no processo de redemocratização brasileiro, se dá o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, sendo este compreendido pelas autoras como “[...] *uma frente de oposição a um sindicalismo que, na realidade, não era comprometido com os interesses dos trabalhadores os quais representava.*” (SOARES et al, 2008, p.2). O protagonismo desse movimento é elucidado como fundamental para a reinserção da reforma agrária na agenda política.

Para além dos condicionantes e elementos internos à realidade brasileira que contribuem para o surgimento do MST, este é entendido por Acosta e Dal Moro (2007) vinculado ao cenário de crise econômica gerado no processo de mundialização financeira do capital e reestruturação produtiva que se dá a partir dos anos 1970. Como resultado desse contexto, entendem que se tem “[...] *tanto, a crise, como a constituição de sujeitos coletivos que se organizam e desenvolvem sua identidade a partir da sua participação na produção*” (Acosta e Dal Moro, 2007, p.1). É nesta compreensão que, para os autores, se insere o MST, organizado a partir da demanda histórica da reforma agrária e articulando na luta pela terra a possibilidade de uma forma de organização da produção com primazia às necessidades sociais ante às econômicas.

Imbricada à questão agrária e, não antagônica a ela em nossa compreensão, está a questão urbana que é foco de 02 publicações.

O trabalho de Herkenhof et al (1998) tem como foco a atuação profissional junto a Associações de Moradores e à Federação das Associações de Moradores da Serra/ES¹⁶, cujo processo organizativo se dá entre os anos de 1977 e 1980 visando a ingerência na política de habitação e no processo de urbanização do município, com significativo poder de influência na realidade local. Os autores analisam esse processo organizativo à luz dos grandes projetos do governo militar implantados de forma autoritária nas décadas de 1960 e 1970 e seus desdobramentos no processo de industrialização e “*beneficiamento*” urbano que teve como alguns de seus saldos o empobrecimento e exclusão social a níveis alarmantes. Essa realidade se reflete no município de Serra/ES que, aliada também a movimentos internos de sua

¹⁶ Note-se que se trata do mesmo município no qual se desenvolve a experiência tema do estudo de Silva (1994a) intitulado “*O (re)encontro com os grupos sociais na prática com os movimentos populares*” e analisada no item 3.1.2 deste trabalho.

economia, à conjuntura das políticas públicas e ao processo de abertura política entre os anos 1970 e 1980, constitui o quadro no qual ocorre organização dos moradores estudada.

A população excluída e segregada espacialmente no processo de urbanização é o tema da reflexão de Gomes e Fernandes (2001). Nesta publicação, no entanto, as autoras não explicitam de forma mais ampla como se constituem e caracterizam os movimentos organizados nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia na Ilha do Governador/ Rio de Janeiro, embora esse seja aludido como o âmbito no qual se realiza a experiência de trabalho profissional sob a qual se desenvolvem as reflexões apresentadas. Os movimentos de favela são entendidos como oriundos do processo segregativo num quadro de distribuição de renda e acesso a serviços historicamente concentrados e tratados de forma precária pelas políticas públicas no país. Os processos de reestruturação produtiva e globalização também são analisados como elementos configuradores da realidade contemporânea, com rebatimentos no contexto vivenciado pela população.

A questão da saúde, também analisada em 02 trabalhos, Bravo et al (1995) e (1998),¹⁷ é discutida sob a ótica da possibilidade posta à ingerência dos movimentos populares urbanos - elucidando o Movimento Popular de Saúde do Rio de Janeiro, conselheiros de saúde, entidades populares e sindicais - na formulação e implementação de políticas públicas a partir do marco da Constituição de 1988. Na publicação de 1995, Bravo et al mencionam a lógica marcada pela exclusão social que orientara a implementação da política de saúde no Município de Duque de Caxias – foco desta publicação – e ressaltam a emergência dos Conselhos de Saúde na década de 1990 como uma “[...] *inovação na organização sanitária brasileira*”, entendendo que “*A esfera pública deixa de ser pensada a partir da lógica que gerava o dilema entre a autonomia e cooperação, buscando interlocutores que permitam traduzir seus interesses em políticas efetivas*” (BRAVO et al, 1995, p.49). Reafirmando esta compreensão, a publicação do ano de 1998, enfatiza, não obstante, a recente concepção de *Estado participativo* e sua problematização, numa conjuntura orientada pelo ideário e prática neoliberal - dos quais o *Estado mínimo* é uma das expressões – que influi para a desmobilização da participação popular,

¹⁷ As publicações aqui tratadas evidenciam um nexo entre si, na medida em que a publicação de 1998 possui a mesma autora principal da publicação anterior e neste último artigo menciona-se a experiência de trabalho que é objeto de reflexão no ano de 1995.

sendo o projeto privatista da saúde uma das facetas do encaminhamento das políticas sociais que, nessa lógica, vinculam-se aos direcionamentos da Política de Ajuste do Banco Mundial. Neste último artigo, abordam-se também outras realidades do Rio de Janeiro, a partir da experiência desenvolvida em São Gonçalo, São João de Meriti e Nova Iguaçu, entre outros.

Ainda na realidade do Rio de Janeiro, o Jardim Gramacho, sub-município de Duque de Caxias é analisado por Silva et al (2008); realidade na qual a precariedade de vida e das políticas públicas é evidenciada e posta em questão pelo movimento de catadores de recicláveis de Jardim Gramacho. Iniciado na década passada e vinculado ao movimento mais amplo dos catadores de recicláveis no Estado do Rio de Janeiro e no contexto nacional¹⁸, estes movimentos discutem a atividade de catação e seus problemas políticos, sociais, ambientais e econômicos, sendo que em Duque de Caxias essas discussões possuem singular relevância, devido ao fato de se localizar neste município, mais especificamente no Jardim Gramacho, um dos maiores Aterros Controlados da América Latina, que permite a atividade de catação de materiais recicláveis. Diante dessa realidade, os líderes desse movimento lutam pela garantia de trabalho e renda e por políticas públicas que atendam suas necessidades sociais. Os autores apontam o surgimento do Movimento Nacional de Catadores como fruto de um processo anterior de organização e lutas nas décadas de 1970 e 1980, do qual o movimento ambientalista é um dos atores constituintes. Referenciados em Sader (1988), entendem que a transição política pós décadas de ditadura e o acirramento dos problemas socioeconômicos no país é que tornam possível a inserção das reivindicações dos movimentos sociais do período na agenda pública nacional. Neste contexto, cada movimento constitui sua identidade, a partir da qual *“buscava-se politizar as expressões da questão social e demandar do Estado respostas para suas específicas necessidades sociais”*.

Na publicação de Santos et al (1998), a educação popular é o foco central, a partir do qual se estabelece a relação com diversos movimentos e organizações sociais em Recife/PE. Trata-se de um Núcleo de Apoio aos Movimentos Populares vinculado à Universidade Católica de Pernambuco que inicia seu trabalho nos anos 1992 estabelecendo como prioridade de trabalho os movimentos sociais populares,

¹⁸ De acordo com os autores, em junho de 2001 acontece em Brasília o primeiro Congresso do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, com participação de representantes do Rio e em que são apresentadas sistematizações de discussões realizadas por diversas cooperativas e associações do Estado, dentre elas, do município de Duque de Caxias.

“[...] através de grupos/entidades comunitárias, como parceiros no esforço conjunto de desenvolvimento de comunidade e ampliação dos direitos sociais” (SANTOS et al, 1998, p.417). Dessa forma, iniciam as atividades em comunidades de baixa renda tendo como principais demandas a mobilização comunitária em torno da questão de moradia e posse da terra no âmbito da questão da reforma urbana municipal. Com o decorrer do trabalho desenvolvido, se coloca também como necessidade das comunidades a questão da criança e adolescente, sendo este o momento a partir do qual há uma ampliação do trabalho. No período de 1992 a 1997, de acordo com os autores, o NUAMPO apresenta como saldo de sua atuação:

[...] o atendimento a 16 comunidades de baixa renda e duas articulações, o Pastoral da Criança (25 paróquias) e Retoma sua Vida (84 entidades/instituições que trabalham com crianças e adolescentes), (...). Colaborou com diversas ONGs nas áreas de gênero e cidadania, reforma agrária, movimento popular, direitos humanos, ação operária, crianças e adolescentes, escolas comunitárias e meninos e meninas de rua. (SANTOS et al,1998, p.418)

A partir da caracterização dos movimentos sociais com os quais o Serviço Social tem estabelecido interlocução e da problematização e/ou contextualização da realidade na qual se constituem ou se desenvolve a atuação dos referidos movimentos, algumas questões podem ser apreendidas.

A primeira delas é a diversidade de atores e de temáticas que os artigos revelam: abrangem associações, cooperativas, sindicatos, conselhos de direito, ONGs, comunidades e movimentos sociais específicos; perpassam a questão agrária e urbana - de forma mais ampla ou, dentro destas dimensões, direcionam suas lutas para questões ou políticas mais específicas como a saúde, o local de moradia, o segmento criança e adolescente -, o trabalho, a questão de gênero, entre outros.

Observa-se quase que na totalidade dos artigos, a recorrência à análise da realidade brasileira e dos nexos que se estabelecem entre esta, a realidade local e a conjuntura de constituição ou atuação dos movimentos sociais. Três dos trabalhos extrapolam ainda essa leitura para os condicionantes ou elementos da realidade internacional que apresentam rebatimentos no contexto do país. A busca por apreender e evidenciar estes nexos ou mediações pode sinalizar a orientação dos autores por uma perspectiva de totalidade.

Embora sejam verificadas leituras diferenciadas entre as publicações no que

tange à realidade social e aos movimentos sociais, os referenciais teóricos que orientam as reflexões e análises não se explicitam em todos os artigos. Em um dos trabalhos isso ocorre devido a seu formato de resumo, o que limita uma densidade teórica maior. Em sua maioria – o equivalente a 05 trabalhos -, o relato da própria experiência de atuação dos movimentos sociais e/ou do trabalho profissional constitui o enfoque privilegiado e, dessa forma, o referencial teórico analítico fica subsumido ao caráter mais descritivo dos trabalhos, se evidenciando apenas de forma incipiente. Nos 33% dos artigos restantes, é que estes referenciais se evidenciam de forma mais clara.

Dentre estas publicações que discutem mais amplamente o referencial teórico que as orientam, 02 se norteiam pela teoria marxista, sobretudo a partir do referencial gramsciano, assentando nesta a leitura da realidade brasileira e do mundo da cultura, enquanto que o trabalho restante centra sua análise na noção de cidadania referenciando-se em autores como Benevides (1996), Cocco (2006) e Arendt (1983)¹⁹.

Santos et al (1998), discutem o mundo da cultura com ênfase na educação/produção de conhecimento para elucidar o caráter impresso à educação popular desenvolvida na experiência de trabalho relatada e refletir sobre o lugar e papel da Universidade na construção do saber. Mencionam a luta de classes, o nexos existente entre cultura, produção e relações sociais e a hegemonia. Nesse sentido, definem sua prática de educação popular orientada pela concepção que:

[...] coloca em questão um conceito de educação supostamente neutro, que traz em consequência um universo preservado e reduzido e esquemas intelectuais. Partimos da convicção de que o processo de transformação do mundo é a matriz do conhecimento, todavia é processo, também, de transformação da consciência. O que nos importa são suas relações, suas contradições, seu movimento, porque toda prática gera teoria. Mesmo os mais simples e ignorantes, todos teorizam, enfim, todos criam conhecimento. É esse tipo de conhecimento que denominamos espontâneo, empírico, porque como prisioneiro do experimental é inevitavelmente local e imediato. Entretanto, o científico não se exprime tão somente em formulações teóricas, mas também, e principalmente, no que permite e consegue fazer do mundo concreto. (Santos et al, 1998, p.420)

Também se orientando pelas categorias cultura e hegemonia, acrescentadas

¹⁹ As referências bibliográficas utilizadas pelas autoras aqui mencionadas são: BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa**. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996; ARENDT, H. **Condition de l'homme moderne**. Paris Calmann-Lévy, 1983; COCCO, G. **Trabalho e Cidadania, Produção e Direitos na Era da Globalização**. São Paulo, Cortez, 2000.

a outras categorias gramscianas como ideologia, sociedade civil e Estado ampliado, Soares et al (2008), analisam o processo de formação social da realidade brasileira – referenciando-se na interlocução de Carlos Nelson Coutinho e também na leitura de Florestan Fernandes - para evidenciar as determinações da configuração do que as autoras denominam de “[...] *uma sociedade civil gelatinosa e de intelectuais que aderiram à política do favor – cooptação de intelectuais pelas camadas dominantes*” (SOARES et al, 2008, p. 02) e que vão condicionar a trajetória agrária no país em seus aspectos estruturais e ideológicos. A partir dessa leitura gramsciana, apresentam também sua compreensão do movimento social com o qual se estabelece a interlocução – o MST -, entendendo que o programa político desse movimento:

[...] objetiva romper com a ideologia instituída na sociedade capitalista que, segundo Gramsci, fortalece e reatualiza tendências políticas e sócio-culturais corporativistas, individualistas e despolitizantes. O movimento busca a apreensão da noção de cultura enquanto tomada de partido, posicionamento frente à história, em uma perspectiva de transformação social. (Soares et al, 2008, p.03)

Na perspectiva de análise de Gomes e Fernandes (2001), as autoras recorrem às categorias *cidadania*, *democracia* e *participação* para a discussão da realidade brasileira contemporânea inserida num contexto de globalização. A ampliação da democracia, considerada nas dimensões política e econômica, é entendida como condição fundamental para a ampliação da cidadania. Neste sentido, consideram que, na realidade brasileira, historicamente, *“Na falta de um poder democratizado forja-se uma concepção de cidadania deformada, na medida em que não contempla todas as dimensões que o conceito envolve”*. (GOMES e FERNANDES, 2001, p.2). Dessa forma, as autoras discutem a participação e a atuação dos movimentos sociais entendendo que:

A proposta de participação, integração e cidadania construída ao longo da trajetória dos movimentos sociais implica na configuração de um ator social que se tornaria, de fato, sujeito. A participação ativa da população, que se realiza no interior de espaços públicos, dá suporte às reivindicações coletivas e à condução de um projeto de sociedade mais igualitária, neutralizando inclusive os interesses contrários que podem interferir nesse processo. Na medida em que extrapolam a dimensão classista identificada como a de atuação dos movimentos sociais mais antigos, os novos movimentos sociais (NMSs) politizam outros espaços da vida cotidiana, até então pouco enfocados. Lojkine (2000), com relação aos movimentos sociais contemporâneos, aponta sua originalidade como novas formas de luta de classe que se colocam como possibilidade de desembocarem em

novas alternativas ao capitalismo. Essas novas formas de luta, ainda que partam do mundo do trabalho, implicam na conquista da opinião pública, no estabelecimento de coalizões com setores organizados da sociedade civil para atender os interesses de toda a sociedade. (GOMES e FERNANDES, 2001, p.4)

Embora Herkenhof et al (1998) não aprofundem teoricamente seu referencial de análise, também pontuam a questão da cidadania. Recorrendo a Serpa (1990) entendem que dependendo de como se configura um movimento popular em relação a sua composição, liderança, lutas e direcionamentos, este pode ser um espaço para seus integrantes de ampliação de visão de mundo, de desenvolvimento de criticidade, “[...] tornando-o mais unitário e coerente, e as ações dele decorrentes, menos instrumentais e mais orientadas politicamente” (HERKENHOF et al, 1998, p.403). Dessa forma, os autores avaliam que a experiência analisada em sua publicação, se inserindo nessa perspectiva, possibilitou efetivamente o exercício da cidadania, cuja expansão e fortalecimento compreendem ser grandes desafios, dado que em sua visão:

[...] aprender a ser cidadão é um processo de maturação e só será possível se a mentalidade, o costume e os valores da população, através da prática social passarem por um processo de transformação. Para isso é preciso que as pessoas forjem; no seu dia-a-dia; pequenas e grandes experiências em que possam: expressar a solidariedade, o respeito ao próximo a generosidade; o compromisso; a responsabilidade; a reciprocidade; aprender a conciliar os interesses individuais e organizar-se para conquistá-los; despertar para uma consciência política das injustiças; construir projetos e ideais que visem à coletividade; desenvolver o sentimento de pertencer ao grupo; aprender a conviver no plano público e a participar na solução dos conflitos e tensões sociais. (HERKENHOFF, 1995, p.36 apud HERKENHOFF et al, 1998, p.403)

Também sem apresentar um adensamento maior de seu referencial teórico de análise, Acosta e Dal Moro (2007), no entanto, atentam para o questionamento da ideologia da cidadania e dos direitos sociais numa concepção democrático-liberal, considerando que esta concepção deve ser superada na compreensão do trabalho profissional quando se atua junto a movimentos sociais. Os autores consideram em particular o MST, entendendo que este possui uma compreensão de seu “lugar no processo histórico” bem mais avançada que esta concepção, e afirmam que “Categorias tais como a práxis, vida cotidiana, senso comum, ideologia, são mais pertinentes para entender o trabalho que se pretende realizar com o MST”. Nessa medida, indicam a retomada de um referencial marxista e, assim como Santos et al (1998) e Soares et al (2008), com menção também a algumas

categorias analisadas por Gramsci.

A compreensão acerca da ultrapassagem da concepção democrático-liberal de cidadania e direitos sociais é outra questão em comum entre a produção de Acosta e Dal Moro (2007) e de Soares et al (2008).

Embora apenas parte dos artigos apresente uma reflexão teórica mais significativa, o campo teórico das publicações pode ser compreendido pelas análises que realizam. Ao evidenciar os movimentos sociais, suas lutas, dificuldades e importância no contexto contemporâneo, numa perspectiva de defesa destes movimentos, os autores revelam a dimensão política de sua concepção teórica.

3.2.2 Atuação profissional: Inserção, referencial teórico-metodológico e direcionamento ético-político

No que se refere à atuação profissional junto aos movimentos sociais, o quadro que segue abaixo, elaborado a partir das informações constantes nas publicações, nos permite visualizar uma caracterização básica de como tem se dado essa inserção dos assistentes sociais.

Quadro 10 – Quadro sinóptico dos artigos selecionados CBAS e ENPESS

| Publicação | Forma de Inserção Profissional | Projeto e/ou Instituição a que se vincula | Movimento Social com o qual se trabalha | Período a que se refere a experiência analisada | Sujeitos profissionais envolvidos |
|-------------------------|--------------------------------|--|--|---|--|
| BRAVO et al (1995) | Assessoria | Convênio Entre a UFRJ e os Movimentos Sociais da Baixada Fluminense através do "Programa Contra a Miséria e Pela Cidadania" – Área Temática Saúde e Nutrição | Movimento Popular de Saúde | Em torno dos anos 1994 | Equipe da Escola de Serviço Social vinculada ao "Programa Contra a Miséria e Pela Cidadania" e assessores da equipe. |
| BRAVO et al (1998) | Assessoria | Projeto vinculado a Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq – Parcerias UFRJ, UERJ, ONGs, Entidades Populares e Sindicatos | Movimento Popular de Saúde | Em torno dos anos 1994/1998 | 01 assistente social docente e coordenadora do projeto, assistentes sociais e alunos de graduação em Serviço Social. |
| HERKENHOF et al (1998)* | Assessoria | Voluntária – inicialmente vinculada à Igreja Católica e, posteriormente, desenvolvida de forma independente | Associações de Moradores e Federação das Associações de Moradores da Serra/ES (FMAS) | 1978 a aproximadamente 1985 | Equipe interdisciplinar composta por 04 assistentes sociais, além de advogados, economistas, médicos, educadores populares, etc. |

| | | | | | |
|--------------------------|--|--|---|------------------|--|
| | Assessoria | Projeto Especial de Assessoria da UFES, vinculado ao Departamento de Serviço Social | Associação de Moradores do Jd. Tropical – Serra/ES | 1985 a 1987 | 01 assistente social docente e coordenadora do projeto e 21 estagiários de Serviço Social. |
| SANTOS et al (1998) | Assessoria e campo de estágio interdisciplinar | Núcleo de Apoio aos Movimentos Populares – NUAMPO vinculado à Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP | Diversas comunidades de baixa renda e ONGs de Recife/PE | 1992 a 1997 | Equipe de docentes e alunos vinculados aos Cursos de Serviço Social e Ciências Sociais. |
| GOMES e FERNANDES (2001) | Assessoria | Projeto de Pesquisa e Extensão vinculado à UFRJ | Movimentos Sociais em Favelas | ** | ** |
| RODRIGUES (2002) | Assessoria | Programa Integrado de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PROINT da UFPA | Movimentos Sociais Rurais do município de Barcarena/PA | Anos 1990 a 2002 | A atividade de extensão que vem desenvolvendo a assessoria é composta por uma equipe docentes, técnicos e alunos estagiários do Curso de Serviço Social. |
| ACOSTA e DAL MORO (2007) | Estágio e Extensão | Projeto de estágio e extensão em parceria entre a Escola de Serviço Social da UFRJ e o MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST | 2006 a 2007 | 02 docentes coordenadores do Projeto, aproximadamente 20 alunos do Curso de Serviço Social e 01aluna de pós-graduação. |
| SILVA et al (2008) | Vínculo empregatício em ONG | ONG Instituto Central de Cidadania - ICEC | Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis em Jd. Gramacho – Duque de Caxias/RJ | 2007 a 2008 | 01 assistente social; embora se trate do trabalho em uma ONG, outros sujeitos profissionais não são evidenciados. |
| SOARES, et al (2008) | Experiência de estágio e extensão | Projeto de estágio e extensão em parceria entre a Escola de Serviço Social da UFRJ e o MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST | 2006 a 2008 | Docentes e alunos do Curso de Serviço Social da UFRJ. |

* Para fins de melhor visualização e análise das experiências de trabalho profissional, dividimos este artigo em 02 experiências, uma vez que, embora relatadas num mesmo artigo, são bem delimitados pelos autores o desenvolvimento e especificidades de cada uma delas.

**Informação não evidenciada na publicação.

Como se pode apreender, no que tange ao mapeamento geográfico das experiências desenvolvidas junto a movimentos sociais relatadas, tem-se o dado de que, em sua maioria, se concretizaram no Estado do Rio de Janeiro, sendo que este apresenta um total de 06 publicações, enquanto as demais desenvolvem-se no Espírito Santo (02 experiências de trabalho), no Pará e em Pernambuco (com o registro de 01 experiência de atuação em cada um destes).

Em relação à forma de inserção profissional, predomina a assessoria desenvolvida a partir de convênios, projetos de pesquisa, estágio e/ou extensão vinculados a Universidades, em sua maioria, públicas. Uma única experiência de assessoria não se vincula à Universidade, se realizando de forma voluntária.

À inserção através de assessoria seguem as experiências mais estritas de estágio e extensão e, por fim, a atuação por meio de vínculo empregatício junto a uma ONG, sendo essas as três formas de inserção profissional evidenciadas nas publicações.

Quanto aos sujeitos profissionais envolvidos nos trabalhos em questão, em geral estes se compõem por docentes e graduandos vinculados ao curso de Serviço Social. Há ainda o relato de técnicos e pós-graduandos envolvidos em algumas das atuações. Apenas 02 experiências de trabalho contam com equipes multi ou interdisciplinares e 01 publicação registra somente o trabalho técnico de um profissional de Serviço Social.

Outro dado ainda possível de ser observado é o período no qual se desenvolve a atuação profissional. Com exceção de 01 artigo, todos os demais o elucidam, podendo ser distinguido 03 períodos de concentração das experiências de trabalho junto aos movimentos sociais.

O primeiro, vai de 1978 a 1987 e abrange as duas experiências relatadas por Herkenhof et al (1998), se inserindo no contexto da redemocratização brasileira, de efervescência dos movimentos sociais e do processo constituinte. É interessante observar que, embora essas experiências se desenvolvam nas décadas de 1970 e 1980, é no final da década de 1990 que se dá a publicação do trabalho que a relata. Os autores expõem que o objetivo deste resgate histórico é:

[...] analisar a participação do Serviço Social na dinâmica sócio-política e econômica do Município da Serra [Estado do Espírito Santo] a sua contribuição para os movimentos sociais urbanos e identificar o referencial teórico-metodológico, os objetivos, as estratégias de ação, o instrumental técnico presente no trabalho do Serviço Social. (Herkenhof et al, 1998, p.401)

Partindo desse objetivo, entendem que é possível inferir através dessa experiência, a contribuição do Serviço Social em âmbito nacional, considerando que a conjuntura de Serra/ES se dava em estreita relação com o contexto social, político e econômico do país e das mudanças que ocorriam no interior da categoria dos assistentes sociais.

Um segundo período em que se aglutinam as atuações profissionais abordadas nas publicações é o que vai do início da década de 1990 aos anos 1998 e que perpassam os trabalhos de Bravo et al (1995; 1998) e Santos et al (1998). Transcorrendo neste período também se encontra a experiência sob a qual Rodrigues (2002) traça algumas reflexões, sendo que sua duração abrange o início da década de 1990 estando em desenvolvimento até o ano de 2002, quando a autora publica seu artigo.

Este período se inicia com os anos pós Constituição Federal de 1988 em que se apresenta um contexto de acirradas contradições político-econômica, conforme pontuamos no Capítulo 1 deste trabalho. Por um lado, têm-se importantes conquistas efetivadas no campo jurídico, com a inserção na Constituição de diversas questões referentes a bandeiras de lutas dos movimentos e organizações da classe trabalhadora. Por outro, há o avanço da política neoliberal no país e suas determinações no âmbito político, econômico, social e cultural, das quais o desmonte dos direitos sociais é uma das expressões.

O período que compreende os anos 2006 a 2008 constitui o terceiro momento, no qual se inserem as experiências de trabalho pontuadas por Acosta e Dal Moro (2007), Silva et al (2008) e Soares et al (2008). Inseridas na atualidade brasileira, tratam-se de atuações ainda em andamento nos anos em que ocorrem as publicações dos autores.

Para a análise da (auto)representação profissional e do direcionamento ético-político evidenciado nas publicações, também consideramos estes três períodos de concentração das experiências de trabalho junto aos movimentos sociais. Esta definição se deu a fim de permitir uma análise mais coerente, ponderando as diversas mudanças ocorridas na sociedade brasileira e na profissão neste intervalo de tempo em que se desenvolvem as atuações profissionais – 1978 a 2008 -, de acordo com as reflexões apresentadas na parte primeira deste trabalho, assim como, pontuado na análise da tese e dissertações realizadas anteriormente.

Assim sendo, a primeira experiência de trabalho descrita por Herkenhof et al (1998) – desenvolvida no período de 1978 a aproximadamente 1985 e de forma voluntária -, apresenta uma concepção mais militante do trabalho profissional. Como discutiremos mais adiante, os autores mencionam a influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social para a atuação profissional, enfatizando o rompimento com a neutralidade profissional e a adoção de uma visão de sociedade que apontava para a transformação social. Somado a isso, o contato com materiais didáticos no espaço da Igreja Católica - referentes a textos marxistas²⁰ e à teologia da libertação - que “[...] *ia além da sua formação profissional*” orientava a atuação dos profissionais no período numa dimensão educativa “*onde os moradores eram sujeitos de seu processo de mudança*”(HERKENHOF et al, 1998, p.402).

A segunda experiência relatada por estes autores, vinculada à Universidade e ocorrida nos anos 1985 a 1987, se desenvolve, ainda segundo Herkenhof et al (1998), na busca pela formulação de um projeto profissional mais comprometido com a realidade social que contribuísse com o processo de redemocratização brasileiro, já revelando uma concepção um pouco diferenciada do papel profissional em relação à experiência anterior.

Num balanço dessas duas atuações profissionais, os autores avaliam que “[...] *o Serviço Social conseguiu ter uma atuação independente do Estado; imprimiu um caráter educativo e libertador à sua intervenção; desenvolveu ações com a integração e participação dos moradores*”, contribuindo para o exercício e construção da cidadania. (HERKENHOF et al, 1998, p.403).

A negação do espaço institucional aqui caracterizado pelo Estado e o “*caráter libertador*” do trabalho profissional revelam questões que perpassaram o momento inicial de construção e sistematização de uma nova ética profissional, permeado por alguns equívocos, mas que tiveram sua importância no desenvolvimento da profissão.

Dentre as experiências de atuação profissional desenvolvidas no intervalo do período que compreende dos anos 1990 a 2002, estão as sistematizadas nas publicações de Bravo et al (1995; 1998), Santos et al (1998) e Rodrigues (2002). Embora o trabalho de Gomes e Fernandes (2001) não elucide o período histórico em

²⁰ Embora essa aproximação com o marxismo tenha sido importante para o processo de Reconceituação do Serviço Social, Netto (2005a) discute os problemas contidos nesta aproximação inicial da profissão com o marxismo que ocorre através da leitura de manuais e de outros autores que faziam referência a Marx.

que se realiza a interlocução profissional com os movimentos sociais que constitui ponto de partida para as reflexões desenvolvidas, optamos por analisá-lo juntamente com os demais trabalhos agrupados neste recorte temporal uma vez que sua publicação ocorre no ano de 2001.

Bravo et al (1995) e Rodrigues (2002) não apresentam reflexões ou colocações mais densas sobre a perspectiva da atuação profissional. O primeiro, devido ao formato de resumo da publicação na qual os autores privilegiaram o relato descritivo da experiência profissional, podendo-se inferir neste trabalho a perspectiva profissional de contribuir na instrumentalização dos movimentos sociais considerados, dentre outros atores sociais, como *“forças potenciais nesta nova ordem política [da lógica de exclusão social e dos canais abertos de participação social na estrutura estatal”*. O segundo, posta a breve pontuação que a autora faz sobre o trabalho de assessoria desenvolvido, apresenta como elemento apenas: 1) a compreensão de que a socialização de informações oriundas de pesquisas sobre a realidade na qual se configura a luta dos movimentos sociais contribui para a reflexão e luta destes movimentos na busca por seus direitos e, 2) a forma como este trabalho se efetiva:

[...] visando a formação via informação e instrumentalização das organizações comunitárias por meio de discussões de temas ligados à problemática específica das áreas (políticas agrária/agrícola, direitos de cidadania, aposentadoria, entre outros) através da realização de palestras, seminários, encontros, mini-cursos. Tudo em conjunto com o conjunto das entidades locais. (RODRIGUES, 2002, p.6)

No que tange às demais publicações, Bravo et al (1998) e Santos et al (1998) discutem o trabalho profissional numa perspectiva de fortalecimento e instrumentalização dos movimentos sociais populares, visando contribuir para a viabilização da gestão democrática das políticas sociais (BRAVO et al, 1998) e para o processo de ampliação da cidadania e justiça social (SANTOS et al, 1998). Ambas as publicações evidenciam o direcionamento político do trabalho profissional, sendo que Bravo et al (1998) faz menção ao projeto ético-político profissional como suporte a essa perspectiva de atuação, enquanto Santos et al (1998) recorre ao termo *“projeto político”* para expressar o referenciamento da prática do Serviço Social. Estes últimos autores sinalizam, ainda, a dissociação entre os objetivos institucionais, de forma geral, e os que norteiam o trabalho profissional, entendendo

que esse “projeto político” está em construção e que “*Sua singularidade consiste em articular as demandas sociais da sociedade na direção dos nexos interdisciplinares, bem como no encaminhamento de propostas e projetos alternativos nos rumos de nossa sociedade classista, globalizada.*” (SANTOS et al, 1998, p.418)

Gomes e Fernandes (2001), também discutem a atuação profissional no contexto da globalização; fazem alusão aos vínculos de classe existentes nesta sociedade, a disputa entre projetos societários diferentes e a necessidade da atuação profissional comprometida com a resistência à ofensiva neoliberal. No entanto, não indicam a mediação entre a atuação profissional na perspectiva de defesa dos direitos de cidadania e aprofundamento da democracia, e a transformação social, conforme postula o atual Código de Ética Profissional, como condição necessária para construção de uma realidade sem exploração de classe. Nesse sentido, o assistente social, no trabalho junto aos movimentos sociais de favelas – movimentos discutidos pelas autoras:

[...] realiza um papel de mediador com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade democrática em que se amplie e consolide a cidadania. Essa mediação se concretiza através da articulação que estabelece entre instituições estatais, organizações não governamentais, instituições filantrópicas ou outras entidades da sociedade civil que possam contribuir na garantia e efetivação de direitos para as populações com as quais trabalha. (Gomes e Fernandes, 2001, p.6)

Trata-se de um trabalho que engloba a viabilização de serviços concretos na perspectiva de asseguarção dos direitos sociais e a “*tarefa educativa*” voltada à socialização da informação como instrumento de questionamento da realidade social, “*no sentido de possibilitar mudanças efetivas nessa realidade que possam ter reflexo nas condições de vida das populações das favelas, visando reverter o quadro de segregação sócio-espacial expresso na favela.*” (Gomes e Fernandes, 2001, p.6) Assim sendo, coloca-se o papel do assistente social na contribuição para a criação de canais de participação e como elemento fundamental na construção da cidadania e de uma sociedade mais democrática.

A perspectiva de fortalecimento dos movimentos sociais é o ponto comum colocado em evidência pelas publicações de Silva et al (2008) e Soares et al (2008) que, juntamente com o artigo de Acosta e Dal Moro (2007), configuram o terceiro grupo de trabalhos, cujas experiências profissionais se realizam dentro do período composto pelos anos 2006 a 2008, estando em desenvolvimento à época de sua

publicação.

Silva et al (2008) enfatiza o trabalho alicerçado nos princípios profissionais do Código de Ética da categoria, fundamentando, neste, o interesse em contribuir para o fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores – os autores se referem em específico aos catadores de materiais recicláveis que compõem o movimento social com o qual se desenvolve a atuação profissional – que sofrem as conseqüências de uma sociedade de classes antagônicas.

Centrando-se no trabalho com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Soares et al (2008) destacam o fortalecimento das ações deste movimento em seu processo de organização política. Dado as características desse movimento, os autores afirmam que *“Numa relação com os protagonistas da luta pela terra é possível ir além da prática institucional ultrapassando a concepção democrático-liberal da cidadania e dos direitos sociais”*. No entanto, pontuam também as dificuldades enfrentadas na intervenção profissional junto ao Movimento relacionadas a seu processo de organização.

Acosta e Dal Moro (2007) também discutem a concepção democrático-liberal da cidadania e dos direitos sociais, entendendo que não só é possível, mas necessária a ultrapassagem dessa concepção para o desenvolvimento de trabalho profissional junto aos movimentos sociais, em específico o MST. Observam que, no entanto, essa se constitui uma dificuldade dos alunos envolvidos na experiência de estágio relatada junto ao referido movimento, cuja concepção profissional está atrelada à compreensão do assistente social como *“agente da cidadania e dos direitos sociais”*. Recorrendo ao histórico profissional, mencionam o desenvolvimento do processo de constituição de um novo projeto profissional a partir da aproximação *“aos diversos segmentos sociais que constituem as classes subalternas”*, elucidando a *“intenção de ruptura”* nos anos 1980 e o projeto ético-político no decorrer da década de 1990. Dessa forma, entendem que as ações profissionais do Serviço Social devem se desenvolver numa perspectiva orientada por uma *“intencionalidade emancipatória”*.

Como se pode apreender, o relato e reflexões trazidas pelas publicações têm evidenciado a prevalência da atuação profissional em consonância com a direção ético-política postulada no atual Código de Ética Profissional.

A partir da (auto)representação profissional e do direcionamento ético-político dos sujeitos profissionais, forja-se o entendimento acerca do papel da atuação

profissional junto aos movimentos sociais, os quais, pontuados ou apreendidos nas publicações, foram sistematizados no quadro abaixo.

Quadro 11 - Papel da atuação profissional junto aos movimentos sociais

| Publicação | Papel da atuação profissional junto aos movimentos sociais |
|--------------------------|--|
| BRAVO et al (1995) | Estudo sobre o tema da lógica de exclusão social e dos canais abertos de participação social na estrutura estatal e apoio concreto através de assessoria e cooperação técnica. Desenvolvimento de ações que incluam os atores sociais como sujeitos do processo. |
| BRAVO et al (1998) | Contribuir para a democratização da esfera pública, viabilizar o acesso a informações, fornecer aportes críticos e operativos como forma de orientação para a análise e intervenção na realidade, desvendando os interesses em confronto nela postos. |
| HERKENHOF et al (1998) | <p>Capacitação e qualificação das lideranças. Desenvolvimento de técnicas educativas de ordem participativa e associativa, estudos de formação política, cursos de capacitação técnica em áreas específicas – saúde, saneamento básico e transporte -, elaboração de material formativo e informativo em linguagem popular, realização de assembleias, participação no processo de convocação e mobilização da população, envolvendo-a em todas as etapas e capacitando-as para construir o processo com autonomia. (<i>Experiência profissional desenvolvida de 1978 a 1985</i>).</p> <p>Ações educativas com enfoque na mobilização, participação e organização popular, incentivando formas coletivas de solução dos problemas, a compreender criticamente a realidade, construção de novas formas de sociabilização e elaboração de proposta pedagógica para orientação das ações coletivas. (<i>Experiência profissional desenvolvida nos anos de 1985 a 1987</i>).</p> |
| SANTOS et al (1998) | Ações que favoreçam o processo de ampliação da cidadania e justiça social; contribuir com a ampliação de conhecimentos científicos e pesquisas que sirvam de base instrumental para as ações sociais das comunidades na sua formação político organizativa; promover trabalhos interdisciplinares, dinamizar as relações entre a universidade e a sociedade civil, definindo sempre coletivamente os objetivos a serem alcançados a partir da realidade concreta. |
| GOMES e FERNANDES (2001) | Realiza-se através da concepção técnica de programas que assegurem a distribuição ou incremento de renda (tais como os programas de transferência de renda), bem como, por meio da contribuição para o fortalecimento das organizações populares e para o direcionamento de projetos e lutas frente à pobreza, exclusão e segregação. Isto perpassa a atuação profissional no sentido de refletir junto à população acerca da realidade, dos processos sociais, desvendando suas contradições, de forma articulada “à pesquisa criteriosa das condições de vida e de trabalho dos moradores”. Também constitui elemento fundamental a criação de canais participação, sendo que esta deve compreender as estratégias cotidianas das populações com as quais o assistente social trabalha, objetivando ampliar seu espaço social, cultural e político no cenário da sociedade. |
| RODRIGUES (2002) | Produção de pesquisas e estudos para a compreensão da realidade com socialização das informações. Formação via informação e instrumentalização das organizações comunitárias por meio de temas ligados à problemática específica, realização de palestras, seminários, encontros, mini-cursos em conjunto com as entidades locais. |
| ACOSTA e DAL MORO (2008) | Contribuição para o crescimento do nível cultural e social dos acampados e assentados. |

| | |
|---------------------|--|
| SILVA et al (2008) | Fortalecer o papel do Estado na garantia dos direitos de cidadania. Desenvolvimento de trabalhos assistenciais levando em conta as necessidades e demandas dos trabalhadores. Realização de debates e palestras sobre a importância do movimento; participação em fóruns e na organização de protestos e encontros que visam estabelecer diálogo com o poder local; orientações, informações e encaminhamentos - através do plantão social - no que tange à promoção ao acesso aos direitos sociais e à participação nos fóruns e conselhos de políticas e direitos. |
| SOARES et al (2008) | Desenvolver projetos de intervenção profissional referenciados nas demandas e interesses dos sujeitos envolvidos. Fortalecer as ações do movimento no processo de organização política. |

Como se observa, embora as experiências profissionais se distribuam em um significativo intervalo temporal, a formas de efetivação do papel da atuação profissional junto aos movimentos sociais não apresenta grandes alterações. As ações educativas, consideradas como desencadeadoras de mobilização e formação político-organizativa, predominam dentre as compreensões acerca do papel do trabalho profissional do assistente social junto aos referidos movimentos. Juntamente com a produção e socialização de conhecimento acerca da realidade social e dos processos sociais vivenciados e, o fornecimento de aportes críticos e operativos, apontam consistir na forma de instrumentalização dos movimentos sociais.

Embora em proporção bem menor, a dimensão da prestação de serviços aparece nas compreensões dos autores como um dos elementos constitutivos das ações profissionais na atuação junto aos movimentos.

Em relação ao entendimento mais específico acerca do papel da universidade e da relação estabelecida entre esta e os movimentos sociais²¹ – uma vez que esta é a principal via de inserção profissional no trabalho com os movimentos sociais relatada nas publicações -, elucidam-se: 1) o desenvolvimento de estudo sobre o tema da possibilidade de os movimentos sociais permearem a estrutural estatal – possibilidade aberta pela Constituição de 1988 -, como também apoio concreto, através de assessoria e cooperação técnica, aos grupos que constituem forças potenciais nesta nova ordem política” (BRAVO et al, 1995); 2) inserir-se e apoiar o movimento popular, contribuindo para o processo de democratização da sociedade

²¹ Alguns elementos aqui são retomados, considerando que a partir da análise das publicações se infere que nesses consistem tanto o papel da atuação profissional junto aos movimentos sociais quanto o papel da Universidade.

brasileira e “buscando formular um projeto de formação profissional mais comprometido com a realidade social” (HERKENHOF et al, 1998); 3) o papel de produção e socialização do conhecimento (RODRIGUES, 2002) e, 4) desenvolver uma proposta articulada com os interesses dos próprios trabalhadores organizados no MST, visando aprimorar a formação dos alunos “[...] através de uma inserção mais qualificada e da prática da pesquisa, e contribuir para a ampliação do campo de intervenção profissional junto a movimentos sociais e a questão agrária e uma maior compreensão dessa realidade” (ACOSTA e DAL MORO, 2007; SOARES et al, 2008).

A vinculação entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito Universitário é explicitada na maioria das publicações.

3.3 Encontros e Desencontros na Produção do Serviço Social sobre os Movimentos Sociais na interface com as experiências de trabalho profissional

A partir dos elementos evidenciados no levantamento e análise do material bibliográfico que compôs o universo desta pesquisa, diversas questões podem ser apreendidas. Questões que entrecruzam-se, encontram-se, se sobrepõem, divergem entre si, se conectam com questões mais amplas da categoria profissional, das teorias sociais, da realidade brasileira e societária.

Embora se tenha buscado abarcar um universo amplo em termos de fontes de pesquisa com vistas à realização de uma sistematização das publicações sobre o tema, como forma de subsídio a sua reflexão na atualidade, deparou-se com a primeira questão que aqui pontuamos: o reduzido volume de materiais bibliográficos sobre a temática dos movimentos sociais em sua interlocução com experiências de trabalho profissional.

Trata-se de um dado observado em todas as fontes bibliográficas pesquisadas: teses e dissertações produzidas nos programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social e artigos publicados na Revista *Serviço Social e Sociedade*, assim como, no Congresso Brasileiro de Serviço Social e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Esse dado se torna ainda mais significativo quando se analisa o conteúdo da produção teórica referente à temática. Em geral, há uma dificuldade em se estabelecer uma interlocução mais aprofundada entre os movimentos sociais e o

trabalho profissional. Mesmo quando os autores se propõem a fazê-lo em suas publicações, parte considerável acaba privilegiando análises ou descrições sobre os movimentos sociais e suas experiências, realizando a interlocução com o Serviço Social apenas de forma pontual ou tangencial, como pôde ser observado em 02 teses/dissertações e em 04 artigos, o equivalente a 50% dos trabalhos analisados.

Apesar dessa dificuldade apresentada, as publicações demonstram a preocupação profissional em colocar-se numa perspectiva de defesa dos movimentos sociais, em evidenciar suas lutas e sua importância política, seja no que tange à defesa e conquista de direitos sociais, seja entendendo esse processo ainda como mediação para a construção de uma nova cultura política, de construção da consciência de classe, apontando para a construção de uma nova ordem societária. Nessa medida, elucidam, de forma predominante, um afinamento com o projeto ético-político que se pretende hegemônico na categoria profissional.

Não obstante, as fragilidades dos movimentos sociais nas conjunturas estudadas também são apontadas por alguns autores – Silva (1994b), Tilton (1998), Herkenhof et al (1998), Acosta e Dal Moro (2007) e Soares et al (2008). Parte destes, apenas pontuam esta questão (03 trabalhos), enquanto os demais evidenciam alguns dos nexos entre a realidade vivenciada no interior dos movimentos sociais e a conjuntura mais ampla e/ou inerente à realidade social que conflui para as fragilidades observadas.

Em relação aos movimentos sociais com os quais o Serviço Social tem estabelecido interlocução, ao nos atentarmos para o período a que se referem as experiências organizativas que representam, podemos observar um certo “encadeamento” dentro de um processo que se tem observado na realidade brasileira contemporânea. Ressalta-se, entretanto, que este não deve ser compreendido de forma linear nem generalizada, devendo ser considerado ainda que embora as temáticas dos movimentos sociais se diferenciem, estas se constituem ou agravam-se num processo comum: o das desigualdades sociais oriundos do conflito entre capital e trabalho inerentes ao modo de produção capitalista.

Dentre os trabalhos analisados, a questão urbana, vinculada sobretudo às lutas relacionadas à moradia – incluindo aqui as condições de infra-estrutura e o acesso a serviços públicos –, é o tema de parte significativa das publicações, perpassando a discussão de todas as dissertações e tese e de 03 experiências de

trabalho profissional relatadas pelos artigos, predominantemente localizadas entre os anos 1980 e 1990. Como um dos saldos do modelo de desenvolvimento historicamente implementado no país e acirrado com a política de “crescimento” do período ditatorial, aliada à deficiência das políticas sociais que, mesmo asseguradas na Constituição de 1988 não são de fato implementadas de maneira universalizante, a questão urbana em seus diferentes aspectos constitui uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais nos anos 1980 e 1990, se mantendo, embora em proporções diferenciadas – dado o refluxo dos movimentos sociais a partir desta década, conforme já observado anteriormente - até a atualidade, na qual o Movimento dos Sem-Teto, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, dentre outros, se fazem presente contando dentre os movimentos que resistem à realidade contemporânea no país.

Ainda inserida na temática urbana, a questão das favelas, discutida na publicação do ano de 2001, ganha maior expressão na contemporaneidade dado o agravamento da realidade social com o aumento do desemprego e subemprego, a precariedade das políticas públicas, o acréscimo da violência e da criminalidade.

O aumento bastante acentuado no número de Organizações Não-Governamentais que se verifica a partir dos anos 1990 ocorre principalmente vinculado ao atendimento às expressões da questão urbana no país.

Os movimentos de saúde, abordados em 02 publicações em meados da década de 1990, vinculam-se ao contexto do processo de lutas referentes à reforma sanitária brasileira cujo movimento tem início na década de 1970, traduzindo suas lutas em significativas conquistas na Constituição Federal de 1988.

As publicações mais recentes relacionam-se sobretudo à questão agrária que, apesar de histórica, se agrava na atualidade com a política econômica vigente para o campo brasileiro e ganha notoriedade com as lutas empreendidas por diversos movimentos sociais agrários, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que se constitui como o maior interlocutor da questão agrária no país e o movimento de maior expressividade nacional.

O trabalho é o tema da publicação restante, inserindo-se no contexto atual de acirramento do processo de desmantelamento ocorrido no mundo do trabalho.

Nesse sentido, o contexto de crise econômica que para alguns autores concorre para a constituição dos movimentos sociais a partir do acirramento da situação de exclusão social que configura – esse entendimento pode ser inferido a

partir da publicação de vários dos autores, sendo que Rodrigues (2002) e Acosta e Dal Moro (2007) o elucidam de forma mais incisiva -, para outros autores - Silva (1994b) e Soares et al (2008) -, enfraquece as classes subalternas e suas organizações devido a esse mesmo contexto social configurado, que possui rebatimentos nas condições materiais e subjetivas das referidas classes.

Quanto a esta questão, a própria evidência dos movimentos sociais atuantes em diferentes momentos da realidade contemporânea elucidados através das publicações dos autores, reafirma que há inúmeras mediações que podem concorrer para uma ou outra forma de rebatimento na realidade social dos contextos de crise acentuada. A capacidade de organização e compreensão política da classe trabalhadora ou “que-vive-do-trabalho” em dado momento histórico é uma das mediações fundamentais.

Silva (1994b), Bravo et al (1998) e Rodrigues (2002) apontam a necessidade de articulação dos movimentos sociais com outros movimentos e atores sociais no sentido do fortalecimento de suas lutas. Algumas das experiências com os movimentos sociais relatadas indicaram essa articulação. No entanto, outras evidenciam as dificuldades que os movimentos sociais têm enfrentado nesse processo, sendo que, muitas vezes, os objetivos e lutas pontuais que aglutinam os sujeitos configurando a experiência organizativa, acabam levando à dispersão do movimento quando esses objetivos são atingidos ou devido às dificuldades enfrentadas no processo de luta e à pouca clareza política dos sujeitos.

Os avanços e recuos dos movimentos sociais, por outro lado, são considerados por 02 dos autores – Silva (1994b) e Tilton (1998) - como inerentes ao processo social e político que vivenciam e às relações que se estabelece com a realidade social que também é dinâmica e na qual estão presentes as correlações de força.

No que se refere às formas de interlocução profissional com os movimentos sociais, embora as produções analisadas relatem, quase que em sua totalidade, experiências de atuação profissional via assessoria, estágio ou extensão vinculadas a Projetos de Universidades, o trabalho profissional no sentido de fortalecimento dos sujeitos coletivos não se vincula exclusivamente à inserção em um determinado movimento social ou a um projeto específico de trabalho com esse enfoque. A tese de Silva (1994a) e o artigo de Silva et al (2008) trazem o relato de interlocuções com os movimentos sociais estabelecidas a partir de um trabalho institucional,

evidenciando que a partir deste espaço sócio-ocupacional, o fortalecimento dos sujeitos coletivos – dos quais os movimentos sociais são parte integrante - também é possível e imprescindível na nossa realidade contemporânea.

Em geral, o papel da atuação profissional junto aos movimentos sociais é entendido no âmbito das ações educativas, consideradas como desencadeadoras de mobilização e formação político-organizativa; em proporção bem menor, a dimensão da prestação de serviços aparece nas compreensões de alguns dos autores – Silva (1994b), Gomes e Fernandes (2001), Soares et al (2008) e Silva et al (2008) - como outro elemento constitutivo das ações profissionais na atuação junto aos referidos movimentos.

A dimensão da defesa dos direitos de cidadania é outra questão bastante recorrente nas publicações. A discussão realizada por Acosta e Dal Moro (2007) e por Soares et al (2008), no entanto, colocam o trabalho profissional para além desta dimensão.

Essa é uma questão que vem sendo debatida nos próprios eventos nacionais da categoria – CBAS e ENPESS. A orientação que se defende, assentada no projeto ético-político profissional é a de que os direitos sociais estão na pauta da atuação dos assistentes sociais e devem orientar o trabalho profissional numa perspectiva de defesa de sua garantia e ampliação; no entanto, estes são entendidos como mediação e não como fim, dado que nas sociedades de classes - e a realidade contemporânea tem evidenciado isso -, o pleno desenvolvimento dos homens, o atendimento de suas necessidades materiais e espirituais em sua integralidade, não é possível. O que se tem visto, de forma geral a partir da quebra com o paradigma do Estado de Bem Estar Social e que se realiza por uma necessidade do próprio capital, é que cada vez mais a “classe-que-vive do trabalho” se vê distante do atendimento a seus direitos sociais que, como já discutido, vêm sofrendo um desmantelamento progressivo nas últimas décadas.

Diversas outras questões poderiam ser aqui discutidas a partir dos elementos trazidos pelas publicações. No entanto, centraremos as reflexões finais deste Capítulo em alguns fatores que consideramos ser fundamentais para a compreensão da interlocução profissional com os movimentos sociais na contemporaneidade.

O enfraquecimento e/ou refluxo dos movimentos sociais que se verifica sobretudo a partir dos anos 1990 – ocasionado por diversos fatores como o avanço

do ideário e política neoliberais, a institucionalização de demandas que ocorre com a Constituição de 1988, a crise do socialismo real, dentre outros - é um dos fatores que devem ser levados em consideração na análise acerca da realidade contemporânea e da interlocução do Serviço Social com os movimentos sociais. Na medida em que esses movimentos passam a impor menos demandas ao Estado e à profissão, num contexto também de complexificação da “questão social” em que novas problemáticas emergem, redireciona-se em grande parte o olhar profissional. Os dados apontados sobre as temáticas recorrentes nas publicações da Revista *Serviço Social e Sociedade* na transição dos anos 1980 para as duas décadas posteriores reafirmam esse movimento.

Outra questão a ser destacada e que pode confluir para o reduzido volume de publicações sobre a temática deste estudo é o não trato profissional das questões colocadas como coletivas – quando estas aparecem - e sim, como questões individuais. As expressões da “questão social” muitas vezes parecem ocultar no cotidiano profissional as suas raízes e as suas formas de enfrentamento pelos sujeitos. Os trabalhos e publicações localizados, de uma forma geral, apresentam a preocupação em evidenciar esses nexos. De forma mais contundente, os artigos de Rodrigues (2002) e Silva et al (2008) subsidiam essa análise, elucidando a necessidade de um conhecimento maior da realidade, levando em consideração também os sujeitos coletivos nela envolvidos como subsídio a uma intervenção mais radical no sentido de partir das raízes das questões apresentadas no plano do imediato.

Há que se levar em consideração também o ainda restrito volume de registros, sistematizações teóricas e publicações das experiências de trabalho profissional no seio da categoria dos assistentes sociais. Embora se verifique um grande salto quantitativo no volume de publicações tanto na Revista *Serviço Social e Sociedade* quanto nas edições do CBAS e ENPESS, observa-se que nestes espaços ainda predominam as produções teóricas vinculadas ao universo acadêmico. Mesmo quando as publicações tratam de questões vinculadas à atuação profissional a partir de relatos de experiências, seus atores, em sua maioria, estão inseridos na realidade acadêmica. Esse dado pode ser inferido a partir da caracterização das formas de inserção profissional nas experiências de trabalho analisadas nesta pesquisa. Do total de 13 interlocuções profissionais com movimentos sociais apenas 04 – o que equivalente a 30,7% - não apresentaram

vinculação com Instituições Superiores de Ensino. Note-se, no entanto, que esse dado se refere ao vínculo da inserção profissional relatada e não dos autores das publicações, sendo que, quanto a este último dado, todos os artigos que compuseram esta pesquisa apresentaram a vinculação de seus autores com Universidades. Isso pode evidenciar, entre outros fatores, que a vinculação dos profissionais à Universidade viabiliza maior produção teórica em relação aos profissionais que não estão inseridos na realidade acadêmica.

As dificuldades teórico-metodológicas e técnico-operativas no trabalho profissional com os movimentos sociais é outro fator relevante, como explicitado na tese/dissertação de Silva (1994a) e Silva (1994b) e ainda pelo artigo de Acosta e Dal Moro (2007), sendo também inferido no trabalho de Herkenhof et al (1998). Embora os trabalhos se desenvolvam em contextos profissionais diferentes, abrangendo desde o final dos anos 1970 até a primeira década do século XXI, perpassando as reformulações do Código de Ética Profissional e das diretrizes curriculares para a formação profissional, essa dificuldade parece permanecer em certa medida. Parte dos trabalhos demonstra uma fragilidade teórico-metodológica, com imprecisão no trato dos referenciais analíticos. A direção ético-política evidenciada, no entanto, se sobrepõe nas publicações. Se a primeira questão – concernente ao referencial teórico-metodológico – é um desafio que perpassa todas as áreas do conhecimento, a segunda, por sua vez, demonstra a vivacidade do projeto ético-político profissional tão ameaçado nos últimos tempos pela realidade social posta. Nesse sentido, a questão que se coloca é: se o direcionamento hegemônico na vanguarda da categoria profissional tem reafirmado a importância dos sujeitos coletivos – e, portanto, dos movimentos sociais enquanto uma de suas expressões – no enfrentamento da realidade contemporânea, por outro lado, as dificuldades teórico-metodológicas e técnico-interventivas discutidas colocam em pauta, dentre outras questões, qual tem sido o lugar do sujeito coletivo na formação profissional.

Um último ponto ponderado aqui possui relação bastante estreita com os elementos pontuados anteriormente. Tratam-se dos referenciais teórico-analíticos que têm norteado as reflexões sobre os movimentos sociais e os sujeitos coletivos de forma geral na contemporaneidade. A ausência de demarcação deste referencial acerca dos movimentos sociais nos artigos do CBAS e ENPESS e a certa fragilidade com que é abordado na tese/dissertações evidenciam, como enunciado por Silva (1994a) e Silva (1994b) em sua tese/dissertação, uma imprecisão conceitual e as

dificuldades no enfrentamento teórico da temática dos movimentos sociais²². Alguns estudos como o de Duriguetto (2005) discutem o emaranhado de conceitos que perpassam a discussão da sociedade civil no Brasil a partir da década de 1970, sendo os movimentos sociais aí também inseridos. Nesse cenário, localizar e sistematizar as publicações que tratam sobre a temática se configura um grande desafio. Esse fator pode influir também para o reduzido volume de publicações localizado na medida em que diversos trabalhos podem recorrer a termos ou compreensões diferenciadas para a discussão dos movimentos sociais. Assim sendo, embora os dados obtidos e sistematizados nesta pesquisa sejam bastante significativos, consistem em mais um dos esforços no sentido de refletir sobre a temática da interlocução profissional com os movimentos sociais, não podendo, portanto, ser generalizados para a compreensão do referido tema como um todo.

²² Duriguetto (1996) discute a incorporação da temática dos movimentos sociais no Serviço Social; Ramos (1994) e Ribeiro (1998), em publicações da Revista *Serviço Social e Sociedade*, também abordam a questão do debate e interpretações teóricas acerca dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação com as demandas coletivas se faz presente no Serviço Social desde sua institucionalização como profissão. No entanto, a forma pela qual se compreende e responde a tais demandas no desenrolar do processo histórico da profissão está intrinsecamente relacionada à leitura da realidade social e à compreensão ético-política dos sujeitos profissionais, as quais, por sua vez, vinculam-se intimamente à (auto)representação da profissão posta em cada um dos estágios de seu desenvolvimento.

Um importante marco nesse sentido é que estabelece as bases para a atual compreensão brasileira do Serviço Social enquanto profissão é o conhecido Movimento de Reconceitualização do Serviço Social. É vinculado a este processo de renovação profissional, no final dos anos de 1970, que segundo a literatura profissional (BARROCO, 2003; SIMIONATO, 1995; SILVA, 1995), se desenvolve na categoria profissional um amplo e importante debate sobre o caráter político inerente à profissão, permitindo assim uma opção pelo posicionamento em favor das classes subalternas demandatárias dos serviços sociais.

Embora esse desvelamento do caráter político da prática profissional tenha sido de extrema importância à categoria dos assistentes sociais, inicialmente esta compreensão é perpassada por alguns equívocos que, alguns anos depois, no desenvolver das reflexões profissionais serão revistos. Num primeiro momento, a ação profissional e ação político-partidária se confundem e o espaço institucional é entendido como “aparelho ideológico” do Estado; posteriormente, com a influência da leitura gramsciana, com a qual se começa a estabelecer interlocução no Brasil, a ação profissional passa a se orientar por uma perspectiva dialética, alicerçando-se na concepção de Estado ampliado e entendendo os espaços institucionais como espaço contraditório e de luta de classes. Desta forma, se compreende a possibilidade de *dissociação* entre os objetivos institucionais e os referentes à atuação profissional, desenvolvendo-se “*um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, vista na sua articulação com os movimentos sociais populares organizados*”. (SILVA, 1995, p.39-40)

Com o aprofundamento das reflexões profissionais e da revisão teórico-conceitual, alicerçada na tradição marxista, a profissão estabelece novas relações

com os sujeitos coletivos, seja no espaço institucional ou nos movimentos sociais, sendo que, a função pedagógica do assistente social reconstrói-se assentada em princípios democráticos.

Os anos 1980 no Brasil são marcados por um cenário de crise e instabilidade econômica repercutindo, sobretudo, nas condições de vida da classe trabalhadora. Instaura-se uma intensa luta social na qual as classes se organizam. O clima político é favorável ao debate democrático.

Mediante a realidade social e a nova compreensão ética que vai se configurando no seio da categoria, a década de 1980 é um período em que os assistentes sociais atuam de forma bastante intensa junto aos movimentos sociais.

O saldo com o qual a referida década se finda computa importantes conquistas asseguradas na Carta Constitucional de 1988 no campo da Proteção Social Brasileira.

A partir da década de 1990, a reestruturação produtiva e a ofensiva ideológica implementadas no quadro de aprofundamento da investida neoliberal concorrem para um refluxo das organizações da classe trabalhadora: os sindicatos, de forma predominante, apontam retrocessos em sua postura combativa situando-se numa perspectiva colaboracionista entre capital e trabalho; os movimentos sociais, mediante o reordenamento das relações entre estado e sociedade, vêm reestruturando-se, assumindo um perfil mais propositivo no sentido da execução de programas sociais, cedendo muitas vezes lugares às ONGs (ABREU, 2002). A influência do ideário neoliberal nas relações sociais de forma mais ampla, delineando-se a partir da interiorização e reprodução por parte destes dos valores que configuram o *ethos* inerente ao referido ideário, conflui para a fragilização dos vínculos sociais e da coletividade. Somam-se ainda a este quadro as estratégias de apelo à solidariedade, filantropia e responsabilidade social, mascarando os conflitos de classe existentes e retirando o foco dos direitos sociais.

Esse novo cenário configurado nos anos 1990 possui rebatimentos tanto nos espaços sócio-ocupacionais e nas condições de trabalho dos assistentes sociais quanto na reconfiguração e ampliação das demandas que lhe são postas.

Não obstante, é também nessa década que o amadurecimento das reflexões teóricas e éticas na categoria profissional permite a tradução e decodificação dos avanços teórico-práticos da profissão neste período, culminando na reformulação do Código de Ética Profissional em 1993.

O referido código, fundamentado na teoria marxiana, demarca um projeto ético-político profissional orientado por valores emancipatórios e, portanto, inscrito na perspectiva da construção de uma nova ordem societária.

Nessa medida, o referido projeto ético-político profissional constitui-se numa perspectiva contra-hegemônica ao projeto societário vigente que, no adentrar do século XXI, reafirma a lógica capitalista por meio de constantes mecanismos de espoliação da *classe-que-vive-do-trabalho* e investidas ideológicas para a contenção dos conflitos de classe e obtenção de consenso em torno de seus projetos de reprodução do capital.

Como resultado desse projeto societário vigente, tem-se o constante agravamento das condições de vida e trabalho da *classe-que-vive-do-trabalho* em um cenário também de desresponsabilização do Estado e precarização das políticas sociais que deveriam assegurar a efetivação dos direitos sociais.

A contradição histórica entre as necessidades da reprodução e acumulação do capital e as necessidades da *classe-que-vive-do-trabalho* configura uma realidade social cheia de tensões e complexidades verificadas no cenário brasileiro contemporâneo e que possui rebatimentos concretos no trabalho profissional.

As mudanças que se operam no âmbito da (re)produção social trazem novas configurações à “questão social”. Assim sendo, ao Serviço Social, que tem nesta a base de sua fundação como especialização do trabalho, se impõe a necessidade do constante decifrar das mediações por meio das quais se expressa a “questão social” (IAMAMOTO, 2000a). Como profissão eminentemente interventiva, a compreensão da “questão social” pressupõe repostas profissionais coerentes com o seu enfrentamento.

Uma das respostas profissionais presente nas reflexões e debates da categoria é a atuação profissional numa perspectiva de fortalecimento dos sujeitos coletivos visando o aprofundamento da democracia – entendida enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida –, mediante o reconhecimento do importante e histórico papel que possui a organização da classe trabalhadora no contexto da luta de classes na sociedade capitalista.

Nesse sentido, as reflexões do presente estudo construídas a partir da análise da produção teórica do Serviço Social sobre os movimentos sociais com enfoque no trabalho profissional indicaram caminhos para a compreensão de como tem se dado a interlocução profissional com os movimentos sociais – parte

integrante dos sujeitos coletivos.

A referida análise evidenciou a compreensão profissional acerca da importância dos movimentos sociais na contemporaneidade e a perspectiva de defesa dos referidos movimentos, sendo que, nas publicações, a diretriz ético-política do trabalho profissional é um dos elementos de destaque.

O papel da atuação profissional é considerado sobretudo em sua dimensão educativa, na possibilidade de inflexão na mobilização e formação político-organizativa dos sujeitos sociais.

No entanto, elucidam-se também dificuldades teórico-metodológicas e técnico-operativas no trabalho junto aos movimentos sociais, o que é pontuado por publicações produzidas em diferentes contextos profissionais no decorrer do período analisado nesta pesquisa, sendo também evidenciada pela ausência de interlocuções mais aprofundadas entre o trabalho profissional e os referidos movimentos; parte significativa dos trabalhos a fazem de forma pontual ou tangencial.

Outra dificuldade apresentada refere-se ao enfrentamento teórico-analítico dos movimentos sociais. Inserida no contexto mais amplo das ciências sociais na compreensão sobre o tema, essa dificuldade traduz-se na ausência de demarcação analítica do referencial acerca dos movimentos sociais nos artigos do CBAS e ENPESS e na certa fragilidade com que a abordagem teórica destes movimentos é realizada na tese/dissertações.

A diversidade de movimentos com os quais se estabelece a interlocução profissional é também uma das questões que podem ser apreendidas e que indicam os diversos âmbitos de luta social na realidade contemporânea; tratam-se de movimentos que se organizam em torno de lutas que vão desde as relacionadas à habitação e local de moradia, à saúde, ao trabalho até a questão agrária.

A forma de inserção profissional predominante junto aos movimentos sociais constitui-se pela assessoria, estágio ou extensão vinculadas a projetos de Universidades. Uma das questões que podem confluir para a configuração deste dado é a viabilização e incentivo à maior produção teórica dos sujeitos profissionais que estão vinculados à realidade acadêmica e, o ainda reduzido volume de registros profissionais referentes à sistematização teórica e de experiências profissionais por parte dos assistentes sociais que não estão vinculados a Universidades.

Este reduzido volume de registros profissionais referentes a experiências de trabalho no âmbito do Serviço Social é um dos significativos fatores que pode contribuir também para a configuração do restringido universo de publicações localizadas nas fontes selecionadas para esta pesquisa referentes ao trabalho profissional junto a movimentos sociais. Outros fatores que também podem corroborar para este quadro são: o refluxo dos movimentos sociais a partir da década de 1990; a complexificação da “questão social” e as novas demandas postas à profissão, redirecionando as reflexões e atuação profissionais; o não trato profissional das questões colocadas como coletivas – quando estas aparecem - e sim, como questões individuais e, o “emaranhado de conceitos” que perpassam a discussão da sociedade civil no Brasil a partir da década de 1970, sendo os movimentos sociais aí também inseridos (DURIGUETTO, 2005), o que dificulta o levantamento e sistematização das publicações referentes à temática.

Diante dos elementos apreendidos nesta pesquisa, explicitam-se os diversos desafios que permeiam a interlocução entre a profissão e os movimentos sociais na atualidade, ao passo que, frente ao cenário nacional, sua importância para o enfrentamento da “questão social” e para a construção de novas formas de sociabilidade também se reafirma.

Embora as produções analisadas tragam, quase que em sua totalidade, experiências de atuação profissional via assessoria, estágio ou extensão vinculadas a Projetos de Universidades, o trabalho profissional no sentido de fortalecimento do sujeito coletivo não se vincula exclusivamente à inserção em um determinado movimento social, organização da classe trabalhadora ou a um projeto específico de trabalho com esse enfoque. Algumas das publicações analisadas trazem o relato de interlocuções com os movimentos sociais estabelecidas a partir de um trabalho institucional que, somadas a outros estudos, como o de Sant’Ana (2009), evidenciam que via trabalho institucional, o fortalecimento dos sujeitos coletivos também é possível e imprescindível na nossa realidade contemporânea.

Esse trabalho pode se materializar tanto em situações pontuais de apoio às necessidades dos movimentos sociais, quanto nos espaços de elaboração e desenvolvimento de políticas, programas e projetos sociais - levando em conta os sujeitos coletivos presentes no cenário em questão, suas demandas e necessidades -; na desmistificação dos movimentos sociais tal como se configura no imaginário coletivo - em grande parte formado pelos meios de comunicação em massa

vinculados ao grande capital e, portanto, ao ideário hegemônico -; no incentivo às saídas coletivas para os problemas que, embora apareçam no nível imediato como sendo individuais, em geral vinculam-se a questões de ordem social ou são por ela agravados.

Como aponta Silva (1995, p.66), ao analisar a profissão em seu processo histórico de constituição no país, historicamente os assistentes sociais, ao se inserirem no campo de trabalho das políticas sociais ou nos movimentos sociais, têm *“assumido essencialmente a função de prestador de serviços e educador-organizador”*; a primeira vincula-se sobretudo ao atendimento de necessidades sociais concretas e imediatas atreladas à situação de pauperização, enquanto no âmbito da ação educativa e organizativa, esses profissionais *“têm atuado como estimuladores da interferência popular na ação de democratização da sociedade e de politização das demandas sociais.”*

Diversos autores, dentre eles Yamamoto (2000a), discutem a necessidade de alargamento dos espaços públicos e de ingerência na *coisa pública* como forma de construção de uma cultura pública democrática.

Nesse sentido, o campo próprio da execução das políticas sociais – espaço sócio-ocupacional de maior inserção dos assistentes sociais - assume um papel fundamental no fortalecimento dos canais de participação, na gestão democrática das políticas públicas, no processo de organização coletiva.

Através da execução dessas políticas, assim como dos demais espaços de trabalho do assistente social, se coloca ao profissional – pela dimensão educativa ou *função pedagógica*, nos termos Abreu (2002, p.17), constitutivas do trabalho profissional - uma possibilidade significativa de influência na *“maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na prática profissional”*.

Dessa forma, ainda de acordo com Abreu (2002, p.18), as relações pedagógicas que se estabelecem nos espaços cotidianos de trabalho do assistente social incidem sobre a organização da cultura, *“constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia”*.

Partindo desse entendimento, é possível re-significar as políticas sociais e o trabalho profissional, direcionando-o numa perspectiva contra-hegemônica.

O espaço colocado pelos diversos programas sociais na atualidade constituídos ou orientados sob os direcionamentos dos órgãos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, em que a questão das condicionalidades ou contra-partida

da população para seu acesso é colocada com ênfase, também são passíveis de resignificação, apesar de todo o conteúdo ideológico que estes programas trazem na medida em que, numa análise mais profunda, o deslocam da perspectiva de direito – para se ter acesso ao “direito”, têm-se que atender a diversas condições e assumir outras tantas responsabilidades.

Ao mesmo tempo em que condicionam o acesso ao direito à participação nas atividades diversas nas quais, em geral, o assistente social está envolvido, abre a possibilidade de apropriação destes espaços numa lógica diferenciada, de contribuição no processo de desvendamento da realidade, de politização de demandas, de fortalecimento do coletivo, de organização popular¹.

Com essas colocações não se pretende defender os direcionamentos atuais das políticas públicas, mas, ao contrário, entender que é no real vivido que se materializam as ações profissionais e se podem gestar as condições para transpô-lo.

Essa possibilidade, no entanto, depende das condições objetivas e da capacidade profissional na compreensão das mediações que perpassam a realidade posta, na captação do modo de vida, das necessidades e formas de resistência forjadas pela população com a qual se trabalha e na construção de respostas profissionais que vão ao encontro dessas demandas (IAMAMOTO, 2000a).

Perpassa, dessa forma, a própria condição dos profissionais em enxergar para além da cultura dominante, para além da rotina, em geral, desgastante e burocratizada de trabalho.

Se, por um lado, há um grande acúmulo teórico na literatura profissional no sentido da compreensão da realidade brasileira e de seus rebatimentos no quadro da profissão, por outro, a inserção dos sujeitos profissionais neste contexto mais amplo das práticas sociais – da (re)produção social – afeta diretamente a sua realidade e suas formas de consciência, influenciando na dificuldade em se realizar uma leitura crítica da realidade social e materializá-la em suas ações profissionais, constituindo um grande desafio no enfrentamento desta realidade.

Entende-se que as ações profissionais no sentido do fortalecimento do sujeito coletivo, do qual os movimentos sociais são parte integrante, perpassa os âmbitos acadêmico, do trabalho profissional e representativo/organizativo da categoria.

¹ Os estudos de Luz (2005), Romano (2009) e Sant’Ana (2009) traçam reflexões sobre este tema.

No âmbito acadêmico, esta se concretiza sob dois aspectos: o da formação profissional, direcionando-a de forma que não perca de vista o sujeito coletivo, reafirmando o direcionamento ético-político profissional e buscando o aprofundamento da capacitação teórico-metodológica e técnico-interventiva nesta perspectiva; e o referente à função social da Universidade, no sentido da produção e socialização de conhecimento e desenvolvimento de trabalhos de extensão que atendam às demandas e necessidades dos sujeitos coletivos subsidiando e fortalecendo suas lutas. Longe da propalada neutralidade científica ainda presente no discurso acadêmico de modo geral, reafirma-se o papel da Universidade na produção do conhecimento e, portanto, na superestrutura da sociedade dada sua inserção no âmbito da produção/reprodução e disseminação de visões sociais de mundo.

No campo do trabalho profissional, conforme já pontuado anteriormente, trata-se da defesa do sujeito coletivo e seu fortalecimento a partir de ações de apoio e de contribuição para a organização coletiva, para a participação e democratização do espaço público, de desmistificação da realidade social, de proposição de programas e projetos sociais que atendam as demandas e necessidades dos sujeitos coletivos.

Por fim, na esfera dos órgãos de representatividade da categoria – Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – pressupõe a manutenção e aprofundamento da sua inserção na cena política, nos fóruns e conselhos de direito, no diálogo com os diversos atores sociais e na defesa do projeto ético-político profissional frente aos desafios que se impõem à formação e ao trabalho profissional.

Se a realidade contemporânea apresenta um quadro acirrado de carências materiais e espirituais, estas por si só não determinam a organização reivindicativa em torno de tais demandas imediatas; há mediações que aí se encerram, e neste âmbito está posta aos assistentes sociais a possibilidade de intervir.

Trata-se da necessidade, como afirma Netto (2004, p.20), de combinar a resistência nos espaços institucionais com um *pesado investimento* na organização política das populações, como forma de encaminhar uma efetiva resistência à política vigente na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetórias e processos de luta de uma categoria (1978-1988)**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas: aportes da análise gramsciana. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.51, p.61-74, ago. 1996.

ACOSTA, Luis Eduardo; MORO, Maristela Dal. Serviço Social e Movimento de Trabalhadores Sem Terra: uma experiência de estágio. In: **ANAIS, XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais,(CBAS)**. Foz do Iguaçu. PR, 2007. CD Rom.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil nos anos 80**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil: (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social fundamentos e historia**. In: Biblioteca Básica de Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008, v.2.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21352466~menuPK:3817183~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:3817167,00.html>>. Acesso em 24 nov. 2007.

_____. Relatório de Progresso de Estratégia de Assistência ao País para a República Federativa do Brasil (2004-2007). Disponível em:<www.obancomundial.org> Acesso em 12/09/2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=61000000&descricaoArea=CI%CANCIAS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=SERVI%C7O+SOCIAL&descricaoAreaAvaliacao=SERVI%C7O+SOCIAL>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BRITES, C. M. A centralidade da ética na formação profissional. **Temporalis**. Brasília, n. 2, p.19-33, jul/dez. 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Módulo 2, p. 36-51. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BONETTI, D. A. et al. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, CFESS, 1996.

BRASIL. **Constituição federal, código penal, código de processo penal**. GOMES, Luiz Flávio (Org.). 6 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza; ANDRADE, Vera Regina Gonçalves de Andrade; SILVA, Rosely Monteiro. Plano Municipal de Saúde do Município de Duque de Caxias: uma proposta do movimento popular. In: **ANAIS, VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**. Salvador, BA, 1995.

_____; FERREIRA, Daniele Pessanha; SOUZA, Lucilene Cabral de; MARTINS, Márcia Caldas; BROTTTO, Márcio Eduardo; CRUZEIRO, Marco Antônio da Silva; MATOS, Maurílio Castro de; SOUZA, Rodriane de Oliveira; ANDRADE, Vera Regina Gonçalves. Gestão democrática da esfera pública na saúde: a contribuição dos assistentes sociais. In: **ANAIS, IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**. Goiânia, GO, 1998.

BRAZ, Marcelo. O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem? Os setenta anos da profissão e os seus desafios conjunturais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 91, p. 49-61, ago. 2007.

BRESSAN, A. L. As políticas públicas no atual contexto brasileiro: universidade versus focalidade. **Universidade e Sociedade**. Brasília/DF, n.33, p.163-170, jun. 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Estado de São Paulo). **Legislação brasileira para o serviço social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrução da (o) assistente social. São Paulo: CRESS, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. Salário Mínimo Necessário. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>>. Acesso em 21 fev. 2010.

_____. Internacional – Indicadores Sindicais. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/2001/anu2001-2.xml#CAP5>>. Acesso em 21 fev. 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no serviço social**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n° 81, p.82-101, mar. 2005.

ESTANQUE, Elísio. Movimentos sociais, classe e comunidade: reflexões sobre a sociedade portuguesa. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.65, p.54-78, mar. 2001.

FALEIROS, Vicente de P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.24, p.49-69, ago. 1987.

_____. Aonde nos levam as diretrizes curriculares?. **Temporalis**. Brasília, n. 2, p.163-178, jul/dez. 2000.

_____. Reconceituação do serviço social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.84, p.21-36, nov. 2005.

FERREIRA, Ivanete B. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. **Temporalis**. Brasília, n.1, p.81-96, jan/jun. 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da G. Classes sociais e movimentos sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Módulo 2, p. 36-51. Brasília: CEAD, 1999a.

GOHN, Maria da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997b.

_____. As Relações Sociedade Civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.36, p.13-20, ago. 1991

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima. Cidadania e Globalização: Desafios para a Prática do Serviço Social juntos aos movimentos sociais em favelas. In: **ANAIS, X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais,(CBAS)**. Rio de Janeiro. RJ, 2001. CD Rom.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERKENHOF, Maria Beatriz Lima; ANDRADE, Renato Almeida; SANTOS, Wanusa pereira. A contribuição dos assistentes sociais para a construção da cidadania nos movimentos sociais urbanos. In: **ANAIS, IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Goiânia, GO, p. 401 a 403, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Ano 2, n.3, p.9-31, jan-jun 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000b.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS/CEDEPSS**. São Paulo, n.08 p.33-76, 1998.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.52. p.07-23, dez. 2006.

LÜCHMANN , Lígia H. H.; SOUSA, Janice T. P.. Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.84, p.91-117, mar. 2005.

LUZ, Luzilene Aparecida. **A dimensão educativa na prática profissional do assistente social no trabalho com comunidades em Campinas – SP – 2001-2004**. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. Franca, 2005.

_____. O Processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Módulo 1, p. 36-51. Brasília: CEAD, 1999.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço social identidade e alienação**: 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I, v. I e II.

_____. **O Manifesto do partido comunista**. Karl Marx e Friedrich Engels ; Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

_____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Org). **Marx e Engels**: História. São Paulo: Ática, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Notícias. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/noticias/populacao-atendida-pelo-bolsa-familia-recebeu-r-12-4-bilhoes-em-2009>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996a.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996b.

_____. A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 79, p. 5-26, set. 2004.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo1, p. 91-110. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.84, p.5-20, nov. 2005b.

_____. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.59, p.89-102, abr. 1989.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. S.; ELIAS, Wiataiana F. A dimensão sócio-educativa do serviço social: elementos para análise. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v.14, n.1. p. 41-62, 2005.

OLIVEIRA, Priscila de Souza. **Serviço Social e movimentos sociais**: reflexões sobre o projeto ético-político profissional e o projeto societário do MST. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/tif_s/fact1_s.htm>. Acesso em 24 nov. 2007.

PAIVA, Beatriz A.; COUTO, Berenice Rojas; TAPAJÓS, Luziele M. S. Fórum Social Mundial: “movimento de movimentos” contra a barbárie neoliberal. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.66, p.54-78, jul. 2001.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira Da. **Fundo Nacional de Moradia Popular**: Marco Histórico de Participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 1996. 174f. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Para a crítica do paradigma dos movimentos sociais urbanos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.44, p.43-53, abril. 1994.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.58, p.41-72, nov. 1998.

RODRIGUES, Olinda. Os movimentos sociais rurais do município de Barcarena: desafios para um projeto de assessoria. In: **ANAIS, VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. Juíz de Fora, MG, 2002. CD Rom.

ROMANO, Ana Paula Herminelli. **Entre a socialização da informação e a organização coletiva**: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto/SP. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. Franca, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____.; GENTILLI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANT’ANA, Raquel S. A trajetória histórica do serviço social e a construção do seu projeto ético-político. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 8, n.1, p.73-87, 1999.

_____. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.62, p.73-92, mar. 2000.

SANT'ANA, Raquel S. **Trabalhar é preciso, viver não é preciso: a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o serviço social.** Tese de livre docência (Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. Franca, 2009.

SANTOS, Waldecy Colaço; ALBUQUERQUE, Janice M S; P, A Edístia M^a. NUAMPO: A pedagogia da educação popular. In: **ANAIS, IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).** Goiânia, GO, 1998.

SERRA, R. M. S. A questão social hoje. **Ser social.** n.06, Brasília/UNB, jan/jun. p. 169-184, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social.** Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Ademir Alves da. As relações estado-sociedade e as formas de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social.** Módulo II, Brasília: CEFESS/CEAD/UNB, 1999, p. 57-71.

SILVA, Alacir Ramos. **O (Re) encontro com os grupos sociais na prática com os movimentos populares.** 1994. 119f. Tese de Doutorado (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, **1994a.**

SILVA, José F. S. Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. **Serviço Social e Realidade.** Franca, v.14, n.2, p.133-154, 2005.

SILVA, Maria O. da S (Coord.). **O serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Contribuições da Revista para o Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 61, p.11-62, set/dez. 1999.

_____. Trinta anos da revista Serviço Social e Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 100, p. 599-649, set/dez. 2009.

SILVA, Robson Roberto da; AMARAL, Rita; FERREIRA, Vinícius Soares. Serviço Social e movimento social no Brasil: um estudo sobre o movimento dos catadores de materiais recicláveis em Jardim Gramacho – Duque de Caxias/RJ. In: **ANAIS, XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).** São Luis, MA, 2008. CD Rom.

SILVA, Vini Rebassa da. **Serviço Social, Movimentos Comunitários e Cidadania: em busca de uma metodologia.** 1994. 171f. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pelotas, 1994b.

SIQUEIRA, Ângela C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, n.26, p.145-156, 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a11.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2007.

SOARES, Morena Gomes Marques; PITOMBO, Bruna Silveira; OLIVEIRA, Carolina Alves; BILATE, Janaína; MORO, Maristela Dal. Serviço Social e movimentos sociais agrários: uma prática inovadora. In: **ANAIS, XI Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS)**. São Luís, MA, 2008. CD Rom.

SOUZA, Maria Cristina Andrade. **Produção social das doenças**: a loucura em gênero e classe. Dissertação de Mestrado (Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005.

TITTON, Márcia Helena. **Construindo a Participação e a Solidariedade no Movimento Cooperativista Habitacional**. 1998. 137f. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

VARGAS-HERNÁNDEZ , José G. Movimientos sociales para el reconocimiento de los movimientos indígenas e la ecología política indígena. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.94, p.94-113, jun. 2008.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.64, p.34-56, nov. 2000.

VIEIRA, E. A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 53, p. 67-79, mar. 1997.

ANEXO

LEVANTAMENTO DAS TESES E DISSERTAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELO BANCO DE TESES DA CAPES¹
TERMO DE BUSCA “MOVIMENTOS SOCIAIS” (EXPRESSÃO EXATA)
DATA: MARÇO / 2009

1) ALACIR RAMOS SILVA. O (RE) ENCONTRO COM OS GRUPOS SOCIAIS NA PRÁTICA COM OS MOVIMENTOS POPULARES.. 01/05/1994

1v. 150p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL
 Orientador(es): NOBUKO KAMEYAMA
 Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

GRUPOS SOCIAIS NEGOCIAÇÃO MOVIMENTOS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

DILSEA ADEODATA BONETTI
 JAYME ROY DOXSEY
 MARIA CARMELITA YASBECK
 PAULO ROFERIO NEIRA MENANDRO

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

O TRABALHO, SOB O TÍTULO, "O (RE)ENCONTRO COM OS GRUPOS SOCIAIS NA PRÁTICA COM OS MOVIMENTOS POPULARES, TEM COMO OBJETIVO ANALISAR AS ALTERNATIVAS A PRÁTICA SOCIAL JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANAS. NO CAPÍTULO INTRODUTÓRIO ENCONTRAM-SE DESCRITOS O PROCESSO DA PESQUISA, O CAPÍTULO I CONTEM UM BREVE ESTUDO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS, O PERFIL DOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO. NO CAPÍTULO II FOI ANALISADO O ENTENDIMENTO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E SUAS FORMAS DE AÇÃO JUNTO A TAIS MOVIMENTOS; E A RECUPERAÇÃO DA CATEGORIA TEÓRICO-PRÁTICA. GRUPOS SOCIAIS PARA A

2) ALEJANDRO PABLO CASAS GORGAL. SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE ONG'S- ESTUDOS NO URUGUAI CONTEMPORÂNEO.. 01/03/2000

1v. 139p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL
 Orientador(es): MARIA DEL CARMEN MIDAGLIA SOUTO
 Biblioteca Depositária: UFRJ

Email do autor:

Palavras - chave:

SOCIEDADE CIVIL; MOVIMENTOS SOCIAIS; ONG'S

Área(s) do conhecimento:

CIÊNCIAS HUMANAS

Banca examinadora:

CARLOS NELSON COUTINHO
 JOSE PAULO NETTO
 MARIA DEL CARMEN MIDAGLIA SOUTO

Linha(s) de pesquisa:

SERVIÇO SOCIAL, PODER LOCAL E MOVIMENTOS SOCIAIS Estudo da articulação dos movimentos sociais: a natureza e a dinâmica dos mesmos e seus impactos na sociedade brasileira, bem como o papel do serviço social.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

¹ Os dados constantes neste anexo foram extraídos na íntegra do Banco de Teses da CAPES.

Idioma(s):

Espanhol

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

ESTA DISSERTAÇÃO CONSTITUI UM ESTUDO CRÍTICO ANALÍTICO DA BIBLIOGRAFIA QUE, NO URUGUAI DOS ANOS 80 E 90, TRATA DAS ONG'S E SEU PAPEL NA SOCIEDADE URUGUAIA. ENCORPORANDO AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI, ELABORA-SE UM QUADRO TEÓRICO QUE PRETENDE FUNCIONAR COMO UM CONJUNTO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS PARA DESVENDAR A DINÂMICA DA SOCIEDADE CIVIL URUGUAIA.

3) Ana Elvira Barros Ferreira Lopes. O DIREITO QUE NASCE DA LUTA: da reforma urbana brasileira à ocupação do Parque das Mangueiras em São Luís-MA. 01/10/2004

1v. 131p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - POLÍTICAS PÚBLICAS

Orientador(es): Josefa Batista Lopes

Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Programa de Políticas Públicas

Email do autor:**Palavras - chave:**

Luta Social. Estado. Reforma Urbana. Direito à Moradia

Área(s) do conhecimento:**Banca examinadora:**

Ilse Gomes Silva

Josefa Batista Lopes

Raimunda Nonata do Nascimento Santana

Linha(s) de pesquisa:

Estado e Movimentos Sociais Estudo das relações entre Estado e a sociedade civil tal como se manifestam em movimentos sociais organizados envolvendo crianças, adolescentes, mulheres, grupos étnicos e diferentes segmentos de trabalhadores urbanos e rurais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

FAPEMA

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Nessa pesquisa será abordada a construção de direitos pelos movimentos sociais populares em contraponto à percepção dominante que atribui ao Estado Moderno a gênese exclusiva do fenômeno jurídico. Toma-se como ponto de partida a conquista de direitos constitucionais e infraconstitucionais engendradas pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Em seguida, ressalta-se a efetivação do direito à moradia a partir da ocupação do Condomínio Parque das Mangueiras, sito na Av. Santos Dumont, Bairro São Cristóvão, em São Luís do Maranhão.

4) BRUNO SILVA DOS SANTOS. Movimentos Sociais e Rádio Comunitária: Estudo sobre a Práxis e o projeto do movimento de Radiodifusão comunitária em Alagoas entre 1999 e 2006. 01/12/2006

1v. 158p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): José Nascimento de França

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas

Email do autor:**Palavras - chave:**

Movimentos Sociais, Rádio comunitária, Democratização

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

José Edgar Rebouças

José Nascimento de França

Rosa Lúcia Prêdes Trindade

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

FAPEAL

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Trata-se de um estudo acerca do Projeto do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas. A investigação constatou que as ações coletivas das Rádios Comunitárias no Estado de Alagoas representam expressões dos Movimentos Sociais brasileiros. As dificuldades experimentadas inicialmente pelas rádios Livrese, logo em seguida pelas Rádios Comunitárias quanto a seu reconhecimento pelo Estado estavam relacionadas à luta de classes no capitalismo brasileiro. O objetivo desta pesquisa, pois, foi investigar essas ações coletivas, com vistas a desvendar a atuação do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária em Alagoas, desde seu surgimento até os dias atuais. Analisar a relação entre o Estado brasileiro, os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas, verificando-se se haveria no movimento local um projeto que orientasse essa prática social. Utilizou-se um referencial da teoria social marxista para se compreender o movimento sócio-histórico da realidade. Fez-se uso de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com as técnicas de entrevista semi-estruturada. Dessa forma, conseguiu-se refazer no campo da reflexão o movimento do MBRC em Alagoas e identificar os componentes constitutivos desse movimento.

5) Carmem Sílvia Maria da Silva. O Campo Político dos Movimentos Sociais: as fronteiras entre movimento e organização no Centro de Cultura Negra.. 01/08/2001

1v. 136p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - POLÍTICAS PÚBLICAS

Orientador(es): Elizabeth Maria Beserra Coelho

Biblioteca Depositária: Biblioteca Set. do Prog. Pós-Graduação em Pol. Públicas

Email do autor:**Palavras - chave:**

Movimentos Sociais; globalização

Área(s) do conhecimento:

POLÍTICAS PÚBLICAS

Banca examinadora:

Elizabeth Maria Beserra Coelho

Maria Ozanira da Silva e Silva

Maria Sulamita de Almeida Vieira

Linha(s) de pesquisa:

Estado e Movimentos Sociais Estudo das relações entre Estado e a sociedade civil tal como se manifestam em movimentos sociais organizados envolvendo crianças, adolescentes, mulheres, grupos étnicos e diferentes segmentos de trabalhadores urbanos e rurais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Esta dissertação discute as semelhanças e diferenças entre formas organizativas que compõem o campo político dos movimentos sociais: organizações não-governamentais e entidades de movimentos sociais. Recupera os estudos recentes sobre a questão e analisa a experiência do Centro de Cultura Negra do Maranhão, recorrendo à discussão sobre sujeitos sociais e identidade. Conclui indicando problemas para novas pesquisas ligadas à vida interna destas entidades, suas relações com o contexto, e à existência ou não de crise dos Movimentos Sociais.

6) Carolina Cassia Batista Santos. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: AS LUTAS POR MORADIA NA CIDADE DE MANAUS. 01/10/1998

1v. 155p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - POLÍTICA SOCIAL

Orientador(es): Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade de Brasília

Email do autor:**Palavras - chave:**

Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Área(s) do conhecimento:**Banca examinadora:**

Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Nair Heloisa Bicalho de Sousa
Pedro Demo

Linha(s) de pesquisa:

Política Social Análise de propostas de políticas sociais. Construção de quadro de referência explicativo à luz de abordagens e modelos correntes. Análise empírico-factual de políticas sociais concretas.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O estudo sobre as lutas por moradia na cidade de Manaus teve como objetivo analisar a trajetória histórica do Movimento dos Sem-Terra (urbano) - MST nessa cidade, sua prática social na luta por moradia em relação ao processo de implementação de políticas públicas pelo poder local e o processo de construção da identidade do movimento, enquanto sujeito coletivo, frente às diferentes faces que assume no período entre 1980 a 1994. Para a compreensão analítica destacamos as categorias movimentos sociais e políticas públicas, porém a estrutura conceitual do trabalho está ancorada na prática social dos atores que se articulam na relação Estado e sociedade, considerando especificamente os excluídos do direito à moradia, sua organização e formas de luta. Em Manaus, as lutas coletivas desenvolvidas pelo MST (urbano) exerceram papel determinante enquanto formas de pressão contra o poder local no processo de conquista do direito à moradia. A este movimento atribuímos a qualidade de apresentar face nova frente às formas tradicionais das práticas políticas dos atores sociais. As novas práticas apresentam consistência quanto ao aspecto contestador e reivindicatório nas lutas por demandas específicas e locais, buscando, entretanto, criar uma identidade própria e autônoma. Suas lutas expressam o processo de construção da cidadania, criando no espaço urbano a arena pública onde se manifesta a correlação de forças entre os atores sociais e onde se dá o exercício dos direitos sociais através da democratização do acesso a este espaço. A prática social do MST (urbano) compreende: a princípio, mobilização, organização e estruturação do enfrentamento à repressão do poder local; posteriormente, o estabelecimento de novas formas de luta e negociação com o poder público a partir do reconhecimento da legitimidade das demandas; e, finalmente, o rompimento interno do movimento e o estabelecimento de práticas divergentes em seus diferentes segmentos. Um que manteve uma postura de contestação ao poder instituído e outro que partiu em busca de alianças, ocasionando o processo de institucionalização do movimento.

7) Catarina Teruco Makiyama. O PT e a participação popular.. 01/11/2005

1v. 116p. Mestrado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

Orientador(es): Maria Angela Silveira Paulilo

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UEL

Email do autor:**Palavras - chave:**

emancipação humana; socialismo; participação popular; PT

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Ana Maria Ramos Estêvão
Maria Angela Silveira Paulilo
Sandra Regina de Abreu Pires

Linha(s) de pesquisa:

Gestão de Políticas Sociais Refletir o papel de grupos e classe sociais na constituição e gestão das políticas sociais, na relação entre o Estado e a sociedade civil.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - DS

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Estadual

Resumo tese/dissertação:

Este estudo analisa o PT e a participação popular nos movimentos sociais e políticos, em Maringá – Paraná, no período de 2001 e 2004, sob a ótica dos representantes petistas eleitos para cargos tanto no executivo e legislativo quanto no partido. Para a coleta de dados foram realizadas três entrevistas individuais, direcionadas por três eixos: a) concepção da participação

popular; b) formas de organização de base; e c) o partido como instrumento de organização popular. A análise elaborada a partir da exposição dos entrevistados identificou, como principais fatores que inviabilizaram ou dificultaram a participação popular nos movimentos sociais e políticos, em Maringá, no período de 2001 e 2004: o abandono da política voltada aos núcleos de base em decorrência da estratégia adotada pelo partido, em âmbito nacional, que deu primazia às disputas eleitorais, levando o PT a distanciar-se das bases sociais pela falta de empenho do partido no trabalho de organização popular e na formação de núcleos de base; a perda da capacidade do partido em atuar coletivamente; a falta de democracia interna; a inoperância do Orçamento Participativo, principal instrumento para viabilizar a participação popular no governo petista; e a adoção pelo partido da concepção do socialismo pela via da radicalização da democracia sem pressupor uma ruptura com a ordem política capitalista. A pesquisa, ao destacar a importância da política de nucleação de base e do debate sobre o projeto de sociedade, sugere que o partido: apure a concepção de socialismo, incentive a participação popular voltada para a emancipação humana e resgate os núcleos de base como mecanismo de garantia da democracia interna, de formação de seus quadros e de construção das forças sociais necessárias para dar sustentação ao projeto de sociedade socialista.

8) CÍCERA MARIA DOS SANTOS GOMES. ÁGUA: RECURSO DESENCADEADOR DE CONFLITOS? OS IMPACTOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE PIRAPAMA. 01/11/2004

1v. 160p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): VITÓRIA RÉGIA FERNANDES GEHLEN

Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DO CCSA

Email do autor:

Palavras - chave:

RECURSOS HIDRICOS, CONFLITOS SOCIAIS, ESTADO

Área(s) do conhecimento:

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

JAQUIM XAVIER CORREIA DE ANDRADE NETO

MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LUCENA

VITÓRIA RÉGIA FERNANDES GEHLEN

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular. Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

ESTE TRABALHO APRESENTA UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATUAIS COMO INSTRUMENTO DE CONQUISTA E EXERCÍCIO DA CIDADANIA. OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS TÊM HÁ MUITO TEMPO DIFICULDADES DE MANTER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA. E OS GRANDES PROJETOS E OBRAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS E DE BARRAGENS PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COMO É O CASO DA ANÁLISE DESTE ESTUDO, ALIJAM CENTENAS DE FAMÍLIAS. ESTAS SÃO OBRIGADAS, EM FAVOR DO BEM COMUM E DAS PRIORIDADES PÚBLICAS A ABANDONAR AS TERRAS ONDE MUITAS VEZES NASCERAM E SEMPRE VIVERAM ABANDONANDO OS LAÇOS DE VIZINHANÇA E AFETIVIDADE E O LOCAL QUE SEMPRE LHE PROVEU O SUSTENTO. OS PEQUENOS AGRICULTORES SE VÊEM NA SITUAÇÃO DE RECOMEÇAR A VIDA, POIS TÊM QUE PROCURAR UMA OUTRA TERRA FÉRTIL OU VAI SE AVENTURAR NAS PERIFERIAS DOS CENTROS URBANOS. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, ATRAVÉS DAS MOBILIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS CONFIGURAM-SE COMO AS BASES PARA A CONSTITUIÇÃO DO PODER SOCIAL. PARA O ESTUDO FORAM REALIZADOS O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO, A PESQUISA DOCUMENTAL E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM OS MORADORES REMANESCENTES NA ÁREA DA BARRAGEM, PARA UMA MAIOR APROXIMAÇÃO DA REALIDADE E UMA POSTERIOR ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

9) Dirce de Melo Teixeira. Subjetividade e Militância - histórias de vida de militantes nos movimentos sociais em João Pessoa.. 01/04/1999

1v. 154p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LUCIA MARTINELLI

Biblioteca Depositária: PUC/SP

Email do autor:

Palavras - chave:

Movimentos Sociais, João Pessoa-PB

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ALDAÍZA DE OLIVEIRA SPOSATI
 MARIA CARMELITA YAZBEK
 MARIA LUCIA MARTINELLI
 Milton Raimundo Cidreira de Athayde
 Neide Aparecida de Souza Leheld

Linha(s) de pesquisa:

SERVIÇO SOCIAL: IDENTIDADE, FORMAÇÃO E PRÁTICA Nesta linha concentram-se estudos sobre: 1) - A identidade das práticas sociais, visando a realização de estudos avançados sobre a temática, a partir de uma perspectiva sócio-histórica. 2) - As questões do ensino e da formação profissional do assistente

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

O tema em foco nesta investigação é o dos movimentos sociais populares enquanto espaços ético-estéticos e de criação social, que agenciam a subversão do processo subjetivador operado na atualidade pelo projeto neoliberal. Tendo como objeto de estudo a subjetividade da militância nos movimentos sociais em João Pessoa, Paraíba, a pesquisa privilegia, em termos de referencial teórico, as concepções do esquizo-analista francês Félix Guattari. Em termos de instrumental metodológico, prioriza o uso da fonte oral, destacando a contribuição da historiadora espanhola Mercedes Vilanova. Foram cinco entrevistas de história de vida temática entre militantes com uma larga trajetória na vida-em-militância. Constatou-se que há uma saturação no padrão subjetivador da militância assumida como um modo de vida, no contexto da experiência dos novos movimentos sociais que emergem na cena política nacional do pós-ditadura. Observou-se que a realidade dos anos 90 coloca novos questionamentos à militância, com o agravamento da conjuntura econômico-política-social-cultural a gerar uma crise que atravessa todas as relações sociais em todos os setores e segmentos de classe. Ainda que permaneça ancorada no solo subjetivador em que consubstancia-se a militância política neste século, calcado nos referenciais de pensamento dos pólos iluminista, romântico e disciplinar, há indícios de que está em curso um processo de ressignificação da experiência entre a militância, que vai reterritorializando-se como um modo de atuar aberto à incorporação das marcas do processo de subjetivação da atualidade. Em sua elaboração, a tese foi exposta em quatro capítulos, sendo que no primeiro se configura o contexto histórico da globalização e suas conseqüências nos processos identitários e subjetivadores nas sociedades; no segundo enfoca-se a questão da subjetividade na modernidade e o papel dos movimentos sociais na sua construção; no terceiro destaca-se os principais elementos constitutivos do processo de subjetivação da militância política contemporânea, relacionando-se subjetividade, militância e globalização e no quarto, tecendo-se uma articulação entre a história, a fonte oral e a militância, analisa-se aspectos dos relatos de vida que apresentam maior interesse na tese. Por fim, encontra-se algumas considerações finais, onde registra-se os passos mais significativos nesta elaboração

10) Edna Aparecida Carvalho Pacheco. Movimentos sociais urbanos: Estrela da Vitória - percepções e interpretações 2002-2003. 01/11/2004

1v. 152p. Doutorado. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/FRANCA - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): José Walter Canôas

Biblioteca Depositária: Unesp - Campus de Franca

Email do autor:**Palavras - chave:**

movimentos sociais;prática social;conhecimento;contradição

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL
 SERVIÇO SOCIAL APLICADO

Banca examinadora:

Adair Cáceres Pessini
 José Walter Canôas
 Luiz Antonio Hungria Cecci
 Maria Rachel Tolosa Jorge
 Martha Maria dos Santos

Linha(s) de pesquisa:

Serviço Social: Mundo do Trabalho Abordagem relativa ao mundo do trabalho no que se refere ao seu processo de organização, gestão e suas relações contemporâneas. Desenvolvimento social e as transformações do mundo do trabalho no início do século XXI.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:
UNESP

Idioma(s):
Português

Dependência administrativa
Estadual

Resumo tese/dissertação:

Trata-se da análise crítica da importância e dinâmica do movimento de luta pela moradia em Uberaba - MG. Parte da recuperação histórica do surgimento da ação planejada por indivíduos que reconheceram a sua condição de exclusão social e territorial, adotaram a prática de organização popular para dar visibilidade a sua condição miserável de vida e reivindicar o protagonismo do governo local, responsabilizado como determinante no impedimento do encaminhamento da questão habitacional do município. A orientação teórico-metodológica adotada gerante o desvelamento dos meandros culturais e políticos que alimentam a estratégia dos moradores e os rebatimentos opositoristas. O conceito de contradição é fundante para a compreensão da ação dos homens, que na sua materialidade se orienta pelos objetivos específicos que são coletivamente definidos e perseguidos na ação política implementada e defendida como alternativa, não apenas de acesso a direitos sociais, mas também alternativa de inclusão no processo decisório de definição, implantação e implementação de políticas sociais.

11) Elizete Alvarenga Pereira. METENDO A MÃO NA MASSA: UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM IMBARIÊ. 01/11/2007

1v. 120p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - POLÍTICA SOCIAL

Orientador(es): Andréa Lopes da Costa Vieira; Mônica de Castro Maia Senna; Rita de Cassia Santos Freitas

Biblioteca Depositária: BCG

Email do autor:

Palavras - chave:
Gênero, mulheres, economia solidária, movimentos sociais

Área(s) do conhecimento:

Banca examinadora:
Andréa Lopes da Costa Vieira

Linha(s) de pesquisa:
Sistemas de Proteção Social: regimes, história e sujeitos sociais Esta linha abriga estudos que caracterizam, inventariam e examinam teoricamente os sistemas de proteção social, articulando as suas duas dimensões - primária e secundária - nos termos que Robert Castel aborda essa discussão.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):
Português

Dependência administrativa
Federal

Resumo tese/dissertação:

Essa dissertação objetivou analisar o impacto das práticas de economia solidária na vida das mulheres que formam o grupo Oficina do Pão. Nosso interesse foi verificar se a economia solidária contribui de forma significativa ou não para composição da renda familiar e para alterações no papel de gênero. Assim, essa dissertação apresenta a experiência de organização de um grupo de mulheres moradoras de Imbariê na cidade de Duque de Caxias/RJ que decide atuar na área de geração de trabalho e renda. A partir dessa experiência, passaram a ter contato e adotar os princípios da economia solidária em suas práticas. As principais questões abordadas referem-se à preparação do solo para o surgimento da economia solidária no Brasil; a importância dos movimentos de mulheres na desconstrução de papéis socialmente construídos e na luta por direitos; a atuação do movimento de economia solidária através de fóruns, e redes para incidir na elaboração de políticas públicas que contemplem os empreendimentos econômicos solidários e a análise das falas dessas mulheres. A história oral foi a metodologia utilizada para a realização das entrevistas e de grupo focal.

12) FRANCISCA RODRIGUES DE OLIVEIRA PINI. Fóruns DCA: Fios que tecem o Movimento da Infância e da Adolescência na construção de caminhos para a democracia participativa.. 01/10/2006

1v. 190p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): DILSEA ADEODATA BONETTI

Biblioteca Depositária: PUC-SP

Email do autor:**Palavras - chave:**

Neoliberalismo, Democracia, Democracia participativa

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ALDAÍZA OLIVEIRA SPOSATI
ANGELA MARIA BIZ ROSA ANTUNES
DILSEA ADEODATA BONETTI
MARIA LIDUÍNA DE OLIVEIRA E SILVA
MARIA LÚCIA CARVALHO DA SILVA

Linha(s) de pesquisa:

ERVIÇO SOCIAL: IDENTIDADE, FORMAÇÃO E PRÁTICA Voltada para a identidade das práticas profissionais, visa à realização de estudos avançados sobre a temática na perspectiva sócio-histórica e sobre a formação profissional do assistente social.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES-PROSUP

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

Esta tese, intitulada FÓRUNS DCA: Fios que tecem o Movimento da Infância e da Adolescência na construção de estratégias para o avanço da democracia participativa teve como objetivo identificar as estratégias formuladas pelo Movimento e suas contribuições para impulsionar a democracia participativa. Para esta análise utilizamos as referências da teoria social crítica, as quais nos possibilitaram a apreensão das categorias analíticas sobre: neoliberalismo, democracia, democracia participativa, movimentos sociais, sujeito dos direitos, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estado de Democrático de Direito. Como campo de investigação, valem-nos do estudo de onze Fóruns Estaduais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fórum Nacional DCA. Os resultados alcançados expressam que: A participação defendida pelos sujeitos é ativa, os integrantes do Movimento devem assumir sua parte no processo; a democracia defendida é a que reconhece a construção com a base, por meio de processos coletivos, distintos daqueles da democracia liberal; a prioridade nos mecanismos institucionalizados fragilizou o Movimento de base; o paradigma da proteção integral é o projeto político do Movimento, mas sua assimilação não ocorreu no conjunto dos militantes; a ampliação dos canais de participação com a infância e à adolescência contribuiu para impulsionar a democracia participativa, porém careceu de reconhecimento por parte do Movimento; a mídia alternativa vem pautando matérias relativas à infância e a adolescência, contribuindo para assimilação de uma nova concepção de infância por parte da sociedade; os executivos nas três esferas têm sido monitorados pela sociedade civil, a fim de que assumam, no orçamento público, as políticas para a infância e a adolescência; o Movimento vem construindo a unidade na luta por meio do Fórum Nacional DCA; o Movimento da Infância e da Adolescência tem construído interfaces com outros movimentos sociais. Esses resultados evidenciam que o Movimento da Infância e da Adolescência tem contribuído para o aprendizado político e resistido ao neoliberalismo, em tempos tão difíceis para a participação social.

13) GLICIA NICK DE OLIVEIRA. O PAPEL DAS ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS NA EMERGENCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS. A FASE E O MOVIMENTO DE LOTEAMENTOS.. 01/04/1993

1v. 70p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): JOSE MARIA GOMEZ

Biblioteca Depositária:

Email do autor:**Palavras - chave:**

ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS MOVIMENTOS DE BAIROS E MEDIADORES A EMERGENC

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

JEAN ROBERT WEISSHAUPT
MARIA INES SOUZA BRAVO

Linha(s) de pesquisa:**Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:****Idioma(s):**

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O ESTUDO TEM COMO OBJETO A FASE (FEDERACAO DOS ORGAOS PARA A SSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL) E SUA INTERACAO COM O ML (MOVIMENTO DE LOTEAMENTO) DO RIO DE JANEIRO. ESTE MOVIMENTO SURGE GRACAS A MEDIACAO DE UM T ECNICO DA FASE DE ARQUITETOS DO IAB(INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL)E MILITANTES CATOLICOS A PARTIR DOS ANOS 70. A POSSIBILIDADE DE SUA EMERGNCA E O FORMATO ORGANIZATIVO QUE ASSUMIU ESTAVAM VINCULADOS: AO MO DO COMO ARTICULARAM ASPIRACOES DOS MORADORES DE LOTEAMENTOS, E DESENVOLVERAM SUAS PRATICAS; AS DISPUTAS QUE TRAVARAM COM OUTROS AGENTES SOCIAIS PELA HEGEMONIA DO MOVIMENTO DE BAIRRO NA ZONA OESTE; E, PELO, FUND STIGACAO REMETE-SE AO PERIODO DE GENESE DO MOVIMENTO DE LOTEAMENTOS-1977 A 1982- TENDO EM VISTA A IMPORTANCIA DA INVESTIGACAO SOCIAL DA FASENO PROCESSO DE CONSTITUICAO DESSE SUJEITO COLETIVO.

14) GLÓRIA PATRÍCIA LERMA BALLESTEROS. LIMITES E POSSIBILIDADES DA LEI DE COMUNIDADES NEGRAS NA COLÔMBIA (LEI 70 DE 1993). 01/09/1998

1v. 132p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): HENRIQUE CUNHA JÚNIOR; LUÍS DE LA MORA

Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPE

Email do autor:**Palavras - chave:**

COMUNIDADES NEGRAS; ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Área(s) do conhecimento:

ANTROPOLOGIA

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ELIETE SANTIAGO

HENRIQUE CUNHA JÚNIOR

ZÉLIA MARIA PEREIRA DA SILVA

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O PRESENTE ESTUDO REALIZA UMA ANÁLISE DA LEI DE COMUNIDADES NEGRAS, ENQUANTO PRINCIPAL RESULTADO DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO, DESENVOLVIDO ENTRE O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE AFRO-DESCENDENTES, NOS MARCOS DA REFORMA CONSTITUCIONAL OCORRIDO NA COLÔMBIA EM 1991. ESTA LEI RECONHECE ÀS COMUNIDADES DO LITORAL PACÍFICO COLOMBIANO O DIREITO À PROPRIEDADE COLETIVA, PROTEGE A DIVERSIDADE ÉTNICA E GARANTE O DIREITO À IGUALDADE DE TODAS AS CULTURAS QUE FORMAM A NAÇÃO COLOMBIANA. ESTE ESTUDO TEM COMO OBJETIVO REFLETIR SOBRE AS POSSIBILIDADES E LIMITES QUE A REFERIDA LEI OFERECE AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE AFRO-DESCENDENTES, NA CONSTRUÇÃO DE POSTURAS ANTI-RACISTAS E ANTI-DISCRIMINATÓRIAS. PARA ATENDER AO OBJETIVO PROPOSTO, RECORREMOS À ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS, COMO A CONSTITUIÇÃO DE 1991, O ARTIGO TRANSITÓRIO N. 55, E OS PLANOS DE GOVERNO, BEM COMO ATAS E PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS MOVIMENTOS DE AFRO-DESCENDENTES. NOSSA ANÁLISE ESTÁ SITUADA EM DOIS MOMENTOS CENTRAIS DE CONSTRUÇÃO DA LEI: O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS 1989 A 1991, CONSIDERADOS COMO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA, E OS ANOS 1992 E 1993, TIDOS COMO PERÍODO DE REGULAMENTAÇÃO. TENDO COMO PRESSUPOSTO CENTRAL, QUE A LEI EXPRESSA UMA RELAÇÃO DE CONCESSÃO-CONQUISTA ENTRE O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE AFRO-DESCENDENTES, CONCLUÍMOS QUE EMBORA A LEI, SEJA UM IMPORTANTE INSTRUMENTO JURÍDICO QUE FORTALECE A LUTA DOS AFRO-DEPENDENTES, AS CONDIÇÕES DE DESMONTE DO ESTADO, BEM COMO DE DESREGULAMENTAÇÃO DE DIREITOS, QUE CARACTERIZAM O CONTEXTO NO QUAL ELA EMERGE, NÃO PERMITEM AFIRMAR QUE O INTERESSE DO ESTADO TINHA SIDO, DE FATO, REVERTER OS PROBLEMAS RACIAIS EXISTENTES NO PAÍS.

15) GRACIELA ALEJANDRA HOPSTEIN. Barbárie "Argentina ou a Potência Constituinte da Multidão". 01/01/2004

2v. 216p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): JOSE MARIA GOMEZ

Biblioteca Depositária: CFCH

Email do autor:

Palavras - chave:

Movimentos Sociais; Políticos Emergentes na Argentina;

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

GIUSEPPE MARIO COCCO
IVANA BENTES OLIVEIRA
JOSE MARIA GOMEZ
PETER PÁL PELBART
Walter Omar Kohan

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - DS

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Esse trabalho de tese trata sobre movimentos sociais e políticos emergentes na Argentina ao longo da década de 90, e a partir das manifestações de 19 e 20 de dezembro de 2001 que implicaram um momento de corte e ruptura na história do país, inaugurando um ciclo cuja dinâmica é marcada pela emergência de novos sujeitos políticos e de novas formas de organização coletiva. Neste trabalho foram estudadas três experiências específicas: o movimento das assembleias de bairro, o caso das fábricas e empresas recuperadas pelos próprios operários e o movimento piquetero. A escolha por estudar esses casos está centrada na idéia de que tais coletivos constituem experiências ilustrativas da emergência de uma nova dinâmica social, onde trabalho e política tendem a coincidir, formando parte de um mesmo processo, que envolve, ao mesmo tempo, a organização da luta e da produção, isto é, resistir e produzir. Eles implicaram a instalação de formas alternativas de trabalho e a criação de novas redes de produção cooperativa, que têm como fator comum a organização produtiva baseada na autogestão e na auto-organização. Estes movimentos e coletivos presentes e ativos hoje na cena política argentina, emergem no contexto de crise (terminal) do Estado, instalando-se além dos seus limites e também das formas "clássicas" de organização política baseadas na lógica da representação. No entanto, esta nova dinâmica não deve ser pensada apenas a nível local, atrelada a um cenário único e suas especificidades históricas. Ela se inscreve ainda em um contexto mais amplo: o da dinâmica do Império. Assim, as multidões argentinas compartilham com as de Seattle, Gênova e todas as emergentes nos denominados "dias de ação global", tanto a vontade de autonomia frente ao Estado, o desenvolvimento de novas práticas de desobediência e resistência civil, além da rebelião frente ao poder das grandes corporações econômico-financeiras e do sistema de governança global.

16) Ines Terezinha Stampa. E agora companheiros? Ação sindical dos ferroviários do Rio de Janeiro e a reinvenção da política.. 01/07/2007

1v. 298p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - Serviço Social

Orientador(es): Sebastiana Rodrigues de Brito

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

Email do autor:

Palavras - chave:

Trabalho; Ação Sindical; Movimentos Sociais; Privatização.

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Marco Aurélio Santana

Linha(s) de pesquisa:

Trabalho, Gênero e Políticas Sociais Esta linha de pesquisa procura articular trabalho, relações de gênero e políticas sociais como mediações teóricas e históricas para o entendimento dos processos que redefinem a questão social no contexto brasileiro.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - DS

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

Esta pesquisa - "E agora, companheiros? Ação sindical dos ferroviários do Rio de Janeiro e a reinvenção da política" - versa sobre a relação do sindicalismo e o processo de consolidação de uma sociedade democrática no Brasil e, em particular, centra-se no estudo dos limites e possibilidades da articulação dos sindicatos com outros movimentos sociais, no sentido de ampliar sua base de atuação política na defesa dos interesses dos trabalhadores que representam e dos direitos do trabalho, em geral.

17) José Evaldo Gonçalo. Organização da Sociedade Civil como base para uma política social redistributiva - a reforma agrária e o MST no Brasil. 01/06/2000

1v. 209p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - POLÍTICA SOCIAL

Orientador(es): Pedro Demo

Biblioteca Depositária: UnB

Email do autor:**Palavras - chave:**

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Organiza

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL APLICADO

Banca examinadora:

Márcia de Melo Martins Kuymjiam

Mário Ângelo Silva

Pedro Demo

Linha(s) de pesquisa:

Política Social Análise de propostas de políticas sociais. Construção de quadro de referência explicativo à luz de abordagens e modelos correntes. Análise empírico-factual de políticas sociais concretas.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Este trabalho analisa a política social no Brasil, discutindo o paradigma em que prevaleça a redistribuição em contraposição à mera distribuição compensatória. Nessa medida, enfoca a importância da organização da sociedade civil, tratando o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Reforma Agrária. Busca verificar o papel do MST para a consecução de uma política agrária em que se redistribua renda e poder. No plano metodológico, utiliza o instrumental fornecido pelo materialismo histórico dialético. Avalia a luta de classes no meio rural, referenciando-se no conceito de hegemonia, do historicismo e da importância estrutural e conjuntural na análise dos fatos sociais. Nesse aspecto, procura entender a disputa existente e o papel de mediação do Estado. Considerando a histórica concentração fundiária no Brasil, baseado em pesquisa com variadas fontes de dados, faz-se um resgate da reforma agrária no Brasil e da gênese e organização do MST. Este estudo panorâmico, juntamente com o referencial teórico que embasou o trabalho, permite avaliar a política agrária durante o governo Fernando Henrique sob a ótica dos principais atores sociais que debatem esta questão no momento. Com base nos aspectos apontados, foi possível testar as hipóteses levantadas na pesquisa, levando em conta as contradições e os conflitos entre as duas principais propostas existentes no momento. Uma proposta que reproduz o modelo de política social vigente desde o período colonial, e outra que procura definir como termo central a organização e o controle popular, com base na ativa ação dos movimentos sociais.

18) LAUDICEA DE SOUZA PINTO. A REVOLTA DO ESTIGMA. 01/07/1992

1v. 91p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): ALINO LORENZON

Biblioteca Depositária:

Email do autor:**Palavras - chave:**

CIDADANIA MOVIMENTOS SOCIAIS DE EXCEPCIONAIS POLITICAS

Área(s) do conhecimento:**Banca examinadora:**

ALINO LORENZON
JOSE FLAVIO PESSOA
MARIA APARECIDA BARBOS MARQUES

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

A REVOLTA DO ESTIGMA E UMA ANALISE TEORICA DA APEX,MOVIMENTO DE EXCEPCIONAIS EM DUQUE DE CAXIAS QUE SE COLOCA NUMA DIMENSAO OU RELACAO DE RESISTENCIA AO PODER POLITICO DO ESTADO,ESPACO ONDE TODAS AS CONTRADICOE S ECONOMICAS,SOCIAIS E POLITICAS TOMAM FORMA.A HIPOTESE PRINCIPAL E QUE AS MESMAS POLITICAS SOCIAIS QUE ENCERRAM NA ESFERA DO PRIVADO OS PROBLEMAS DOS EXCEPCIONAIS SERVEM COMOMEDICA QUE OS FAZEM EMERGIR AESFERA DO PUBLICO.E SUAS REIVINDICACOES SAO FORTALECIDAS E VISUALIZADAS POLITICAMENTE,ESTRATEGIAS NA FORMACAO DEUMA CONTRAIDEOLOGIA E NAS FORMAS DELUTA PARA A CONSOLIDACAO DA IDEOLOGIA,DIGO,CONSOLIDACAO DA CIDADANIA,D SEGUNDO O MOMENTO HISTORICO,COMO O PRINCIPAL OPOSITOR E, TAMBEM, O INTERLOCUTOR OU MEDIADOR EM QUESTOES ONDE SE FAZ NECESSARIO UM ABBITRO.DAIA RELEVANCIA DAS,POLITICAS SOCIAIS,QUE EM TODOS OSNIVEIS DA SOCIEDAD E CAPITALISTA, SURGEM COMO POSSIBILIDADES APAZIGNADORAS E MANTENEDORASDA SOCIEDADE,MAS TAMBEM COMO RESPOSTAS AOS SETORES MAIS POLITIZADOS E MOBILIZADOS DA SOCIEDADE CIVIL.

19) LUCIA LEMOS DIAS. "EXCLUIDOS DOS EXCLUIDOS: CONSTITUINDO-SE O SUJEITO". 01/10/1992

1v. 114p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): JOSE ARLINDO SOARES

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

HABITACAO MOVIMENTOS SOCIAIS ESTADO-HAB

Área(s) do conhecimento:

Banca examinadora:

DULCE MARIA BRITO BARBOSA

JOSE ARLINDO SOARES

MYRTE DE AGUIAR MACEDO

Linha(s) de pesquisa:

EST. POL. SOC. E PROC. PARTIC

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O PROCESSO DE LUTA, DESENCADEADO, EM 1986, PELO GRUPO DOS "SEM CASA" NA CIDADE DE JOAO PESSOA. AQUI RECONSTRUIDO, REINVINDICAVA AO GOVERNO DO ESTADO O ECESSO A MORADIA COMO ESPACO QUE POSSIBILITA A TRANSFORMAC AO SOCIAL, ESTA ACAO COLETIVA FAVORECEU A SEUS ATORES SUA AUTO-CONSTRUCAO COMO "SER SUJEITO", PRODUTO DESSA EXPERIENCIA. A EMERGENCIA DO MOVIMENTO DOS SEM CASA, TEVE VINCULACAO COM A INSATISFACAO POPULAR FRENTE A POLITICA HABITACIONAL DESENVOLVIDA PELO ESTADO, MAIS ESPECIFICAMENTE, AOS PROGRAMAS ALTERNATIVOS INEXPRESSIVOS DIANTE DA GRAVIDADE DESTA QUESTAO. ISTO DISPERTO, NA POPULACAO, A "NOCAO" DE MORADIA ENQUANTO D

20) LUIZ GONZAGA COSTA DE OLIVEIRA. "Comunicação e participação nos Movimentos Sociais: resgate parcial da experiência comunitária, da Universidade Federal de Alagoas, no Campus Vicinal do Tabuleiro do Martins a partir de 1998". 01/07/2000

2v. 59p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): ANA CRISTINA BRITO ARCOVERDE

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE

Email do autor:

Palavras - chave:

Comunicação; Movimentos Sociais; Programas de Extensão.

Área(s) do conhecimento:

COMUNICAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ANA CRISTINA BRITO ARCOVERDE
LUIZ ANASTÁCIO MOMESSO
MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LUCENA

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular. Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

A dissertação apresenta um estudo de caso em que se aborda o relacionamento da Universidade Federal de Alagoas, por meio da sua Pró-Reitoria de Extensão, com as associações de Moradores e outras instituições comunitárias localizadas no Tabuleiro do Martins, bairro de Maceió definido como "Campus Vicinal" da UFAL. As categorias de análise utilizadas são os movimentos sociais urbanos, a comunicação comunitária e a participação popular, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, partindo do pressuposto de que a comunicação permite e facilita a participação por ser um instrumento de mobilização para os movimentos sociais. A investigação foi desenvolvida, sobretudo, a partir de pesquisa documental junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFAL e a Coordenadoria das Regiões Administrativas da Prefeitura de Maceió, além da FAMOAL e das Associações de Moradores do Bairro do Tabuleiro. Além disso, foram feitas entrevistas com líderes comunitários, comunicadores e Assistentes Sociais envolvidos com o programa de extensão da UFAL junto às comunidades. O trabalho resgata a experiência comunitária desenvolvida pela UFAL a partir de 1998 e, ao mesmo tempo, realiza uma análise crítica dessa atuação, especialmente no que diz respeito à estratégia de comunicação utilizada e suas consequências para o relacionamento da UFAL com as comunidades vizinhas ao seu Campus.

21) Luiza Alessandra Pessoa. A LUTA POR MORADIA NO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR NO DF (1995/1998). 01/03/2001

1v. 149p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - POLÍTICA SOCIAL

Orientador(es): Márcia de Melo Martins Kuymjiam

Biblioteca Depositária: UnB

Email do autor:**Palavras - chave:**

POLÍTICA HABITACIONAL

Área(s) do conhecimento:**Banca examinadora:**

Luiza Maria Salvi dos Santos Carvalho
Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Linha(s) de pesquisa:

Movimentos sociais, Condições de vida e Cidadania. Movimentos sociais, condições de vida e Cidadania articulados às políticas sociais. Questões teóricas e metodológicas referentes aos movimentos sociais e à cidadania. Análise empírico-factual dos movimentos sociais. Cidadania e movimentos sociais

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O objetivo deste estudo é analisar uma das modalidades de atendimento na área da política habitacional, denominada Programa de Atendimento aos Grupos Organizados por Moradia, implementada pelo Governo Democrático e Popular, do Partido dos Trabalhadores, no período de 1995 a 1998. Para desenvolver essa análise, destacamos as categorias dos movimentos sociais e as políticas sociais. Esta análise está ancorada na prática dos sujeitos sociais do Estado e da sociedade civil, considerando principalmente, os grupos organizados por moradia no Distrito Federal, na luta pelo direito à moradia. No Distrito Federal, os problemas habitacionais vêm desde a inauguração da "capital da esperança" e o processo de urbanização

da cidade, bem como a ocupação do solo urbano, se deram muitas vezes de forma desorganizada, incentivando a segregação espacial da população, que na maioria das vezes era desprovida de aparelhos coletivos para o bem estar da população. A população, que tem como principal ator, o migrante, buscou formas de solucionar os problemas de moradia, junto ao poder local, muitas vezes com repressão e violência por parte do Estado. Portanto, pretende-se analisar o Programa de Atendimento aos Grupos Organizados, e como foi a participação das entidades representadas pelas associações, cooperativas e sindicatos e sua articulação com o poder local, no processo de mobilização social pela moradia, compreendendo o direito à moradia como sendo intrínseco à construção da cidadania.

22) Marcela Arbia Ramalho. REFORMA AGRÁRIA E HEGEMONIA POLÍTICA CULTURAL: DA LUTA PELA TERRA À CONQUISTA DO PODER POLÍTICO NA ZONA DA MATA DA PARAÍBA. 01/12/2003

1v. 140p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Maria de Lourdes Soares

Biblioteca Depositária: Setorial , Central e nacional

Email do autor:

Palavras - chave:

Reforma Agrária,Hegemonia Política,Cultura

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Emília de Rodat Fernandes Moreira

Maria Aparecida Ramos Meneses

Linha(s) de pesquisa:

Processos Participativos e Organizativos Linha de Pesquisa que congrega Dissertações e Projetos de Pesquisa vinculados ao Mestrado, relacionados à Dinâmica dos Movimentos Sociais, aos Processos Participativos, às Formas de Organização e de Lutas, às Demandas e às Práticas dos Atores Sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - DS

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O presente trabalho presente verificar até que ponto a criação de assentamentos rurais, edificados a partir de uma história de luta e mercados pela atuação de movimentos sociais diversos, contribuiu para a construção de uma hegemonia política - cultural dos trabalhadores capaz de modificar o poder político local. Trata-se de um estudo de caso a partir de dois Municípios da Zona da mata da Paraíba, Cruz do Espírito santos e Pedras de Fogo, ambos com uma grande presença de áreas reformadas. No entendimento de que a hegemonia político -cultural mostraria nos seus desdobramentos necessidade de ocupar os espaços político Locais, tonou-se como referencial, as eleições municipais de 2000.

23) MÁRCIA APARECIDA ACCORSI PEREIRA. CAMINHOS EM CONSTRUÇÃO: ENCONTRO ENTRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O MST SÃO PAULO 1999 - 2003. 01/07/2005

1v. 226p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LÚCIA CARVALHO DA SILVA

Biblioteca Depositária: PUC/SP

Email do autor:

Palavras - chave:

População em situação de rua, MST, Desigualdade social

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

LUIZ EDUARDO WALDEMARIN WANDERLEY

MARIA ANTONIETA DA COSTA VIEIRA

MARIA DA GLÓRIA MARCONDES GOHN

MARIA LÚCIA CARVALHO DA SILVA

MARTA SILVA CAMPOS

Linha(s) de pesquisa:

POLÍTICA SOCIAL: ESTADO, MOVIMENTO SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO CIVIL Esta linha volta-se ao aprofundamento da análise das políticas sociais no Brasil, destacando suas particularidades e suas determinações sócio-históricas no Estado Brasileiro; à análise dos movimentos sociais na contemporaneidade em diferentes dimensões

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:
CAPES-PROSUP

Idioma(s):
Português

Dependência administrativa
Particular

Resumo tese/dissertação:

A presente pesquisa tem como objeto de estudo parcela da população em situação de rua que se incorpora ao MST. A experiência teve início nos anos 1990, na cidade de São Paulo, através da ação de religiosos da Igreja Católica, vinculados ao Centro de Formação do MST-Brás. O processo investigativo teve como objetivo central verificar a possibilidade desse segmento romper ou não com o processo de exclusão vivenciado nas ruas. Partiu-se do pressuposto que esse processo de exclusão tem suas raízes no modo de produção capitalista. Nesse contexto, a experiência em tela fundamentou-se no trabalho pedagógico-educativo desenvolvido junto à população em situação de rua, motivando-a, capacitando-a e organizando-a para se engajar na luta por terra, moradia e trabalho. Esta intervenção social, tem como parâmetros as categorias de pobreza, exclusão, desigualdade social, que formatam a questão social brasileira. À luz dessas referências são caracterizadas a população em situação de rua e o MST, assim como as ações pertinentes às políticas assistenciais e aos movimentos sociais. Metodologicamente, efetivou-se através de um estudo de caso, mediante o qual os sujeitos entrevistados, expuseram suas vivências, sobre a experiência de busca de um outro caminho de vida. A análise das falas evidenciou não só novas categorias referenciais como a mística e o valor da dignidade humana, como apontou aspectos relevantes de positividade e limites da experiência. Indicou ainda, a necessidade de sua expansão, através de formação, principalmente, de redes eficazes que incorporem outros profissionais, técnicos e militantes. Ressaltou, que ao se tratar de população em situação de rua, esta alternativa junto ao MST, bem como outras alternativas, ganham validade, no sentido de superar a pobreza e a exclusão em que sobrevivem.

24) MARCIA HELENA TITTON. CONSTRUINDO A PARTICIPAÇÃO E A SOLIDARIEDADE NO MOVIMENTO COOPERATIVISTA HABITACIONAL.. 01/11/1998

1v. 123p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - SERVIÇO SOCIAL
Orientador(es): SENO ANTONIO CORNELY
Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL

Email do autor:

Palavras - chave:
COOPERATIVISMO HABITACIONAL, SOLIDARIEDADE, SERVIÇO SOCIAL

Área(s) do conhecimento:
SERVIÇO SOCIAL
SERVIÇO SOCIAL APLICADO
SERVIÇO SOCIAL DA HABITAÇÃO

Banca examinadora:
LUIS FELIPE NASCIMENTO
MARIA HELENA MENNA BARRETO ABRAHÃO
SENO ANTONIO CORNELY

Linha(s) de pesquisa:
POLÍTICAS E DEMANDAS SOCIAIS Análise das políticas sociais públicas e privadas que se propõem a responder demandas da sociedade atual e do agir profissional, no âmbito dessas políticas.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):
Português

Dependência administrativa
Particular

Resumo tese/dissertação:

Este estudo analisa o processo cooperativista habitacional em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, com o propósito de verificar como a participação familiar vem sendo operacionalizada e vem ganhando concretude na prática cotidiana dos movimentos sociais, do tipo cooperativas. A aproximação ao objeto de estudo deu-se por meio de uma abordagem qualitativa, tendo usado como instrumento, a pesquisa-ação, através do desenvolvimento de seminários, seguido de outras técnicas: observação, entrevista, diálogo permanente, questionário e revisão de documentos. O referencial teórico utilizado - Método Dialético Crítico - serviu-nos de guia para as análises do movimento cooperativista habitacional, na sua relação com a Política Habitacional, papel do Estado, intervenção profissional do Serviço Social, junto aos movimentos sociais, o poder da participação, a família como entidade essencialmente educativa Conclui-se que a participação familiar, em um projeto de

cooperativas, além de sanar o problema de moradia, desenvolve o entendimento entre as pessoas, fortalece vínculos, leva a cooperação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos.

25) MARIA C. VASCONCELOS GONCALVES. "FAVELAS TEIMOSAS", LUTAS POR MORADIA - BRASILIA DECADA DE 80.. 01/03/1995

1v. 285p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): PEDRO ROBERTO JACOBI

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS/ESTADO IDENTIDADE LUTAS POR

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

LUIZ EDUARDO WANDERLEY

MARIA CARMELITA YAZBEK

MARIA LUCIA MARTINELLI

MARILIA SPOSITO

PEDRO ROBERTO JACOBI

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

O FOCO CENTRAL DESTA TESE RECAIU NAS ARTICULACOES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM O ESTADO TOMANDO POR REFERENCIA AS LUTAS POR MORADIAS DESENCADEADAS, EM BRASILIA, NA DECADA DE 80. A LOGICA ADOTADA FOI A DE COMPREEN DER AS CONFIGURACOES QUE AS LUTAS POR HABITACAO, DOS MORADORES DAS FAVELAS, ASSUMEM NESTE CONTEXTO. A PARTIR DE SITUACOES CONCRETAS, DE LUTAPELO DIREITO A MORADIA, FORAM VISUALIZADAS: A) AS ARTICULACOES COM O E STADO E COM OUTRAS ORGANIZACOES DA SOCIEDADE CIVIL; B) A SUA TRAJETORIA EM TERMOS DE AVANCOS E RECUOS EM RELACAO AO ESTADO; C) A IDENTIFICACAO DOS PRINCIPAIS INTERLOCUTORES E DAS PRINCIPAIS REDEFINICOES OCORRID NTE PARA A CONSTRUCAO DA IDENTIDADE DOS MORADORES DAS FAVELAS. DURANTEO PROCESSO, ESTE DIREITO, PASSOU A APRESENTAR FACES DIFERENCIADAS (SERPROPRIETARIO - SER RESIDENTE - TER SEGURANCA) AO TEMPO EM QUE SE TORNA VA OBJETO DA RELACAO ESTADO E MOVIMENTOS. A CRISE POR MORADIA, NAO SERA SOLUCIONADA COM MEDIDAS PARCIAIS E TECNICAS. POLITICAS MAIS GERAIS SAO FUNDAMENTAIS PARA MINORAR A PRECARIA SITUACAO DE MORADIA DA POPULAC AO.

26) MARIA CLEMENTINA E. COLITO. AS DUAS REALIDADES PRESENTES EM UM MOVIMENTO SOCIAL. O MOVIMENTO REIVINDICATORIO DO TRANSPORTE COLETIVO DE LONDRINA PR.. 01/05/1987

1v. 218p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Nome não Informado.

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES MOVIMENTOS NO MUNDO DOS BAIRROS ESTADO X M

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

SILVA MARIA MANFREDI

Linha(s) de pesquisa:

ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

O TRABALHO DESCRÊVE AS DUAS REALIDADES PRESENTES EM UM MOVIMENTO SOCIAL POPULAR. A REALIDADE OBJETIVA TRADUZ-SE NA DESCRICAO DA TRAJETORIA O MOVIMENTO REINVICATORIO DE TRA SPORTE COLETIVO E AS RELACOES QUE SE FIZERAM PRESENTES ENTRE ESSE MOVIMENTO E SEUS ATORES E O PODER PUBLICO. A DESCRICAO DA REALIDADE SUBJETIVA SE FAZ ATRAVES DA DEMONSTRACAODO PROCESSO DE CONSTRUCAO DA REALIDSIMBOLICA QUE OCORRE NOS GRUPOS (COMUNIDADES CRISTAS POPULARES) ASSESSORADOS PELA IGREJA-ARQUITETA DESSA CONSTRUCAO. DISCUTE-SE POSTERIORMENTE AS IMPLICACOES DESSA CONSTRUCAO SIMBOLICA NA REALIZACAO DO MOVIMENTO REINVICATORIO DO TRANSPORTE

27) Maria Cristina Gonçalves Cardoso. O Lado Oculto do Movimento Feminista: Fator Determinante Para Cidadania e Para A Saúde Reprodutiva em Belém do Pará, No Contexto Do Paismca.. 01/06/2002

1v. 168p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LUCIA MARTINELLI

Biblioteca Depositária: PUC-SP

Email do autor:

crys_yra@ig.com.br**Palavras - chave:**

movimentos sociais; gêneros; saúde reprodutiva

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

DILSEA ADEODATA BONETTI

Jussara Maria Rosa Mendes

MARIA LUCIA MARTINELLI

Maria Elvira Rocha de Sá

Maria Izilda dos Santos de Matos

Linha(s) de pesquisa:

SERVIÇO SOCIAL: IDENTIDADE, FORMAÇÃO E PRÁTICA Nesta linha concentram-se estudos sobre: 1) - A identidade das práticas sociais, visando a realização de estudos avançados sobre a temática, a partir de uma perspectiva sócio-histórica. 2) - As questões do ensino e da formação profissional do assistente

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - PICDT

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

O interessante pelo tema Movimento Feminista e Saúde Reprodutiva em Belém do Pará, no Contexto do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente - PAISMCA, deve-se à minha experiência profissional e docente, na Universidade Federal do Pará, Programa de Extensão Universitária, junto às instituições públicas e associações comunitárias. O mesmo se justificou pela demanda posta ao Serviço Social nos programas institucionais, majoritariamente constituídas de mulheres e crianças, e também pela noção de direito reprodutivo, pressuposto básico aos direitos das mulheres e dos homens determinarem sua vida sexual, livre dos riscos e da gravidez indesejável. O objetivo deste trabalho é compreender as lutas empreendidas pelo movimento feminista para cidadania à saúde reprodutiva em Belém do Pará, no contexto do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente e também contribuir para o acervo literário da profissão Serviço Social e par a proposição de políticas públicas consistentes à saúde feminina e sua aplicação na Santa Casa de Misericórdia do Pará, setor Toco-Ginecologia, local de pesquisa. O estudo mostra que o movimento de mulheres é um fator determinante para à cidadania feminina no Brasil e no Pará e ainda hoje mantém-se vigilante face ao programa da mulher.

28) MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA CINTRA. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SERGIPE. 01/03/1999

2v. 142p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): CELI NELZA ZULKE TAFFAREL

Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPE

Email do autor:

Palavras - chave:

MST; REFORMA AGRÁRIA; QUESTÃO AGRÁRIA; MOVIMENTOS SOCIAIS

Área(s) do conhecimento:

CIÊNCIA POLÍTICA

SERVIÇO SOCIAL
SOCIOLOGIA

Banca examinadora:

CELI NELZA ZULKE TAFFAREL
EDMUNDO FERNANDES DIAS
ZÉLIA MARIA PEREIRA DA SILVA

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular. Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - PICDT

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O PRESENTE ESTUDO SITUA-SE ENTRE OS QUE INVESTIGAM MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA TERRA. CONSIDERA O PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA MASSIVA, REDISTRIBUTIVA, QUE CONSTITUI-SE NA REINVIDICAÇÃO BÁSICA DO MST. ESPECIFICAMENTE, RESGATA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SERGIPE - NO PERÍODO DE 1985 A 1997, OBJETIVANDO VERIFICAR QUAIS OS INDICADORES ÍDEO-POLÍTICOS QUE SE MANIFESTAM NAS SUAS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA, QUE CONFRONTAM O PROJETO NEOLIBERAL DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) NO QUE TANGE À REFORMA AGRÁRIA. A PESQUISA PROPÕE-SE A CONTRIBUIR COM APORTES QUE POSSIBILITEM UMA MELHOR COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE. OS DADOS EMPÍRICOS FORAM OBTIDOS ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DO MOVIMENTO, DE MATÉRIAS PUBLICADAS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL E ENTREVISTAS COM OS DIRIGENTES DO MST SERGIPIANO. A PARTIR DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS, CARTILHAS, PANFLETOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES DO MST, ASSIM COMO DO DISCURSO DOS DIRIGENTES DO MOVIMENTO EM NOSSO ESTADO, PUDEMOS CONCLUIR QUE A PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS QUE PERMEIA O MOVIMENTO, A FORMAÇÃO DE QUADROS E A PROPOSTA DE COOPERAÇÃO, CONSUBSTANCIADA NO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS (SCA), COMO FORMA DE VIABILIZAR AS ÁREAS CONQUISTADAS, SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES ÍDEO-POLÍTICOS. ESTES APONTAM PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, SOLIDÁRIA E IGUALITÁRIA, CONFORME REIVINDICADO EM UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO.

29) MARIA DAS GRAÇAS DE GOUVÊA. EDUCAÇÃO POPULAR JUNTO A MOVIMENTOS SOCIAIS: PROPOSTA E PRÁTICA DO "CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR - CDHEP" - CAMPO LIMPO - SÃO PAULO. 01/06/1997

1v. 200p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

Biblioteca Depositária: PUC - SP

Email do autor:

Palavras - chave:

EDUCAÇÃO POPULAR; CIDADANIA; CDHEP

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ALIPIO MARCIO DIAS CASALI
ENEIDA GONÇALVES DE MACEDO HADDAD
MARIA CARMELITA YAZBEK
MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA
SILVIA MANFREDI

Linha(s) de pesquisa:

MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE. ESTA LINHA ESTÁ VOLTADA À ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS EM DIFERENTES DIMENSÕES, CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL E COM A CONSTRUÇÃO CIDADANIA

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

ESTA TESE APRESENTA UM REFLEXÃO ANALÍTICA DA PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR - CDHEP DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPO LIMPO - ZONA SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO. APRESENTA A TRAJETÓRIA DO CDHEP INTIMAMENTE LIGADA À AÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO DO CAMPO LIMPO, NO CONTEXTO DA EXPANSÃO URBANA CAÓTICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, RESULTADO DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO IMPLANTADO NO PAÍS. IDENTIFICA ALGUNS FATORES EXTERNOS E INTERNOS QUE INFLUENCIARAM SUA ATUAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO E QUE O LEVARAM, NA DÉCADA DE NOVENTA A DAR RELEVU PREFERENCIAL PARA A EDUCAÇÃO POPULAR, CULMINANDO COM A CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA DE LIDERANÇAS. A TESE MOSTRA, AINDA, A INSERÇÃO DO CDHEP NO ROL DAS ORGANIZAÇÕES DE ACESSORIA POPULAR QUE COMPREENDEM E REFLETEM SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA POLÍTICA-EDUCATIVA NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. DESTACA A CONTRIBUIÇÃO DO CDHEP POR UM LADO, JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONCIENTIZAÇÃO DA CIDADANIA E NA POSSIBILIDADE DE OCUPAR UM ESPAÇO SOCIO-POLÍTICO, DE MODO SUBSTANTIVO, NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL CONTEMPORÂNEA E, POR OUTRO NA RECONCEITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR FRENTE ÀS INCERTEZAS E PERPLEXIDADES POSTAS PELA ATUAL CRISE DOS PARADIGMAS.

30) MARIA DE FATIMA YASBECK ASFORA. A Força desarmada: presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais.. 01/02/2004

2v. 285p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): NOBUKO KAMEYAMA

Biblioteca Depositária: CFCH

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS;TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO;NORDESTE AGRÁRIO;

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Anita Aline Albuquerque da Costa
HAROLDO BAPTISTA DE ABREU
NOBUKO KAMEYAMA
RENE LOUIS DE CARVALHO
YVES DO AMARAL LESBAUPIN

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O processo de modernização na agricultura brasileira, consolidado no decorrer da segunda metade do século vinte, ficou caracterizado pela desigual estrutura de posse e propriedade da terra, bem como pela adoção de diversos mecanismos de crédito, que privilegiaram a classe dominante. No Nordeste, além do forte impulso ocorrido na expansão do modo de produção capitalista, verificamos que a redefinição da divisão regional do trabalho à escala nacional, comandada pela expansão capitalista industrial do Centro-Sul com o incentivo do capital estrangeiro, concorreram para modelar duas importantes oligarquias agrárias: os "barões do açúcar" e os "coronéis", os grandes fazendeiros do algodão-pecuária, situados respectivamente nas áreas do litoral, mata e no semi-árido. Quanto aos trabalhadores rurais, o processo de modernização conservadora resultou em violências múltiplas, motivando o apoio de setores progressistas da Igreja Católica a partir dos meados de 60, em plena ditadura militar. Desse modo, incentivados pelas idéias do Concílio Vaticano II, sacerdotes e leigos, começaram a atuar como intelectuais orgânicos das classes subalternas, no sentido gramsciano, em defesa do homem do campo, denunciando os arbítrios dos proprietários de terra. No Nordeste, o processo representativo de uma nova forma de ser Igreja pode ser reconhecido a partir de julho de 1966, quando quinze bispos, liderados por Dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife, reforçaram e apoiaram o Manifesto de Ação Católica Operária, divulgado em março de 1966 e os relatórios da Animação dos Cristãos no Meio Rural do Brasil e da Juventude Agrária Católica, JAC, também referentes àquele período. Em contrapartida, as autoridades militares empreenderam diferentes níveis e formas de perseguições a esses grupos, configurando uma crise entre Estado e Igreja, enquanto a prática de atividades do clero e de leigos progressistas, fazia surgir atores sociais numa perspectiva que corresponderia à origem das Pastorais Rurais e posteriormente à formalização da Comissão Pastoral da Terra, CPT. É nesse contexto dos conflitos agrários, que identificamos os recursos organizativos utilizados pela comissão Pastoral da Terra como uma Força desarmada, cuja ênfase reside fundamentalmente no processo de formação educacional dos trabalhadores; na Mística, inspirada na Teologia da Libertação; na busca da Justiça, sem odiar ou injuriar o opressor e na articulação com entidades nacionais e internacionais, visando fortalecer as conquistas dos direitos fundamentais da pessoa humana e semear a Esperança.

31) MARIA DULCE SILVA. EM BUSCA DA PREVALENCIA - PADROES DE RELACIONAMENTO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E ESTADO EM TERESINA.. 01/03/1989

1v. 141p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Nome não Informado.

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

INVESTIGACAO

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

DARCY LACERDA PESSOA

ELIMAR P. DO NASCIMENTO

MYRTE DE AGUIAR MACEDO

Linha(s) de pesquisa:

04

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

A INVESTIGACAO TOMA COMO OBJETIVO DE ESTUDO AS ASSOCIACOES DE MORADORES DE TERESINA, ONDE SE TENTA ESTABELECEER UM QUADRO CONFIGURATIVO DESSAS ORGANIZACOES.

32) MARIA ELISA DA CRUZ. ASSOCIACOES DE MORADORES A POLITICA E OS POLITICOS. 01/12/1992

1v. 213p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): ANA MARIA QUIROGA FAUSTO NETO

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS ASSOCIACOES DE MORADORES CLIENTELIS

Área(s) do conhecimento:

Banca examinadora:

ANA MARIA QUIROGA FAUSTO NETO

YVAN JOSEPH CHARLES LABELLE

YVES DO AMARAL LESBAUPIN

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

LOGO APOS A ABERTURA POLITICA DO FINAL DA DECADA DE 70, FOI RETOMADO O DIALOGO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO. CONFIGURA-SE UM NOVO CENÁRIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA CONSTRUÍDO A PARTIR DA PRESENÇA EFETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO COM O ESTADO NOS ANOS 80. PROPOE-SE O TRABALHO A ESTUDAR AS RELAÇÕES POLÍTICAS QUE FAZEM PARTE DO COTIDIANO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES EM ARACAJU NA DECADA DE 80. O CERNE DO OBJETO DE ESTUDO E A PRÁTICA POLÍTICA DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E A ARTICULAÇÃO DESTAS COM POLÍTICOS, ÓRGÃOS DO GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL. A PESQUISA PRETENDE ESTUDAR COMO AS ASSOCIACOES DE MORADORES SÃO OBJETO DO CLIENTELISMO PRATICADO POR ÓRGÃOS DO GOVERNO E POLÍTICOS. TENCIONA AINDA O TRABALHO DESVENDAR AS DIFERENÇAS ENTRE AS ASSOCIACOES DE MORADORES FRENTE AS PRÁTICAS SOCIAIS DO GOVERNO, E ASSIM, DIFERENCIAR AS PRÁTICAS POLÍTICAS DAS DIFERENTES ASSOCIACOES. TANTO A NÍVEL ACADÊMICO COMO A NÍVEL DE UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MOVIMENTOS POPULARES, O TRABALHO É IMPORTANTE NA MEDIDA EM QUE

SE PROPOEA CONTRIBUIR AO ESTUDO MAIS SISTEMÁTICO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES.

33) MARIA HELENA PAUTA RAMOS. POLÍTICA E TEORIA: PROGRAMA COMUM E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS - AS CONDIÇÕES SOCIO-POLÍTICAS DO DEBATE NA FRANÇA.. 01/05/1994

1v. 222p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): JOSE PAULO NETTO

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

RESISTÊNCIA FRANCESA MOVIMENTOS SOCIAIS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ANA CLARA TORRES RIBEIRO

CARLOS NELSON COUTINHO

IVALDO AMARO VIEIRA

VICENTE DE PAULA FALEIROS

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

ESTE TRABALHO RECUPERA A UNIDADE POLÍTICA DA ESQUERDA FRANCESA, DO FRONT POPULAIRE (1936) AO PROGRAMA COMUM DE GOVERNO (1972), QUANDO FORAM GESTADAS, NA FRANÇA, AS CONDIÇÕES SOCIO-POLÍTICAS PARA A EMERGÊNCIA DO DEBATE MARXISTA SOBRE O URBANO. SOB O TÍTULO "POLÍTICA E TEORIA: PROGRAMA COMUM E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS - AS CONDIÇÕES SOCIO-POLÍTICAS DO DEBATE NA FRANÇA", ESTA SUBDIVIDIDO EM DUAS GRANDES PARTES. NA PRIMEIRA PARTE, PARA RATIFICAR O PROCESSO DE GESTAÇÃO DAS CONDIÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DA ELABORAÇÃO PELA ESQUERDA DA ESTRATÉGIA DO PROGRAMA COMUM DE GOVERNO. TOMO COMO MARCO INICIAL O FRONT POPULAIRE. VEJO NESSA E DO MESMO JUNTO A INTELLECTUALIDADE FRANCESA, O PAPEL EXERCIDO PELO PCF, QUANDO ALCANÇOU UMA POSIÇÃO DESTACADA NO CENÁRIO POLÍTICO, E A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DA ESQUERDA DE INTEGRAR UM GOVERNO SOB A SUA HEGEMONIA. DISCUTO AINDA A PARTICIPAÇÃO DA ESQUERDA NA RECONSTITUIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO PAÍS, SOB O CLIMA DA GUERRA FRIA, QUANDO O PCF FICOU ISOLADO POLÍTICAMENTE. TRABALHO A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA GAULISTA, RESPONSÁVEL PELO NASCIMENTO DA V REPÚBLICA, PELA INTRODUÇÃO DO MECANISMO INSTITUCIONAL DO SUFRÁGIO UNIVERSAL PARA ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.

34) MARIA LUCIA DURIGUETTO. A TEMÁTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA INCORPORAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL.. 01/09/1996

1v. 160p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): CARLOS NELSON COUTINHO

Biblioteca Depositária: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (CFCH)

Email do autor:

Palavras - chave:

SERVIÇOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Área(s) do conhecimento:

Banca examinadora:

CARLOS NELSON COUTINHO

NOBUKO KAMEYAMA

YVES DO AMARAL LESBAUPIN

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL SOBRE A TEMÁTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM BASE NOS TEXTOS PUBLICADOS PELA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE.

35) MARIA OLINDA COSTA SANTOS CARREIRA. ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA MARCA POR MANIFESTAÇÕES E LUTAS POPULARES.. 01/09/1997

1v. 146p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): REGINA MARIA GIFFONI MARSIGLIA

Biblioteca Depositária: PUC - SP

Email do autor:**Palavras - chave:**

REGIÃO DA CIDADE; FORMAS PARTICIPATIVAS; MOVIMENTOS SOCIAIS;

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

FUMIKA T. PEREZ

MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

REGINA MARIA GIFFONI MARSIGLIA

Linha(s) de pesquisa:

MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE ESTA LINHA ESTÁ VOLTADA À ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS EM DIFERENTES DIMENSÕES, CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL E COM A CONSTRUÇÃO CIDADANIA

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

NESTE ESTUDO APRESENTAMOS A CONSTITUIÇÃO E A OCUPAÇÃO DE PARTE DA ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ONDE IDENTIFICAMOS AS MANIFESTAÇÕES INICIAIS, AS LUTAS E A ORGANIZAÇÃO DE SUA POPULAÇÃO. CONSIDERAMOS QUE OS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS NOS VÁRIOS BAIRROS DA REGIÃO, PARTICULARMENTE INTENSOS NA DÉCADA DE 70 (ÁGUA, "LIXÃO", LOTEAMENTOS CLANDESTINOS, CUSTO DE VIDA, FAVELAS, CRECHES, SAÚDE, OCUPAÇÕES DE TERRA E EDUCAÇÃO) DEVEM SER ENTENDIDOS A PARTIR NÃO SÓ DA CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL DA ÉPOCA, MAS TAMBÉM DA TRADIÇÃO HISTÓRICA DE LUTAS DA REGIÃO E DA PRESENÇA DE ARTICULADORES SOCIAIS. CONSTATAMOS QUE, DE MODO PARTICULAR O MOVIMENTO DE SAÚDE DA ZONA LESTE, NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 70 (O QUAL JÁ SE FOI ESTUDADO POR VÁRIOS AUTORES), RESULTOU DA INFLUÊNCIA DAS PRIMEIRAS IDÉIAS E DAS PRÁTICAS INOVADORAS DO MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA, COMO TAMBÉM DA PRESENÇA DE ARTICULADORES SOCIAIS (IGREJA E PARTIDOS POLÍTICOS), QUE ENCONTRARAM UM TERRENO FÉRTIL NA TRADIÇÃO PARTICIPATIVA LOCAL. AS MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, NA ESTADUAL E NA MUNICIPAL, SOMADAS À ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS, TIVERAM UM PAPEL IMPORTANTE NESSE PROCESSO, À MEDIDA QUE BUSCARAM ARTICULAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, O TRABALHO TÉCNICO E OS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS DA POPULAÇÃO. AS INFORMAÇÕES FORAM OBTIDAS POR MEIO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS POR ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES, BEM COMO A PARTIR DE DEPOIMENTOS DE MORADORES DE VÁRIOS BAIRROS, DE MILITANTES (PARTIDOS, ENTIDADES, SINDICATOS, MOVIMENTOS SOCIAIS), DE MEMBROS DA IGREJA E DE PROFISSIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR SOCIAL QUE TRABALHAM NA REGIÃO E ALI ATUAM HÁ VÁRIOS ANOS.

36) MARIA VIRGINIA SIEDE. MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES E SERVIÇO SOCIAL: UMA INTERLOCUÇÃO COM O PENSAMENTO GRAMSCIANO.. 01/12/1994

1v. 160p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): IVETE SEMIONATTO

Biblioteca Depositária:

Email do autor:**Palavras - chave:**

MOVIMENTOS SOCIAIS, BURGUESIA, SOCIEDADE, POLITICA,GRAMSCI, CLASSES SO

Área(s) do conhecimento:

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:IVETE SEMIONATTO
SENO ANTONIO CORNELY
SERGIO ANTONIO CARLOS**Linha(s) de pesquisa:**

METODOLOGIAS DO SERVIÇO SOCIAL

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):****Dependência administrativa**

Particular

Resumo tese/dissertação:

O TRABALHO ANALISA A INCORPORACAO DO PENSAMENTO GRAMSCIANO EM TEXTOS ESCRITOS POR ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS SOBRE O TEMA DE MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES, PUBLICADOS ENTRE 1980 E 1992. ASSIM, INICIALMENTE FAZEMOS UMA CONTEXTUALIZACAO HISTORICA DO PERIODO NO QUAL SE ESTABELECE A INCORPORACAO DESTES REFERENCIAL PELO SERVIÇO SOCIAL PARA, POSTERIORMENTE, RESGATAR O SEU USO NOS TEXTOS QUE ABORDAM O TEMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES. DESTACAMOS A UTILIZACAO POR PARTE DOS AUTORES DOS CONCEITOS GRAMSCIANOS: ESTADO AMPLIADO, SOCIEDADE POLITICA, SOCIEDADE CIVIL, HEGEMONIA, INTELECTUAL ORGANICO, INTELECTUAL TRADICIONAL, ENTRE OUTROS.

37) Marilene Parente Gonçalves. DO MATERIAL RECICLÁVEL SOBREVIVER, RESISTIR E DELE UMA IDENTIDADE CONSTRUIR. 01/09/2006

1v. 110p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - POLÍTICA SOCIAL

Orientador(es): Rita de Cassia Santos Freitas

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá

Email do autor:**Palavras - chave:**

pobreza, identidade, movimento social

Área(s) do conhecimento:

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Banca examinadora:Carlos Minayo Gomes
Emilio Maciel Ergenheer**Linha(s) de pesquisa:****Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:****Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou compreender os significados da organização e lutas dos catadores de materiais recicláveis, que se expressam através do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). O trabalho é também produto da busca de compreensão da construção de suas identidades a partir do exame das falas dos representantes do referido movimento no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram selecionadas para análise as categorias pobreza, identidade e movimentos sociais. Compreendemos que a sociedade contemporânea, ao mesmo passo que acumula ganhos, assiste também a perdas para uma parcela significativa de indivíduos relegados à marginalidade e à condição de pobres. Se estes passam então a exercer atividades degradantes aos olhos da sociedade, sofrem o processo de estigmatização social e são tomados socialmente como inferiores. O encontro da pobreza com o lixo, em especial o material reciclável, sofre esta estigmatização. No entanto, este encontro revela novas formas de ser na sociedade, identificadas pelos catadores. Defendido pelos catadores, o trabalho com o material reciclável traz a possibilidade de construção de uma identidade, a identidade de catador, que resguarda o valor do seu trabalho e de sua dignidade enquanto ser social. O caminho percorrido para esta defesa se dá através da organização em movimentos sociais, o MNCR - um movimento próprio dos catadores que busca o reconhecimento social e jurídico de sua profissão, lutando também pela aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

38) MARY YALE RODRIGUES NEVES. ANALISE DA PRÁTICA EDUCATIVA - PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA EM ÁREA RURAIS - TRABALHO E EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL (PEIAR). 01/06/1990

1v. 186p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Nome não Informado.

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS/ EDUCAÇÃO POPULAR/TRANSFORMAÇÃO SOCIAL/CLASSE POPULARE

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

IVANDRO DA COSTA SALES

JOSE DE RIBAMAR RIBEIRO

MYRTEDES DE AGUIAR MACEDO

Linha(s) de pesquisa:

ESP.PROF. DO SERV. SOCIAL

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

NESTA DISSERTAÇÃO PROCURA-SE ANALISAR A PRÁTICA EDUCATIVA DO PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA EM ÁREAS RURAIS - TRABALHO E EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE JAQUE A LUZ DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR. PARA DESENVOLVER ESTA ANÁLISE PROCEDEMOS A UM EXAME DA MATÉRIA DISCURSIVA SISTEMATIZADA DIRETAMENTE RELACIONADA COM A PRÁTICA EM QUESTÃO. DESSA FORMA, PODEMOS IDENTIFICAR OS LIMITES E ALCANCES DESSA PRÁTICA ESPECÍFICA, SITUANDO EM QUE PERSPECTIVA EDUCATIVA ELA FOI DESENVOLVIDA. ESPERA-SE COM ISTO CONTRIBUIR PARA SISTEMATIZAÇÃO D PRÁTICA VOLTADAS PARA OS INTERESES DAS CLAS

39) Miguel Edgard Vicente Trotta. Las Concepciones de Crisis Y Refluxo de Los Movimientos Sociales Urbanos a Luz de La Dinamica Sócio-Política de La União dos Movimentos de Moradias em São Paulo 1989-2000. 01/04/2002

1v. 368p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

Biblioteca Depositária: PUC-SP

Email do autor:

miguel.trotta@bol.com.br

Palavras - chave:

movimientos sociales e urbanos ; crisis

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Ana Amélia da Silva

Evaldo Amaro Vieira

MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

Maria da Glória Marcondes Gonh

Nabil Georges Bonduki

Linha(s) de pesquisa:

POLÍTICA SOCIAL: ESTADO, MOVIMENTO SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO CIVIL Esta linha volta-se ao aprofundamento da análise das políticas sociais no Brasil, destacando suas particularidades e suas determinações sócio-históricas no Estado Brasileiro; à análise dos movimentos sociais na contemporaneidade em diferentes dimensões

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES-PROSUP

Idioma(s):

Espanhol

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

A presente Tese de Doutorado tem como objetivo o estudo crítico do fenômeno da crise e refluxo dos Movimentos Sociais Urbanos de São Paulo, Brasil, nos anos noventa. Isto foi interpretado no âmbito acadêmico como um incessante processo de desmobilização social, a qual se superpôs o surgimento acelerado e amplo das ONGs e outras organizações do chamado Terceiro Setor. Pela sua vez essas formas organizacionais foram entendidas como os principais sujeitos coletivos de mudança social no contexto da globalização neoliberal. A pesquisa em pauta procurou na Perspectiva da Teoria da Mobilização Política, desenvolvida na obra de Sidney Tarrow e de alguns trabalhos da ciência social brasileira dos anos oitenta e noventa (através das obras de Maria da Glória Gohn, Ruth Leite Cardoso e José de Souza Martins) as referências a análise das concepções de crise e refluxo dos Movimentos Sociais urbanos, conjuntamente com elementos analíticos do pensamento de Antonio Gramsci. A metodologia utilizada baseia-se no estudo empírico da dinâmica sócio-política da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, entendido este como uma referência para o aprofundamento analítico das concepções de crise e refluxo. O estudo demonstrou, fundamentalmente as concepções de crise e refluxo não significaram desativação e desmobilização dos Movimentos Sociais Urbanos mas revelou que a dinâmica sócio-política destes vem passando por reconfigurações sucessivas como sujeitos coletivos protagonistas de novas formas de ação nas lutas sócio-políticas nos marcos local e global.

40) MÔNICA RODRIGUES COSTA. EXPERIÊNCIAS EMANCIPATÓRIAS: ALTERNATIVAS POLÍTICAS E POLÍTICAS ALTERNATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO NORDESTE. 01/09/2006

1v. 195p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA

Biblioteca Depositária: CCSA - UFPE

Email do autor:**Palavras - chave:**

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, EMANCIPAÇÃO, PROJETOS POLÍTICOS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA

ANITA ALINE ALBUQUERQUE COSTA

JOANILDO ALBUQUERQUE BURITY

MARIA DA GLÓRIA MARCONDES GOHN

ROSINEIDE DE LOURDES MEIRA CORDEIRO

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular. Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O estudo analisa a emancipação como inspiração da luta social na transição paradigmática e societária. A emancipação é tratada atualmente, no conjunto das críticas elaboradas à tradição marxista e ao projeto universal de socialismo, que coloca em debate a modernidade como projeto de humanidade e aprofunda novas perspectivas na teoria crítica, pós-estruturalistas e pós-modernas. Parte da hipótese de que projetos políticos emancipatórios são possibilidades de criar alternativas de modos de vida ao neoliberalismo. O objetivo geral do trabalho é contribuir para a reflexão sobre projetos políticos emancipatórios, na transição paradigmática e societária, tomando como campo empírico as lutas dos movimentos sociais no Nordeste brasileiro, a partir de 1990 até 2002. A pesquisa desenvolvida foi qualitativa, inspirada na etnografia, e teve como procedimento a análise de conteúdo de documentos de domínio público e dos textos das transcrições das entrevistas. Foram tratados em eixos temáticos: antagonismos, comunidade, conflitos sociais, dimensão estético-expressiva, dimensão educativa, institucionalidade, práticas articulatórias, proximidade/intimidade, projetos políticos emancipatórios, o fazer política e religiosidade. O trabalho constrói uma reflexão acerca de projetos políticos alternativos e emancipatórios, no plural, como possibilidade de criar alternativas de modos de vida ao neoliberalismo. São denominadas de alternativas políticas e políticas alternativas as práticas propositivas desenvolvidas pelos movimentos sociais no Nordeste, que revelam potenciais emancipatórios, indicam o esforço para enfrentar/superar a conjuntura neoliberal, bem como afirmam a possibilidade de um outro mundo.

41) NAIR BARBOSA GUEDES. GÊNERO: RELAÇÃO DESAFIADORA PARA MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS - ESTUDO DE QUATRO ONGS DE MULHERES.. 01/03/1997

1v. 174p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): YVES DO AMARAL LESBAUPIN

Biblioteca Depositária: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Email do autor:**Palavras - chave:**

GÊNERO, DESAFIO, MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

MARIA HELENA RAUTA RAMOS
YVES DO AMARAL LESBAUPIN
ÉDINA EVELYN CASALI MEIRELES DE SOUZA

Linha(s) de pesquisa:

SERVIÇO SOCIAL CULTURA E IDENTIDADES SOCIAIS MEMBRO DE EQUIPE PERMANENTE (DO NÍVEL NACIONAL) E COORDEN. DO PROJETO NO ÂMBITO DO RIO DE JANEIRO O PROJETO DESTINA-SE AO LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS GLOBAIS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DENUNCIADA EM TODO PAÍS, BEM COMO A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

A QUESTÃO DE GÊNERO COMO FOCO DE REFLEXÃO E ANÁLISE EMBASOU A EFETIVAÇÃO DESTA ESTUDO ESTÁ PERMEADA DAS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS E POLÍTICAS. A PARTICULARIZAÇÃO DAS LUTAS NO ÂMBITO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, PROCURANDO DETALHAR OS DE MULHERES, DEMONSTRA A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS QUE TRADUZEM CONQUISTAS E AVANÇOS.

42) NAIR CASAGRANDE. O PROCESSO DE TRABALHO PEDAGÓGICO NO MST: CONTRADIÇÕES E SUPERAÇÕES NO CAMPO DA CULTURA CORPORAL. 01/08/2001

1v. 220p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LUCENA

Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPE

Email do autor:**Palavras - chave:**

MST, PROJETO EDUCACIONAL, PRÁTICA PEDAGÓGICA, CULTURA

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

CELI NELZA ZULKE TAFFAREL
LUIZ ANASTACIO MOMESSO
MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LUCENA

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O presente trabalho encontra-se inserido na linha de pesquisa "Relações de Trabalho e Práticas Sociais de Classe" do Mestrado em Serviço Social da UFPE. A partir de procedimentos de pesquisa participante, tivemos como objetivo desvelar as contradições existentes no processo de trabalho pedagógico da cultura corporal inserida na proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A pesquisa caracteriza-se por utilizar procedimentos de análise qualitativa. Realizamos um estudo de caso num assentamento localizado na região do Sertão do São Francisco, no Estado de Pernambuco, com o acompanhamento do cotidiano da escola e do assentamento através de observações intensivas. O

registro dos dados deu-se através de diário de campo e fotos. Como resultado, podemos perceber diversos indicadores de contradições que emergem no contexto da prática pedagógica situada especificamente no âmbito da escola, caracterizando assim um reforço das relações de produção do conhecimento a partir da reprodução daquelas vigentes no modo de produção capitalista, com um processo de trabalho pedagógico alienador dos sujeitos que o constituem. Ainda, levantamos possibilidades de superação das mesmas como demonstra a referência do projeto histórico socialista que orienta a pedagogia do Movimento. Neste sentido, sendo a educação uma das bases para a construção de novas relações sociais de produção, foram levantados os limites e possibilidades existentes na prática pedagógica de um dos maiores movimentos sociais da atualidade que nos tem indicado uma proposta educacional revolucionária. Apresentamos por fim, indicadores de superação das contradições existentes na realidade estudada. O presente trabalho é mais um instrumento para reflexão acerca da pedagogia do MST.

43) Nazira Arbache. Organizações não Governamentais: Identidade, Heterogeneidade, Desafios. 01/09/2005

1v. 239p. Doutorado. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/FRANCA - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Biblioteca Depositária: Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca

Email do autor:

Palavras - chave:

Organizações Não Governamentais; Movimentos Sociais

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL APLICADO

Banca examinadora:

Claudia Regina Haponczuk de Lemos

Iris Fenner Bertani

Maria Aparecida Motta

Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Noemia Pereira Neves

Linha(s) de pesquisa:

Serviço Social: Mundo do Trabalho Abordagem relativa ao mundo do trabalho no que se refere ao seu processo de organização, gestão e suas relações contemporâneas. Desenvolvimento social e as transformações do mundo do trabalho no início do século XXI.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

UNESP

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Estadual

Resumo tese/dissertação:

O objetivo deste estudo é caracterizar o movimento social que tem provocado mudanças no perfil e na identidade das Organizações Não Governamentais (ONGs), refletindo sobre as novas possibilidades de atuação destas últimas com base nestas mudanças. Desse modo, houve a preocupação de estudar a proposta e evolução do Prêmio Itaú-Unicef, "locus privilegiado da pesquisa", para caracterizar o tipo de ação desenvolvida pelas ONGs e efetuar o recorte e a definição do universo da pesquisa: as ONGs e os projetos finalistas das edições de 1999, 2001 e 2003. Para aprofundarmos os conteúdos inerentes a essa modalidade de ação, caracterizada como ação do campo da assistência social, fez-se necessário retomar o tema da conformação do sistema de proteção social, a trajetória da assistência social brasileira e a proposta de reforma do Estado, identificando as formas de relação estabelecidas entre Estado e sociedade no tratamento da questão social. Esse percurso aproximou-se do contexto que fundamenta a existência dos projetos para crianças e adolescentes desenvolvidos por ONGs, marcados pela forte presença de iniciativas de natureza privada no atendimento de demandas sociais urgentes. O estudo das ONGs – seu surgimento, crescimento e "lugar" social –, aliado às discussões sobre os conceitos Terceiro Setor e sociedade civil, contemplou o conjunto dos conteúdos abordados, permitindo estabelecer uma precisa relação com os dados coletados na pesquisa acerca dos projetos e das organizações finalistas das edições de 1999, 2001 e 2003 do Prêmio Itaú-Unicef.

44) PARDINI MARILIA DA SILVA. "APROXIMACAO AS FORMAS DE CONSCIENCIA FORJADAS NO COTIDIANO DO MOVIMENTO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DE MOVIMENTO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS DA ZONA SUL DA CIDADE DE SAO PAULO". 01/04/1988

1v. 118p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Nome não Informado.

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS FAMILIA ALIENACAO/

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

MARIA CARMELITA YASBEK
SILVA TATIANA MAURER LANE

Linha(s) de pesquisa:

ANAL.DA POL.SOCIAL BRASILEIRA

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):****Dependência administrativa**

Particular

Resumo tese/dissertação:

ESTA DISSERTACAO BUSCA LEVANTAR,COMPREENDER E EXPLICAR, JUNTO A SUJEITOS REPRESENTATIVOS DO MOVIMENTO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS DA ZONA SU DA CIDADE DE SAO PAULO, COMO SE D U SUA PARTICIPACAO NO MOVIMENTO EN QUANTO POSSIBILIDADE DE REPENSAR SEU COTIDIANO E REORIENTA-LO NO SENTIDO DA TRANSFORMACAO DE SUAS CONDICÕES DE VIDA. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS REFLETEM OS NOVOS SUJEITOS ASSUMINDO UMA PRATICA QUE DIFERENCIA H ISTORICAMENTE O COTIDIANO QUE VINHA CONFORMANDO SUAS EXISTENCIAS. UMA PRATICA QUE TENTA SE SOBREPOR, TRANSFORMANDO AS PRATICAS COTIDIANAS EXISTENTES MAS, PARA TANTO, ESSES SUJEITOS PRECISAM DO RECONHECIMENTO DO ORGANIZACAO OU AS NOVAS FORMAS DE CONSCIENCIA CRIADAS NESSE PROCESSO PASSAM A SE CONSTITUIR EM CONDICÕES DE DESALIENACAO, DES-CRISTALIZACAO DO PROCESSO DE SOCIALIZACAO E CONSTRUCAO DE UMA NOVA VIDA.

45) Patricia Basilio Teles. Acompanhamento Santa Maria: “Sua Luta, Sua História”. 01/12/2005

1v. 96p. Mestrado. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/FRANCA - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Ubaldo Silveira

Biblioteca Depositária: Faculdade de História, Direito e Serviço Social

Email do autor:**Palavras - chave:**

Questão Agrária; Reforma Agrária; Movimentos Sociais

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL
SERVIÇO SOCIAL APLICADO
SERVIÇO SOCIAL DA HABITAÇÃO

Banca examinadora:

José Walter Canóas
Sebastião Geraldo
Ubaldo Silveira

Linha(s) de pesquisa:

Serviço Social: Mundo do Trabalho Abordagem relativa ao mundo do trabalho no que se refere ao seu processo de organização, gestão e suas relações contemporâneas. Desenvolvimento social e as transformações do mundo do trabalho no início do século XXI.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - DS

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Estadual

Resumo tese/dissertação:

Esta dissertação tem a pretensão de analisar a gênese e o desenvolvimento do Acampamento Santa Maria, localizado no município de Edéia, Estado de Goiás. Os trabalhadores componentes do acampamento não se vincularam aos movimentos sociais rurais de repercussão nacional/internacional, fazendo deste, um trabalho inédito, singular, sendo demonstrado no decorrer do estudo. Malgrado os aspectos obscuros em torno da problemática da questão agrária, observa-se que a singularidade desta luta denota o surgimento de outras formas de resistência na constituição de outros movimentos sociais

rurais. Neste trabalho foi possível vislumbrar aspectos da questão agrária/fundiária da realidade brasileira, evidenciando a necessidade de Reforma Agrária como expressão da justiça social.

46) RAIMUNDA CÉLIA TORRES. INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E MOVIMENTOS SOCIAIS - O PROCESSO COLETIVO DE CONSTRUÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). 01/01/1997

1v. 131p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): YVES DO AMARAL LESBAUPIN

Biblioteca Depositária: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Email do autor:

Palavras - chave:

INFÂNCIA, ADOLESCENCIA, MOVIMENTOS SOCIAIS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ANA MARIA QUIROGA FAUSTO NETO

JOSÉ MARIA GOMEZ

YVES DO AMARAL LESBAUPIN

Linha(s) de pesquisa:

SERVIÇO SOCIAL PROCESSOS POLÍTICOS E POLÍTICAS SOCIAIS O TEATRO DAS POLÍTICAS SOCIAIS - AUTORES, ATORES E EXPECTADORES NO GENÁRIO NEOLIBERAL

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

NO PRESENTE TRABALHO AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO DESTINADAS À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NO PAÍS (DO PERÍODO COLONIAL À DÉCADA DE OITENTA) CONSTITUEM O PANO DE FUNDO NO QUAL O PROCESSO COLETIVO DE CONSTRUÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SE DESENVOLVE. OS MOVIMENTOS SOCIAIS ASSUMEM UMA POSIÇÃO DE DESTAQUE NESSA TRAJETÓRIA NOTADAMENTE A PARTIR DOS ANOS OITENTA.

47) RAQUEL BIANOR DA SILVA. INTELECTUAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: POSSIBILIDADES E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DAS CLASSES SUBALTERNAS. 01/10/1997

1v. 140p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): ZÉLIA MARIA PEREIRA DA SILVA

Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPE

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS; INTELECTUAIS; CLASSES SUBALTERNAS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

JOÃO FRANCISCO DE SOUZA

NÉLSON DE OLIVEIRA SANTOS

ZÉLIA MARIA PEREIRA DA SILVA

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O estudo versa sobre a relação entre intelectuais e os movimentos sociais populares, numa perspectiva de construção da hegemonia das classes subalternas. O intuito do trabalho é compreender os principais desafios impostos aos intelectuais que atuam junto aos movimentos sociais populares pelas novas determinações da era globalizada do capital. A abordagem teórico-metodológica do objeto de estudo dá-se na perspectiva do materialismo histórico e dialético, referencial considera uma fonte fecunda para a análise da relação que é o objeto de estudo, visto que ele permite apreender essa relação numa perspectiva de totalidade. A partir de critérios previamente definidos, foi selecionada como unidade empírica o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). A pesquisa, levada a efeito com enfoque qualitativo, consistiu na análise documental dos editoriais da revista "Cadernos do CEAS", publicados entre os anos 1990 a 1996, e ainda, na análise de entrevistas concedidas por dirigentes da entidade. Com base na análise realizada, pode-se afirmar que as possibilidades da construção da hegemonia das classes subalternas estão relacionadas com a capacidade dos intelectuais - compreendidos como "mediadores de consenso"- de propor uma reforma intelectual e moral, que considere as mudanças econômicas para se lançar numa nova forma de luta política e se apresente como nexos entre uma nova concepção de mundo e construção da hegemonia. Essa capacidade se realiza, quando os intelectuais buscam superar a negação à centralidade do trabalho.

48) ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ. FUNDO NACIONAL DE MORADIA POPULAR: MARCO HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO.. 01/08/1996

1v. 197p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

Biblioteca Depositária: CENTRAL/ PÓS-GRADUAÇÃO

Email do autor:**Palavras - chave:**

MOVIMENTO SOCIAL; MORADIA; FUNDO PÚBLICO-HABITAÇÃO

Área(s) do conhecimento:**Banca examinadora:**

MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY

Linha(s) de pesquisa:

POLÍTICAS PÚBLICAS E NECESSIDADES SOCIAIS Análise de como a crise do estado, os processos de descentralização, a revalorização micro-social, a concentração urbana, a modernidade reforçam e introduzem novas necessidades sociais, exigindo mudanças significativas na direção das políticas.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

A dissertação "Fundo Nacional de Moradia Popular": marco histórico de participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo" apresenta-se como uma sistematização da experiência desenvolvida nos anos de 1990 a 1994, pelos movimentos sociais urbanos que reivindicavam políticas de habitação junto ao Estado. O Fundo Nacional de Moradia Popular foi o primeiro Projeto de Lei da Iniciativa Popular, após a Constituição de 1988, encaminhado ao Congresso Nacional contendo uma proposta popular de enfrentamento à problemática habitacional. Mobilizou amplas parcelas da população, desencadeando um debate e negociação sobre os diversos interesses e alternativas referentes à uma política habitacional para o país com outros setores da sociedade, como os representantes de empresários da construção civil, as Companhias de Habitação-Cohabs, a Caixa Econômica Federal-CEF, e também com os órgãos governamentais. O estudo procurou através de uma abordagem histórica compreender e analisar os significados da experiência ímpar de formulação, apresentação e negociação do Projeto de Lei pelo movimento social urbano, particularmente para a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. A pesquisa realizada baseou-se principalmente em toda produção documental elaborada para registro e debate da proposta, em depoimentos de diversos sujeitos envolvidos, e na prática de assessoria ao movimento social do pesquisador. A análise dos dados revelou que a participação popular é elemento indispensável para a construção e consolidação da democracia, na qual os movimentos sociais se destacam como sujeitos políticos na interlocução com o Estado, objetivando a implementação de políticas públicas.

(49) ROSEANA BORGES DE MEDEIROS. MARACATU RURAL: LUTAS DE CLASSES OU ESPETÁCULO. 01/10/2003

1v. 13010p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): LUÍS DE LA MORA

Biblioteca Depositária: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Email do autor:**Palavras - chave:**

MOVIMENTOS SOCIAIS. MARACATU RURAL

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ANA CRISTINA BRITO ARCOVERDE
 DÉLIO MENDES DA FONSECA FILHO
 LUIZ ANASTÁCIO MOMESSO
 LUÍS DE LA MORA
 MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA SANTOS

Linha(s) de pesquisa:

Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social As relações entre a ação do Estado e das classes subalternas no planejamento, implementação e execução das políticas sociais brasileiras. Análise das ideologias das políticas sociais e das mediações do Serviço Social

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

A tese intitulada "Maracatu Rural: luta de classe ou espetáculo?" tem como objetivo aprofundar-se no conhecimento de um segmento das classes subalternas, o trabalhador rural, a partir da sua produção espontânea de cultura popular, o maracatu rural. Para Gramsci as manifestações de cultura popular possuem uma íntima ligação com a situação de subalternidade. Estas constituem suas visões de mundo e são frutos de sua inconformidade, denúncia e aceitação à ideologia dominante, encontrando-se, portanto, eivadas de contradições. Sabe-se que há muito pouco dito e estudado sobre o subalterno, sua vida e condição. A eficácia de qualquer projeto político, social ou profissional a ser elaborado conjuntamente com as classes subalternas, necessita de um prévio conhecimento dos seus anseios e visões de mundo, sob pena de não engaja-las no projeto de transformação social. Para auxiliar na construção do conhecimento, foi utilizada a metodologia materialista dialética, que tem por objetivo conhecer criticamente a realidade, contribuindo para seu processo de transformação, vendo como inseparável a ação do homem como sujeito histórico e, as determinações que o condicionam, assim como também o pensamento e a base material. A estratégia revolucionária gramsciana enfatiza a recuperação crítica das culturas populares que, através de um trabalho pedagógico, se procederá a eliminação paulatina dos elementos de ambigüidade e heterogeneidade. As classes dominantes tentam a espetacularização, massificação e cooptação dessas produções culturais. Entretanto, mesmo sofrendo o processo de passivização, essas expressam os antagonismos e conflitos vivenciados pelas classes subalternas que, poderão ser utilizados no enfrentamento entre as classes. Diante disso, espera-se que este trabalho ofereça uma contribuição de como se dá o confronto de forças dentro do processo hegemônico, como as classes subalternas expressam as suas condições de existência, seus pontos de vista, as contradições que negam e dão vida a luta pela hegemonia na atualidade.

50) Sâmya Rodrigues Ramos. A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos. 01/11/1996

1v. 180p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Zélia Maria Pereira da Silva

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE

Email do autor:**Palavras - chave:**

Organização popular. Ação política. Movimentos sociais

Área(s) do conhecimento:

CIÊNCIA POLÍTICA
 SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Anita Aline Albuquerque Costa
 Antonio Paulo de Moraes Rezende
 Zélia Maria Pereira da Silva

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Este é um estudo sobre a organização e a ação política do movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), para analisar se na relação que este estabelece com outros sujeitos coletivos fica exposto um compromisso político com as classes subalternas. O trabalho visa compreender a ação política do MESS, através da análise das suas reivindicações, lutas, propostas, conflitos, negociações, oponentes e aliados. A construção do objeto de estudo dá-se na perspectiva do materialismo histórico e dialético, pela fecundidade desse referencial para o entendimento de processos coletivos de organização, posto que viabiliza a análise da vinculação orgânica entre a dimensão econômica e a político-ideológica. A pesquisa de campo foi realizada durante o ano de 95, a partir da abordagem qualitativa, apoiando-se na análise de documentos produzidos pelas diretorias Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), de 1988 a 1995 e nas entrevistas realizadas com 9 (nove) dirigentes dessa entidade. Os resultados do estudo permitem considerar que: a) o movimento Estudantil (ME), como movimento social, constitui, na contemporaneidade, uma dos ambientes de exercício cotidiano da ação política, que, compreendida como ação histórica, humana e criadora, realiza-se em múltiplas esferas da vida social ; b) o ME, ao influir na esfera cultural contribuindo para a formação da consciência crítica do (as) estudantes e para a modificação de valores gerados em meio à sociedade capitalista, incorpora-se na luta pela hegemonia de um projeto societário não capitalista; c) o MESS alia-se à classe subalterna na defesa dos seus interesses, por via da relação com partidos políticos de esquerda, com movimento social cutista, com outras entidades estudantis e com as entidades da categoria profissional das (os) assistentes sociais, que, também, lutam pelos interesses dessa classe.

51) SILVANA MARA DE MORAES DOS SANTOS. MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLITICOS. 01/12/1994

1v. 176p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): COSTA ANITA ALINE ALBUQUERQUE

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS PARTIDOS POLITICOS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

COSTA ANITA A. ALBUQUERQUE

WALTEIR JOSE DA SILVA

ZELIA MARIA P. DA SILVA

Linha(s) de pesquisa:

ORG. E MOBIL. POPULAR

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):****Dependência administrativa**

Federal

Resumo tese/dissertação:

O ESTUDO LEVA A REFLEXÃO SOBRE A PRESENÇA DOS PARTIDOS POLITICOS NA ORGANIZAÇÃO DOS MSU'S, PRIVILEGIANDO A DISCUSSÃO EM TORNO DAS DIFERENTES FORMAS DE PRÁTICA SOCIAL E IDEOLÓGICA QUE E DESENVOLVIDA PELOS DIRIGENTES, BASEADA EM SUAS POSIÇÕES POLÍTICAS E VISÕES DE MUNDO. OS RESULTADOS OBSERVADOS PERMITEM CONSIDERAR QUE: A) NO COTIDIANO DAS LUTAS SOCIAIS OS PARTICIPANTES DOS MSU'S RECODIFICAM E REELABORAM DISCURSOS E PRÁTICAS DE OUTRAS AGENCIAS SOCIAIS PRESENTES NA VIDA SOCIAL. ENTRE ESTAS DESTACAM-SE OS PARTIDOS POLITICOS; B) O FATO DO DIRIGENTE DOS MSU'S PERTENCEREM TAMBÉM A UM DETERMINADO PARTIDO POLITICO NÃO SIGNIFICA NEC RODUZEM NO COTIDIANO UMA VISÃO INSTRUMENTAL DA POLITICA; D) E POSSIVEL A EXISTENCIA DA AUTONOMIA QUANDO NESTA ARTICULAÇÃO HA UM CONFRONTO DE SABERES, ONDE OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS SÃO RELABORADAS, VISANDO ATENDER REIVINDICAÇÕES E OBJETIVOS ESPECIFICOS DE CADA ORGANISMO NO CONTEXTO SOCIAL; E) A PRÁTICA DOS DIRIGENTES ENQUANTO UMA ATIVIDADE INTELLECTUAL PODE SER CARACTERIZADA COMO ORGANICA AO MOVIMENTO OU PARTIDO POLITICO. NO ENTANTO, A ORGANICIDADE EM RELAÇÃO AOS INTERESSES DAS CLASSES DE CONFORMISMO E RESIST. FRENTE AO PROJ. POL. DEFENDIDO E POSTO EM PRÁTICA

52) Silvia Eufênia Albertini. Metarmofoses do Fórum Popular de Saúde - FOPS: Participação Política de Saúde - Curitiba-PR. 1991/2001. 01/06/2002

1v. 124p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

Biblioteca Depositária: PUC-SP

Email do autor:

albertini@netpar.com.br

Palavras - chave:

movimento sociais na saúde; participação; controle social

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA
REGINA MARIA GIFFONI MARSIGLIA
Vera Lúcia Michalany Chaia

Linha(s) de pesquisa:

ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL Esta linha tem por objeto as políticas de seguridade social (assistência social, saúde e previdência social) e, em particular, a assistência social onde se destacam temas relacionados à implantação da LOAS - Lei 8742 e às formas "novas" e tradicionais de

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES-PROSUP

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

A presente dissertação visou resgatar e analisar a trajetória do FOPS na luta pela defesa da saúde pública e pela democratização da política de saúde no município de Curitiba no período de 1991 a 2001. Trata-se de um tema dos mais relevantes na perspectiva do movimento de saúde e sua relação com a sociedade e o Estado atual na realidade brasileira. O estudo compreendeu uma síntese das principais referências teóricas e dos aspectos mais significativos da trajetória dos movimentos sociais da década de 70,80 e 90 ou seja as diversificadas lutas de reivindicação por melhores condições de vida, direitos sociais, democratização e sociedade no controle das políticas públicas, principalmente a partir da Consolidação Federal de 1988. A pesquisa foi realizada com sujeitos significantes, que participaram dos movimentos de saúde e do FOPS nas décadas de 70,80 e 90. Com os depoimentos destes sujeitos e a pesquisa documental foi reconstituída a história do movimento social na saúde no município de Curitiba. A análise desse processo apontou não só metamorfoses, mas muitos desafios ao FOPS, no sentido de sua renovação e reafirmação como movimento social na defesa e consolidação da saúde pública e da cidadania.

53) SIMONE MARIA DE SOUZA. MST E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA. 01/05/2003

1v. 154p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LUCENA

Biblioteca Depositária: CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

Email do autor:

simonesouza17@yahoo.com.br

Palavras - chave:

MST, HEGEMONIA, LUTAS CONTEMPORANEAS

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

EDELWEISS FALCAO DE OLIVEIRA
FRANCI GOMES CARDOSO
LUIZ ANASTÁCIO MOMESSO
MARIA ALEXANDRA DA SILVA MONTEIRO MUSTAFÁ
MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LUCENA

Linha(s) de pesquisa:

O processo de organização e mobilização popular Estudo dos movimentos sociais urbanos ou rurais, na esfera da produção e reprodução social. Análise das estratégias de organização e mobilização social e das ações dos mediadores sociais.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CNPq

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Esta dissertação está inserida na linha de pesquisa Processos de Mobilização e Organização Popular, que tem como área temática Serviço Social Ação Política e Sujeitos Coletivos. Realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), buscamos analisar como o projeto político de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia. Para respondermos a tal questão, utilizamos como instrumento de coleta de dados a análise de documentos elaborados pelo MST, a participação em reuniões de organização e Encontro dos Sem Terrinha além da realização de entrevistas semi-estruturadas com as coordenadoras do Coletivo Estadual do Setor de Educação do MST/PE. Os resultados indicam que o MST, através de seu projeto político de educação, tem vislumbrado a construção de uma nova hegemonia, ou seja, uma nova forma de pensar e agir. Esse novo tem como instrumento educativo as atividades coletivas desenvolvidas dentro/pelo próprio Movimento, no sentido de que, à medida em que as novas relações sociais vão se constituindo, consolidem a proposta de uma nova organização do trabalho estimulada pelo MST. Por fim, concluímos que esta dissertação é relevante por ser o MST um dos mais importantes movimentos sociais da classe subalterna que tem conseguido aglutinar as demais frações de classe em torno de seu projeto político, vislumbrando a construção de uma nova hegemonia.

54) SOLANGE MOTA DUARTE. A ASSISTENTE SOCIAL E AS ESTRATEGIAS DE CONTROLE DOS MOVIMENTOS REIVINDICATORIOS URBANOS PELO ESTADO. 01/11/1990

1v. 178p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Nome não Informado.

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

SERVIÇO SOCIAL; ESTADO; MOVIMENTOS SOCIAIS; POLITICA URBANA

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA
BERNADETE DE LOURDES F ALMEIDA
JOAO BOSCO GUEDES PINTO
MARIA JOSE GALVAO C G OLIVEIRA

Linha(s) de pesquisa:

PROC DE ORG E MOB POP NOS MS

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):****Dependência administrativa**

Federal

Resumo tese/dissertação:

O ESTUDO ENFOCA RELAÇÕES ENTRE: O ESTADO, ENQUANTO GERENCIADOR CONTROLADOR E PROVEDOR DOS EQUIPAMENTOS URBANOS E SERVIÇOS SOCIAIS; ASSISTENTES SOCIAIS CONTRATADOS PELO SETOR PÚBLICO E OS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS URBANOS CUJA "EXPRESSÃO" SE ENCONTRA NA POSSIBILIDADE DE MUDANÇAS NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS DO JOGO POLÍTICO NA SOCIEDADE TEM COMO OBJETIVOS IDENTIFICAR E ANALISAR OS MECANISMOS QUE ARTICULAM A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL AO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DOS MOVIMENTOS PELO ESTADO E/OU POSSIBILITAM UMA PRÁTICA EM APOIO A ELES E NELES APOIADA AS CONTRADIÇÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL TOMADAS SOB A PERSPECTIVA DOS ASSISTENTES E/OU EM DOIS BAIROS DA PERIFERIA DO RECIFE, COQUE E BRASÍLIA TEIMOSA, NO PERÍODO DE 1979 A 1982, NO GOVERNO MUNICIPAL DO RECIFE, QUE ATRAVÉS DO SISTEMA DE AÇÕES COMUNITARIAS ALI INVESTIU EM INFRA-ESTRUTURA E EM SERVIÇOS SOCIAIS O MOMENTO HISTÓRICO É MARCADO PELAS ELEIÇÕES DE 1982 E FAVORECE O ESTUDO DAS MANIPULAÇÕES DE SEGUIMENTOS DAS CLASSES POPULARES E DE ASSISTENTES SOCIAIS.

55) SONIA REGINA RIBEIRO DE CARVALHO. A central de movimentos populares e o processo brasileiro de democratização: uma trajetória em construção - 1993-2003. 01/06/2007

1v. 182p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LÚCIA CARVALHO DA SILVA

Biblioteca Depositária: PUC/SP

Email do autor:

Palavras - chave:

Movimento social, Democracia, Participação social

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

PEDRO DE CARVALHO PONTUAL

Linha(s) de pesquisa:

POLÍTICA SOCIAL: ESTADO, MOVIMENTO SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO CIVIL Voltada à análise das políticas sociais no Brasil, destacando particularidades e determinações sócio-históricas no Estado Brasileiro e dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

A presente tese investigou a construção da trajetória da Central de Movimentos Populares - CMP no período de 1993-2003, tendo como foco o processo brasileiro de democratização. O objeto desse estudo centrou-se na CMP enquanto sujeito coletivo e político que congrega múltiplos e diversos movimentos sociais, visando articulá-los em torno de lutas gerais que os unificassem e, ao mesmo tempo, respeitando suas autonomias e fortalecendo suas lutas específicas. O processo investigativo teve como objetivo geral analisar a contribuição desse sujeito coletivo, por meio de sua participação política, nas lutas pelo aprofundamento da democracia. A investigação de caráter qualitativo fundamentou-se metodologicamente em material bibliográfico, documental, nos depoimentos de assessores e dirigentes da CMP, obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, bem como na observação participante da pesquisadora. As referências teóricas que embasaram a análise de conteúdo dos depoentes foram, substancialmente, movimentos sociais, democracia e participação social. O estudo realizado revelou que a trajetória dos dez anos de existência da CMP, em sua constituição e dinâmica, foi polêmica e conflitiva, com dificuldades organizacionais, relacionais e de sustentabilidade. Expressou, igualmente, significados relevantes, principalmente quanto ao seu papel de entidade mobilizadora e articuladora dos movimentos sociais, na perspectiva de um projeto político democrático brasileiro, com participação social, conquista de direitos sociais e cidadania, inaugurando novas formas de fazer política

56) Sueli do Nascimento. Gestão Participativa ? - Atuação das lideranças das Associações de Moradores co-gestoras do Programa Médico de Família – Niterói. 01/09/2006

1v. 242p. Mestrado. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Elaine Rossetti Behring

Biblioteca Depositária: CEDOM/ FSS/ UERJ

Email do autor:**Palavras - chave:**

assoc. de moradores;soc. civil;Estado;gestão participativa

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Elaine Rossetti Behring

Maria Inês Souza Bravo

Mônica de Castro Maia Senna

Linha(s) de pesquisa:

Questão Social e Democracia Tem como objeto os mecanismos e processos de democratização da gestão da política social no Brasil, América Latina e Caribe.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:**Idioma(s):**

Português

Dependência administrativa

Estadual

Resumo tese/dissertação:

A presença das Associações de Moradores na co-gestão do Programa Médico de Família de Niterói sugere uma série de indagações e problematizações, em um período histórico de extremas mudanças e de recuo dos movimentos sociais e é aqui apresentada como forma de reflexão acerca da gestão participativa. A entrada em cena das Associações de Moradores, como co-gestoras de políticas sociais de saúde, está devidamente articulada a um processo de democratização que vem ocorrendo desde o Movimento de Reforma Sanitária, culminando com a Constituição de 1988 e a construção do Sistema Único de Saúde. Assim, este trabalho tem a proposta de levantar algumas considerações sobre os movimentos sociais, principalmente sobre as lideranças das Associações de Moradores da Favela, na tensa relação entre gestão participativa e movimentos sociais. Diante deste fato, apresentamos as considerações daqueles que pensam sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil, já que

vamos discutir esta relação tomando como foco principal as Associações de Moradores co-gestoras do Programa Médico de Família- Niterói (PMFN). As pesquisas indicaram que há a ausência de conhecimento técnico por parte das lideranças das Associações de Moradores co-gestoras do PMFN para desenvolverem as suas atividades enquanto co-gestores e tomarem parte no processo de gestão. A partir deste contexto, buscamos, com esta pesquisa, elevar o nível de entendimento e contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a atuação participativa de lideranças das associações de moradores na co-gestão de políticas sociais municipais.

57) TEREZINHA MARIA MANSUR. Sujeitos afetivo-políticos e movimentos sociais - a pratica do Curso de Inverno. 01/08/1995

1v. 258p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL
Orientador(es): PAULO H MARTINS DE ALBUQUERQUE
Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS SUBJETIVIDADE PRATICAS S

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ANITA ALINE ALBUQUERQUE COSTA
JORGE SIQUEIRA
PAULO HENRIQUE MARTINS

Linha(s) de pesquisa:

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O ESTUDO PRETENDE PERCEBER OS/AS MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AA PARTIR E ALEM DO FAZER POLITICO TRADICIONAL. NA CONVIVENCIA COM OSPARTICIPANTES DO CURSO DE INVERNO - EDUCADORES E CURSISTAS - BUSCANDO COMPREENDER A PRATICA SOCIAL COMO FONTE DE RECONSTITUICAO DE SUJEITOS AFETIVO-POLITICOS. A PROPOSTA DO CURSO DE INVERNO NASCEU E FOI SUSTENTADA MEDIANTE O APOIO DAS IGREJAS CRISTAS E ONGS, NO PERIODO 90/94, NO INTERESSE DA DEMOCRATIZACAO DE SABERES E PODERES: PARA UNS, ATRAVES DA EVANGELIZACAO POPULAR; PARA OUTROS, A PARTIR DA EDUCACAO POPULAR, NUMA PERSPECTIVA DE AÇAO CULTURAL. O ESTUDO REVELA A CONSTRUCAO METODO POTENCIALIZAM E/OU INIBEM ESSA CONDICAO NESTE TIPO DE PRATICA SOCIAL DE FORMACAO POPULAR, ENFOCANDO PRINCIPALMENTE ATENSAO EXISTENTE ENTRE A DIMENSAO INSTITUCIONAL E A DIMENSAO PEDAGOGICA.

58) Valéria de Oliveira Albuquerque. Reforma Agrária no Governo Lula: Uma Análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária. 01/04/2006

1v. 143p. Mestrado. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/FRANCA - SERVIÇO SOCIAL
Orientador(es): Raquel Santos Sant'Ana
Biblioteca Depositária: Unesp - Campus de Franca

Email do autor:

Palavras - chave:

Reforma Agrária; Movimento Sem Terra; Governo Lula

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

Israïld Giacometti
Jose Juliano de Carvalho Filho
Raquel Santos Sant'Ana

Linha(s) de pesquisa:

Serviço Social: Mundo do Trabalho Abordagem relativa ao mundo do trabalho no que se refere ao seu processo de organização, gestão e suas relações contemporâneas. Desenvolvimento social e as transformações do mundo do trabalho no início do século XXI.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES - DS

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Estadual

Resumo tese/dissertação:

A efetivação do II PNRA, ainda em fase de implantação pelo governo Lula, foi nosso objeto de estudo deste trabalho. Nosso objetivo ao estudar a implementação do II PNRA foi compreender as contribuições desse para o avanço da reforma Agrária e para uma outra formatação da questão agrária brasileira. Para isso, utilizamos documentos elaborados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na campanha presidencial de 2002, o Programa "Vida Digna no Campo"; a Proposta para o Plano de Reforma Agrária elaborada pela equipe de especialista coordenada por Plínio de Arruda Sampaio e o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) aprovado pelo MDA/INCRA. Para acompanhar a efetivação do II PNRA consultamos relatórios anuais de gestão do MDA/INCRA de 2003 e 2004, disponíveis no sítio do MDA, e os Boletins de Políticas Sociais, publicados pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA), ligado ao Ministério de Planejamento. Com a finalidade de dialogar com as expectativas dos movimentos sociais de luta pela terra em relação à atuação do governo na área agrária, analisamos a proposta de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e acompanhamos sua atuação no governo Lula por meio de seus principais instrumentos de divulgação, que foram o Jornal Sem; Revista Sem Terra; Resoluções de Encontros, Conferências e Jornadas de Lutas, no período de 2003 a 2005. Com a mesma finalidade e no mesmo período, consultamos jornais de grande circulação nacional, como a "Folha de S. Paulo" e o "Estado de S. Paulo", impressos e disponíveis na internet. Com esse estudo constatamos que a eleição do governo Lula reacendeu a esperança de realização de Reforma Agrária e nesse sentido o governo encomendou um Plano à equipe de especialistas. Entretanto, o II PNRA aprovado representou um retrocesso, na medida em que reduziu a meta de famílias assentadas de 1 milhão para 400 mil famílias e esvaziou o significado das áreas reformadas, que foi sucumbida em favor de um plano de assentamentos que preservou as características anteriores, entre as quais, de política social compensatória reativa aos conflitos sociais. As restrições orçamentárias impostas ao MDA/INCRA em razão da política econômica do governo Lula, que prioriza juros altos e cortes no orçamento público para cumprimento de acordos internacionais, não tem possibilitado ao governo até o momento cumprir as metas acordadas no II PNRA.

59) VALERIA LANDIM DE CARVALHO. ESTADO, SETOR INFORMAL E MOVIMENTOS SOCIAIS. 01/03/1989

1v. 267p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): Nome não Informado.

Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

CLASSE SOCIAL; SETOR INFORMAL; IDEOLOGIA; CIDADANIA

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

ADALMI BEZERRA ALENCAR

MARIA DAS DORES COSTA

RUSSEL PARRY SCOTT

Linha(s) de pesquisa:

PROC. ORAG. MOBILIZ. NOS MOV. POP

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

PARTIMOS DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE CATEGORIAS BÁSICAS COMO CLASSES SOCIAIS, SETOR INFORMAL, ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA CONSTRUIR TEÓRICAMENTE O OBJETO DA DISSERTAÇÃO COMO SENDO A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SETOR INFORMAL E AS POSSIBILIDADES DE SURTIAMENTO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO INTERIOR DAS ATIVIDADES INFORMAIS A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO OBJETO ESTÁ ARTICULADA AO OBJETO EMPÍRICO COMO ESTUDO DE CASO ANALISAMOS A INTERVENÇÃO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE NO COMÉRCIO DE RUA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA FRENTE A ESSA INTERVENÇÃO. VERIFICAMOS QUE O SETOR INFORMAL TEM POR BASE A RELAÇÃO ENTRE AS CLASSES SOCIAIS FUNDAMENTALIZANDO ESSE PAPEL RESPONDENDO AOS INTERESSES DO CAPITAL. OS TRABALHADORES INFORMAIS RESPONDEM A ESSA INTERVENÇÃO REIVINDICANDO ESPAÇOS ECONÔMICOS QUE VIABILIZEM AS SUAS ATIVIDADES E ACESSO AS POLÍTICAS SOCIAIS QUE ALTEREM SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO. SUAS REIVINDICAÇÕES TEM UMA DIMENSÃO DE DESGASTE DA CIDADANIA AS VEZES ESSA RELAÇÃO SE ANTAGONIZA CRIANDO POSSIBILIDADES DE SURTIAMENTO DE UMA CONSCIÊNCIA DE CLASSE E DE AÇÕES ANALIZADAS ENQUANTO FORÇA SOCIAL.

60) VINI RABASSA SILVA. SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS E CIDADANIA - EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA.. 01/07/1994

1v. 110p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - SERVIÇO SOCIAL
Orientador(es): PEDRINHO ARCIDES GUARESCHI
Biblioteca Depositária:

Email do autor:

Palavras - chave:

METODOLOGIA, CIDADANIA, MOVIMENTOS SOCIAIS, TEORIA-PRA

Área(s) do conhecimento:

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

CLAUDIO NEUTZLING
PEDRINHO ARCIDES GUARESCHI
SENO ANTONIO CORNELY

Linha(s) de pesquisa:

METODOLOGIAS DO SERVIÇO SOCIAL

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

ANALISE DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL COM MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS CONCLUINDO COM UMA PROPOSTA METODOLÓGICA QUE PRETENDE FAVORECER O PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA. PARTE DA CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 80, OBJETIVANDO DESTACAR A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES NESTE PERÍODO. A PESQUISA DE CAMPO É REALIZADA COM PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL QUE TRABALHARAM EM 03 VILAS DE PELOTAS/RS E COM SEUS MORADORES. CONCLUI-SE QUE É PRECISO REDESCOBRIR OS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS, COMO FORMADORES DE UMA NOVA IDENTIDADE DE CLASSE E COMO CONSTRUTORES DE UMA NOVA CULTURA POLÍTICA. PARA ISSO, A PROPOSTA METODOLÓGICA A QUE SE CHEGA TEM COMO REFERENCIAL TEÓRICO O MARXISMO DE TIPO ABERTO A TEÓRIAS COMPLEMENTARES. PROPOE O USO DO MÉTODO DIALETICO HERMENEUTICO E A ELEIÇÃO DE CATEGORIAS PARA A METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO E DE MEDIACOES OPERACIONAIS PARA O DESENCADEAMENTO DA METODOLOGIA DE AÇÃO. PRETENDE ARTICULAR DE FORMA ORGANICA E DIALETICA, REALIDADE E TEORIA, DOMINAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DE FORMA CRITICA E COMPETENTE, AFIM CONTRIBUIR P/ALCANCE DA CIDADANIA PLENA COMO UM DIREITO DE TODOS OS HOMENS.

61) VIVIANE ELISABETH DINIZ DA SILVA. LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DE MORADIA EM CARGOS PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PIRITUBA - SP - GESTÃO PETISTA - 1989 / 1992.. 01/10/1997

1v. 108p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

Orientador(es): MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA

Biblioteca Depositária: PUC - SP

Email do autor:

Palavras - chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS; PARTICIPAÇÃO POPULAR; DEMOCRACIA

Área(s) do conhecimento:

SERVIÇO SOCIAL

Banca examinadora:

MARIA LUCIA CARVALHO DA SILVA
MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY
VERA LÚCIA MICHALANY CHAIA

Linha(s) de pesquisa:

MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE ESTA LINHA ESTÁ VOLTADA À ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS EM DIFERENTES DIMENSÕES, CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL E COM A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Particular

Resumo tese/dissertação:

ESTA DISSERTAÇÃO PROPÕE-SE SER UM ESTUDO A PARTIR DA PARCERIA VERDADE ENTRE O MOVIMENTO DE MORADIA DE PIRITUBA-SP E O PARTIDO DOS TRABALHADORES, DURANTE A GESTÃO POLÍTICA 1989/1992 - ATRAVÉS DA NOMEAÇÃO DE LIDERANÇAS DO REFERIDO MOVIMENTO PARA OCUPAREM CARGOS DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PIRITUBA. PROCURAMOS DESVELAR AS RELAÇÕES DAS LIDERANÇAS COM O MOVIMENTO DE MORADIA DE PIRITUBA E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL LOCAL, AO ASSUMIREM CARGOS PÚBLICOS. A PESQUISA, VOLTADA À UM ESTUDO DE CASO, NA PERSPECTIVA DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO DE MORADIA DE PIRITUBA ADOTOU COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PRINCIPALMENTE ENTREVISTAS SEMI-ABERTAS COM OS SUJEITOS SIGNIFICATIVOS, EXAME DE FONTES DOCUMENTAIS E PARTICIPAÇÃO DA PRÓPRIA PESQUISADORA ENQUANTO FUNCIONÁRIA MUNICIPAL. A ANÁLISE REVELA QUE A INSERÇÃO DAS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DE MORADIA NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PIRITUBA GEROU REFLEXOS POSITIVOS PARA A DINÂMICA DO MOVIMENTO. DE UM LADO POSSIBILITOU MELHOR CONHECIMENTO, POR PARTE DAS LIDERANÇAS E DO MOVIMENTO, EM RELAÇÃO A BUROCRACIA MUNICIPAL E LOCAL; POR OUTRO LADO, O AFASTAMENTO DAS LIDERANÇAS QUE FORAM EXERCER CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL TROUXE COMO CONSEQUÊNCIA A FRAGILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MORADIA DE PIRITUBA.

62) Zulene Muniz Barbosa. "A institucionalização das demandas populares: armas e armadilhas da participação e do controle social na relação Estado e organizações de bairros". 01/08/1996

1v. 122p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - POLÍTICAS PÚBLICAS

Orientador(es): Marina Maciel Abreu

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMA

Email do autor:**Palavras - chave:**

movimentos sociais;demandas populares;conselhos paritários

Área(s) do conhecimento:

POLÍTICAS PÚBLICAS

Banca examinadora:

Franci Gomes Cardoso

Maria Inês Souza Bravo

Marina Maciel Abreu

Linha(s) de pesquisa:

Estado e Movimentos Sociais Urbanos Estudo das relações Estado-sociedade civil tal como se manifestam em movimentos sociais organizados envolvendo crianças, adolescentes, mulheres, grupos étnicos e diferentes segmentos de trabalhadores urbanos.

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

CAPES

FAPEMA

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

O estudo aborda o processo de institucionalização das demandas populares analisando duas instâncias que se destacaram na década de 80 e 90, configurando um movimento de mão dupla, que caminhou do Estado para um determinado espaço da sociedade civil, via organizações de bairros, e da sociedade civil para o Estado via Conselhos paritários, revelando a dinâmica contraditória da participação e do controle social. Discute-se o padrão autoritário do Estado Brasileiro, os impactos da crise dos anos 80 e 90 nas organizações da sociedade civil e as repercussões do projeto neoliberal nas organizações populares e sindicais. Reconstitui-se a dimensão histórica e conceitual dos movimentos sociais populares analisando as configurações que o processo de institucionalização assumiu, particularmente, no governo da Nova República, sob a égide das políticas participacionistas e da Constituição